



III FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Diversidade, Cidadania e Inovação

**Relatório das
Conferências,
Palestras,
Debates e
Atividades
Autogestionadas**

**Recife (PE)
2015**

Apresentação

O III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, realizado na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, oportunizou aos seus mais de vinte e um mil participantes, por meio das conferências, palestras, debates, mesas-redondas, observatórios mundiais e das atividades autogestionadas: Mostra de Inovação Tecnológica, Feiras de Gastronomia e de Economia Solidária, como também atividades Técnico-Científicas e Culturais, aprofundarem os diálogos e pontos de vista sobre a educação profissional e tecnológica, tendo como temática central: Diversidade, Cidadania e Inovação.

As atividades desenvolvidas neste evento, além de darem origem à Carta de Recife, com propostas para compor a plataforma mundial de educação, alargaram a temática do Fórum, num movimento ascendente, deixando antever uma gama de possibilidades a serem observadas e postas em prática, no que diz respeito à Educação Profissional e Tecnológica, fazendo, ainda, inferências sobre os desafios que as inovações, em todos os campos do saber, aportam à sociedade contemporânea.

Este documento, portanto, sistematiza os apontamentos dos relatores referentes às várias atividades desenvolvidas durante os quatro dias de realização do Fórum.



**III FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**
Diversidade, Cidadania e Inovação

**CONFERÊNCIAS,
PALESTRAS E DEBATES**

1. Conferência: A importância da integração do Ensino, Pesquisa e Extensão para promoção da Inovação

Local: Teatro Guararapes

Data: 27/05/2015

Horário: 8h – 10h

Reladoras: Ana Regina Vieira e Edlamar Oliveira dos Santos

Coordenadora: Xênia Luna Alves de Souza

Conferencistas:

Marcelo Machado Feres (Secretário de Educação Profissional e Tecnológica SETEC/MEC)

Josef Oriol Homs Ferret (Universidade de Barcelona)

Frederico Costa Amâncio (Secretário de Educação do Estado de Pernambuco)

Mediador: Professor Jerônimo Rodrigues da Silva (Reitor do IFGO)

RESUMO

Conferencista Marcelo Feres:

O Secretário Marcelo Feres iniciou sua fala destacando que o III Fórum Mundial de EPT era um evento muito propício para se refletir sobre a EPT e, neste sentido, ajudar todos na busca por atingirem suas metas. Ressaltou os esforços/avanços empreendidos na área, o que permite hoje se discutir a EPT em outro patamar e trazer para reflexão a relação direta entre os processos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação.

Disse que a inovação acontece em todos os espaços e que é preciso compreendê-la como um processo e não como um meio ou um fim, um produto. Sobre isso, fez os seguintes questionamentos: Como promover a Inovação? De que forma o tripé – Ensino, Pesquisa e Extensão – pode contribuir no processo de inovação? Há dificuldade de integrar a Inovação? Pontuou, então, que:

- No processo resultante dentro da Inovação, o Ensino e a Extensão estabelecem o contato com o mundo, são muito importantes, e a Pesquisa, a partir do Ensino, olha e busca soluções.
- Não há processo de formação se não existe a base para o processo. A dimensão do Ensino é, pois, preponderante.
- A juventude precisa estar apta ao novo; isso requer autonomia dos estudantes e, neste sentido, o ensino põe em cheque o papel docente.
- O processo de inovação não necessariamente tem que começar na Pós-graduação (sem querer negar o protagonismo), mas que o olhar é diferente e deve começar bem mais cedo.

Retomou o conceito de ecossistema adequado à Inovação, mencionado pelo

professor Josef Oriol Homs, e, neste sentido, afirmou que é preciso fortalecer o processo de formação e o Ensino.

Destacou a observação da dimensão ética envolvida no processo de inovação: antes de tudo, é preciso que o foco seja na melhoria da condição humana e na qualidade de vida – e ratificou: é preciso que a Inovação promova o desenvolvimento humano. Falou do acesso à Inovação e da dificuldade aí envolvida, afirmando que, embora haja ampla produção, não há amplo acesso à Inovação. Asseverou que o processo de inovação não pode ser um princípio em si mesmo.

Outro aspecto destacado pelo palestrante foi o princípio da geração do conhecimento. Ele retomou, também, a relação existente entre o número de patentes e os indicadores de desenvolvimento social, ressaltando que se não se consegue prover o meio – as condições das instituições – a Inovação ficará concentrada.

Embora o setor produtivo seja importante, disse, é preciso ampliar, partir para um cenário mais amplo. Ou seja, a Inovação não pode estar em contexto recortado. Apontou um exemplo de falta de acesso das pessoas a um produto por questão de custo alto, para, assim, reforçar a ideia de que é preciso buscar um processo inovador para possibilitar esse acesso. O processo de inovação pode ser mais ou menos inclusivo. Pode ser associado a uma visão mais social ou mais mercadológica.

Afirmou que os Institutos Federais (IFs) são instituições novas, advindas do sucesso das Escolas Técnicas e, como instituições que desenvolvem Ensino, Pesquisa e Extensão, trazem ao debate a busca pelo processo inovador, sem deixar de considerar o fator social. E destacou: o IF tem característica peculiar e a integração entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação não pode ser diferente. Retomou a fala do Secretário Frederico Costa Amâncio, afirmando que os governos vêm apostando em suas políticas públicas e que a cultura da inovação, do empreendedorismo tem seu espaço próprio de atuação. Afirmou que as atividades dos IFs têm que estar articuladas com as das outras instituições estaduais; que isso é importante. Como também o é avaliar experiências internacionais e eleger o que é prioridade, tendo em vista essas experiências.

Defendeu a constatação de que quanto maior o número de técnicos de nível médio, maior o desenvolvimento do país. Isso, disse ele, aponta para a necessidade de um ensino inovador e para um papel diferenciado do docente. Para ele, é importante que todos que militam na Educação Profissional acendam a centelha da Inovação.

Mencionou que o esforço do Governo de Pernambuco para melhorar a educação é uma realidade, assim como é uma realidade que essas ações têm contribuído para reduzir a evasão.

Concluiu, afirmando que é preciso incorporar a Inovação em outras políticas públicas. Que o processo de inovação traz, sim, aumento na competitividade e na produtividade, mas que não pode se restringir a uma única lógica, uma lógica restritiva; que tem que haver a inclusão e beneficiar cada vez mais pessoas, além de promover a qualidade de vida, para um mundo mais justo, e cada vez mais consequente.

Conferencista Josef Oriol Homs

O professor destacou que o mundo necessita de muitos profissionais, e que a Educação Profissional e Tecnológica sabe formar melhor os profissionais de que o mundo necessita hoje. Fez um contraste entre a formação profissional no passado e hoje, afirmando que, antes, o foco era numa formação profissional básica, voltada para a formação de operários e para pessoas de classes sociais mais desfavorecidas, para o ensino de um *ofício*. O foco era, portanto, o mercado de trabalho.

Hoje, disse, isso não é mais assim. A Educação Profissional é a porta de entrada para o mundo do Trabalho e ela é a porta para todos. Pontuou que na Educação Geral o estudante aprende muito e, através dela, sabe muita coisa, mas não sabe fazer nada específico. Defendeu, neste sentido, uma formação geral completa, que seria traduzida pela formação geral com a especialização, para a formação do profissional do futuro, ratificando que a formação geral apenas não é o bastante, porque é preciso ambas para o domínio de uma profissão.

Defendeu que essa formação seja para todos, voltada para formar profissionais; que seja contínua; principalmente voltada a serviços; que leve o aluno a aprender a resolver problemas gerados e não apenas a operar máquinas. Defendendo, portanto, a importância do desenvolvimento de uma formação permanente que favoreça a revisão dos saberes profissionais.

Em seguida, pontuou tendências da educação profissional:

- A integração cada vez mais de estudos gerais de alto nível;
- A Inovação como fator de competitividade, pois a globalização aumenta a concorrência e a competitividade;
- Aplicação das TICs;
- Mudança nas empresas no sentido de definir as estruturas de qualificação.
- Pontuou que, na sociedade Pós-industrial, os países mais competitivos são os que têm mais profissionais qualificados de nível médio. Afirmou que a EPT é a melhor formação e a melhor porta para entrar no mercado de trabalho, porque forma profissionais: altamente competitivos; preparados profissionalmente; capazes de resolver problemas; inovadores; bons comunicadores, com habilidades em veículos muito diferentes (internet e as redes sociais); e finalmente, que podem trabalhar em equipe.

Falou sobre a **capacidade de inovação** como a habilidade de **ver o que não estava previsto e provocar inovação**. Afirmou que uma **centelha de inovação** que não encontra condições para se desenvolver não dará fruto, sendo, pois, necessário um ecossistema inovador. Propôs uma tríplice hélice para o desenvolvimento da Inovação:

- **Capital humano**: essencial, pois pessoas sabem inovar, mas as máquinas não.

Pode ser captado nas Universidades, nos Centros de Formação Profissional, entre outros que formam profissionais inovadores e empreendedores.

- **Capital tecnológico:** como sem tecnologias não há desenvolvimento da Inovação, esse capital é encontrado nos Centros de Tecnologia e R&D (*Research and Development*);
- **Capital organizacional:** este vem das empresas privadas e de instituições públicas.

Retomou, afirmando que para uma chama produzir o fogo da Inovação é necessário: um novo tipo de centro integrado de Formação Profissional, com experiências de sucesso na integração do Ensino à Pesquisa e à Extensão; um ecossistema para incluir a Inovação; não mais apenas formado de grupos de difusão, para transmitir protocolos técnicos, pois, hoje, é necessário *resolver problemas*; para isso, as empresas, as universidades, as instituições públicas precisam estar articuladas com o entorno e ligadas na Inovação. Afirmou que **Formação Profissional inovadora é uma forma de resolver problemas de outra forma**, e isso remete para Projetos de Inovação articulados por professores e alunos.

Conferencista Frederico Costa Amâncio:

O Secretário de Educação iniciou sua fala, externando sua alegria de participar de tão importante evento, daquele painel em particular, destacando os alunos, especialmente dos Ifs, por ter sido ele aluno formado por um Instituto Federal. Afirmou que sobre o tema em discussão: Educação e Inovação, o seu enfoque estaria na relação direta entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, para o fortalecimento da Inovação.

Também destacou que, quando se fala de Inovação, pensa-se na criação de novas patentes. Alguns países têm se destacado como produtores de patentes, na medida em que articulam educação, desenvolvimento humano e desempenho, portanto existe uma relação entre Inovação e desempenho humano.

Prosseguindo, afirmou que há o reconhecimento de uma relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, cuja a integração é importante, mas defendeu que o envolvimento e o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas e ações de extensão nas instituições de ensino devem começar desde a Educação Básica, desde o Ensino Fundamental, se possível, desde a Educação Infantil. Acredita que isso é importante e que é esta a linha de trabalho do Governo do Estado: a visão de um trabalho que vá além do desenvolvimento das habilidades meramente cognitivas, desde a Educação Básica.

Neste sentido, trouxe algumas pesquisas que apontam relações e ratificam a visão do Estado de Pernambuco de que esse olhar integrador – Ensino-Pesquisa-Extensão – deve ser contemplado desde a construção da matriz curricular, acreditando que isso pode ser trabalhado. Afirmou que os países que têm avançado na Educação, também crescem em

registros de patentes e apresentam um nível de desenvolvimento humano mais elevado. Mostrou o ranking mundial que ratifica essas relações e mostra que elas são fortes e determinantes.

Apresentou, nessa mesma direção, a relação entre os últimos resultados do PISA e sua relação com o IDH. Expôs gráficos que ratificam a relação entre o bom desempenho no PISA e o desenvolvimento de patentes. Concluiu, dizendo que “educar gente” é partir desse olhar, para criar oportunidades para os jovens.

Fez menção a algumas ações do Governo de Pernambuco:

- Participação dos estudantes na competição da Microsoft *Imagine Cup*;
- Jovens que foram para a final regional e nacional, em São Paulo, e que seguem para São Francisco, tendo a oportunidade de competir e conhecer o Vale do Silício.
- Trabalho com o conceito de empreendedorismo, por exemplo, na ETEPAM, em parceria com a *Microsoft*.
- Núcleo avançado da NAVE, que forma jovens para o mercado.
- O programa *Ganhe o Mundo*; em que alunos do EM fazem intercâmbio cultural no exterior, 100% patrocinado pelo Governo do Estado.
- Destacou que o intercâmbio cultural tem sua razão de ser não apenas no aprendizado de línguas estrangeiras, mas vem para ampliar os horizontes dos alunos.

Continuou mencionando ações do governo na área de educação, coerentes com a visão pontuada:

- Investimento na Rede de Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) – integrais e semi-integrais. Defendeu a possibilidade de trabalhar conteúdos importantes para o futuro do estudante.
- Ampliação da Rede de Escolas Técnicas Estaduais (hoje, 27), principalmente onde não existe um Instituto Federal, para, assim, dar mais cobertura e se espalhar por todo o Estado de Pernambuco, reforçando uma parceria de sucesso.

Destacou o bom desempenho, entre as escolas de Ensino Integral, das Escolas Técnicas. Estas ofertando diversas modalidades – subsequente, concomitante, além do PRONATEC.

Afirmou que o interesse na pesquisa e inovação são determinantes para esse bom desempenho, para o desenvolvimento do protagonismo e do empreendedorismo. Finalmente, falou dos investimentos do Estado no Ensino Presencial e a Distância, especialmente nas escolas de referência de Ensino Médio, destacando a redução dos índices de abandono escolar em relação a 2007.

Concluiu, mostrando a importância de se adotar uma linha de trabalho na Educação voltada para formar profissionais mais completos, preparar os jovens para as universidades e também para o mercado de trabalho, e, principalmente, para o futuro. Afirmou que tudo isso nasce a partir de um olhar mais amplo desde o Ensino Fundamental, e por que não desde a Educação Infantil? Arrematou, dizendo haver a necessidade de se prepararem os jovens para o mercado e para o mundo do trabalho, para o desenvolvimento da pesquisa e da inovação.

2. Conferência: A Educação Profissional no contexto da agenda de Desenvolvimento Socioeconômico: os Programas de formação Profissional e de Estímulo à Inovação do Brasil

Local: Teatro Guararapes

Data: 27/05/2015

Horário: 10h15 – 12h15

Relatores: Uberlando Tiburtino Leite e Marcelo Bender Machado

Coordenadora: Cláudia Regina Tininis

Conferencistas:

Eduardo Daniel Davyt Negrin

Belchior de Oliveira Rocha

Aléssio Trindade de Barros

Mediadora: Maria José Sena - Reitora da UFRPE

RESUMO

Conferencista Eduardo Davyt

O conferencista falou sobre a força da educação profissional na perspectiva do trabalho como desenvolvedora social no Uruguai. Disse que, no seu país, a Educação Técnica Profissional, bem como a Educação Básica e a formação de professores são reguladas pela Administração Nacional de Educação Pública - ANEP e têm na Universidade do Trabalho do Uruguai – UTU – e no Conselho de Educação Técnico Profissional a parceira que desenvolve nas suas escolas essas políticas de formação profissional.

A ANEP organiza o setor da educação profissional a partir da participação de vários atores sociais ligados ao mundo do trabalho, como sindicatos de trabalhadores, empresas, setores governamentais, setores educativos, dentre outros.

Nesta perspectiva, a UTU tenta detectar as necessidades de formação profissional, a partir das demandas que os atores trazem até seus Conselhos, mas também se levando em

conta a variável territorial através das inúmeras escolas espalhadas. A partir das demandas, segundo ele, buscam-se possibilidades de formações específicas, atentando-se até para a flexibilidade de horários, de modo a atender as diferentes necessidades dos trabalhadores envolvidos. Ressaltou que, além desse esforço de conhecer a realidade da demanda local, trabalham também com processos de creditação, a partir dos conhecimentos prévios dos trabalhadores, construídos de forma formal ou no cotidiano laboral de cada um.

No Uruguai, disse, há um grande número de pessoas, mais de noventa por cento, que acessam a Educação Primária, mas este índice não se reflete na Educação Média. Assim, este também é um desafio do Uruguai: aumentar estes índices, agora incluindo estas pessoas, não só nos itinerários de formação média, mas média técnica. Para vencer este desafio, acrescentou que foram instalados sistemas de trabalho de certificação, para dar conta do aprendizado que cada trabalhador traz, a partir das suas trajetórias de vida formais ou não formais.

Estes programas devem estimular a sociedade não só para que o cidadão faça um exame e pare, mas o desafio é de criar um grande debate social, a partir do que representa ter este reconhecimento de competências, para inserção na matriz produtiva da sociedade e da perspectiva da entrada no mundo formal de formação profissional.

Ressaltou ser isso um verdadeiro pacto social para melhorar a capacidade dos trabalhadores, sobretudo das populações em condições mais vulneráveis de formação. Para avançar o Estado numa perspectiva social e econômica, empresas públicas, como as de geração de energia, de tratamento das águas, recorreram à educação pública uruguaia para formar seus quadros com programas de capacitação e certificação.

Para tanto, foram criados dois Programas:

Programa Rumo – Programa para maiores de 21 anos que já realizaram algum curso de capacitação e têm algum certificado laboral. Os futuros alunos constroem uma trajetória de formação em torno de 1 ano e depois têm possibilidades de continuar seus estudos, voltados à Educação Média Básica, o que tem gerado grande receptividade das comunidades envolvidas.

Programa Trajeto – Similar ao anterior, mas em outro nível. Busca uma resposta para jovens e adultos que adquiriram conhecimento em campo de trabalho específico, de modo a formar um grupo mais homogêneo possível. A partir do tempo inicial, podem ascender a estudos de tecnólogos.

Programa jovens empreendedores – para estudantes do último ciclo da Educação Média, com prestação de projetos sociais/econômicos. Esses projetos servem para finalizar o ciclo educativo e, nesse sentido, instalou-se um concurso de projetos com prêmios para os melhores trabalhos, observando as possibilidades de esses projetos serem exequíveis.

Ressaltou as diferenças nos dois modelos educacionais de EPT, no Brasil e no Uruguai, principalmente no que se refere aos itinerários formativos, uma vez que não têm a mesma correlação, quando se fala de prosseguimento de estudos de Graduação.

Conferencista Aléssio Trindade

O conferencista iniciou sua fala discorrendo sobre o tema da Inovação, do desenvolvimento tecnológico e do papel da educação neste contexto. Prosseguindo, definiu Inovação como a união do conhecimento com a realidade local.

Ao longo de sua fala, destacou alguns pontos, segundo ele, importantes para se refletir a respeito dos Programas de Formação Profissional e de Estímulo à Inovação do Brasil, quais sejam:

- Trazer a Pesquisa para a realidade da escola desde o nível básico.
- Observar que a Pesquisa Básica das Universidades, na maioria, não chega, de imediato, à realidade da vida do cidadão.
- Inovação – aplicação da pesquisa.
- Ter a visão de que o Brasil figura na posição 47ª em Inovação.
- Necessidade de as Escolas Técnicas e Tecnológicas discutirem a Política de Inovação com as pequenas e microempresas.
- Sobre Produtividade: se o Brasil não agregar tecnologia ao campo, não aumentará sua produtividade.
- O Brasil tem saldo negativo de tecnologia nos últimos 10 anos, por isso é urgente a necessidade de desenvolver tecnologias.
- Para trabalhar Pesquisa Aplicada, deve-se ter parceiro, e os indicadores devem atender a ambos os lados.
- Fortalecer a relação entre Academia e vida real.
- Dando continuidade, informou que estudantes de escola pública da Paraíba ganharam prêmio nos USA, acrescentando que a Paraíba criou um concurso de ideias para diminuir a evasão escolar, dizendo ser esse um ponto a ser observado.

Conferencista Belchior de Oliveira Rocha

O conferencista iniciou sua fala fazendo referência à necessidade de se consolidar a Inovação no Brasil, dizendo que, para isso, ter-se-ia que avançar bastante nesse campo. Ressaltou, porém, que, com a chegada dos IFs e com a consolidação de suas finalidades e competências, há, neste projeto inovador, uma possibilidade de se avançar, de crescimento nessa área tão importante para o país.

Acrescentou que, com a lei de criação dos Institutos, com a verticalização de seu

perfil de formação, com a formação de professores, Educação de Jovens e Adultos, educação tecnológica inovadora, como também com a interiorização da Educação Profissional e Tecnológica, tem-se o mote para o desenvolvimento social e econômico do país.

Frisou que é com a possibilidade desta rede pública, interiorizada e verticalizada, que se tem um potencial indutor do desenvolvimento socioeconômico nacional, acrescentando que Inovação não é só aquilo que gera patente. O novo conceito de Inovação, apoiado na Pesquisa e Inovação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, desenvolve-se desde os cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC –, até a Pós-graduação, sendo esse um movimento que vem se fortalecendo nos IFs.

Continuando, fez referência à criação da Embrapa, dizendo que com isso o Brasil deu um avanço na Pesquisa aplicada no campo, representando um passo enorme no sentido do desenvolvimento. Outro exemplo brasileiro, disse ele, é a Petrobrás, que desenvolveu toda a tecnologia aqui no Brasil, para extrair o petróleo do pré-sal. Fez referência também à Embraer, dizendo que não basta a exportação de *commodities*, precisamos desenvolver tecnologias para superar os desequilíbrios da balança comercial.

Pontuou que, nessa área, a relação com as empresas ainda é frágil, acrescentando que esse processo precisa ser observado e fortalecido, uma vez que essa relação facilita a inovação e o desenvolvimento tecnológico. Defendeu a necessidade de que esse debate ocorra, e que os nossos políticos encampem esta agenda, para que possamos avançar neste item, dizendo que os países que avançaram mundo afora investiram fortemente em pesquisa e desenvolvimento e comprometeram seu setor produtivo nesse processo.

Continuando, disse que o desenvolvimento da Embrapii foi, sim, um ótimo começo, mas que precisamos de mais. Queremos que esses polos estejam em todas as nossas Instituições, acrescentando que, nesse sentido, ainda há um caminho a percorrer. Disse que foram aprovados, no ano passado, os *royalties* do petróleo para as áreas de educação e saúde, mas defendeu que precisamos criar um fundo para o fomento do desenvolvimento, que precisamos fomentar a encomenda de projetos, de parcerias, caso contrário não haverá pesquisa aplicada, afirmando que precisamos incluir as tecnologias sociais desenvolvidas, a partir de ações de pesquisa, e principalmente extensão, para um retorno social mais rápido, de modo a fortalecer o território.

Destacou, ainda, a necessidade de os Institutos se inserirem em comunidades mais carentes, por meio de seus programas, como o Mulheres Mil, por exemplo, mas não ficando apenas nele, fazendo uso de outros que tragam outras oportunidades de formação e elevação da escolaridade dessas comunidades.

Completo enfatizando que precisamos crescer, também, a profissionalização nas redes estaduais. Este é o espírito inovador da Rede Federal, com mais de 1,5 milhões de estudantes, fazendo referência, ainda, aos desafios do Plano Nacional de Educação – PNE, acrescentando que, para tanto, necessitamos também fortalecer o Ensino Fundamental, para que tenhamos êxito nesta dimensão educacional.

3. Debate - *Os Desafios para a formação docente na Educação Profissional e Tecnológica, incluindo a mediação tecnológica*

Local: Teatro Beberibe

Data: 27/05/2015

Horário: 13h30 - 15h30

Coordenadora: Romilda Suinka

Reladoras: Ana Cristina Dias e Jéssica Oliveira

Conferencistas:

Eliezer Moreira Pacheco - Secretário de Educação de Canoas-RS

Olgamir Francisco de Carvalho – UNB

Araci Hack Catapan – UFSC

Mediadora: Magna do Carmo Silva Cruz – UFPE

RESUMO

Conferencista Eliezer Pacheco

O palestrante, no início de sua fala, faz menção a Josué de Castro e a Paulo Freire como grandes nomes pernambucanos. Lembrou os precursores da luta pela terra, especialmente Francisco Julião, Miguel Arraes, Dom Helder Câmara e Frei Caneca, para falar das riquezas do Estado pela liderança e luta por justiça social. Sinalizou que aquele era um dia de luta contra a maioria penal e apresentou brevemente o pensamento que defende a respeito. afirmou que não se pode transferir para as vítimas a responsabilidade do Estado. Segundo ele, “diariamente são centenas de jovens, especialmente negros, assassinados no Brasil”.

Iniciou a sua explanação sobre a formação docente na Educação Profissional, registrando a necessidade de considerarmos as diversidades existentes entre os Institutos Federais e as Universidades. Enfatizou que aqueles não são melhores ou piores, apenas diferentes por terem outra proposta.

Destacou a velocidade que os IF têm, em relação às Universidades, para formar os jovens dos quais a sociedade brasileira tem urgência. Segundo ele, os IFs foram concebidos para estar alinhados ao desenvolvimento das políticas públicas desse país, proporcionando formação técnica, sem perder a dimensão verticalizada proporcionada pelo tripé formado por Ensino, Pesquisa e Extensão.

Apresentando um recorte histórico, assinalou que, com a derrota do projeto socialista, o neoliberalismo – enquanto concepção ideológica – entrou em todos os países e instituições e isso se refletiu no distanciamento entre universidade e sociedade (especialmente as pessoas das camadas mais populares). Isso, de acordo com o palestrante, leva ao individualismo pequeno burguês. Ele enfatizou o fato de que esses

seguimentos foram contrários ao movimento de inclusão feito através da educação na sociedade brasileira. Como exemplo desse movimento, citou o PROUNI, Programa que permitiu o acesso de milhões de jovens ao Ensino Superior.

A partir de então, voltou-se para a discussão a respeito da formação dos docentes dos Institutos Federais. A problemática apresentada gira em torno da formação dos docentes que lecionam na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), pontuou.

Estes, em geral, têm uma sólida formação acadêmica, proporcionada pelas universidades e, ao ingressarem nos IFs, tentam reproduzir a formação que eles receberam e que, como esta sofre forte influência neoliberal, incentiva a cultura da segmentação, “do meu projeto, do meu laboratório”. Afirmou, porém, que os IFs têm um projeto coletivo, com função social alinhada às políticas públicas governamentais de inclusão. De acordo com o pensamento defendido por ele, ocorre esse “choque” nos IFs, decorrente dessa realidade.

O referido debatedor faz ressalva no que diz respeito à formação acadêmica dos referidos professores, afirmando que eles são bem formados e que esse choque não os diminui, apenas sinaliza um caminho que deve ser trilhado, o da formação política desses servidores para a atuação na Educação Profissional e Tecnológica. É necessário o debate sobre a função dos IFs. Ele reforça que essa instituição foi criada para fazer parte de um projeto nacional de inclusão. “Somos servidores do povo”, afirmou.

Desde o governo Lula, asseverou, o país deixou de copiar os modelos estrangeiros e passou a criar o seu modelo. Para ele, foi necessária uma luta para ampliar as vagas nas universidades e nos IFs. Houve resistência enorme às cotas, porque havia um cenário elitista no campo da educação. Ele toma como norte o pensamento de Paulo Freire, para afirmar que os IFs propõem uma nova matriz que não busca manter uma hierarquia de saberes, mas conjugá-los. A proposta de criação dos IFs rompe com a segmentação entre universidade (para elite) e formação técnica (para pobres), porque os Institutos trabalham na perspectiva de verticalização do conhecimento através da Pesquisa e da Extensão.

O grande debate, segundo ele, é sobre a concepção e o compromisso dos Institutos Federais. A pior coisa que pode acontecer aos IFs, de acordo com sua concepção, é que estes tentem ser a universidade, especialmente no modelo neoliberal que lhes serviu de norte.

No entanto, fez a ressalva de que estão começando a perceber a função social que têm, especialmente com o acesso ampliado através do ENEM e da política de cotas. Segundo ele, esse movimento político, apesar da resistência sofrida, gerou um aumento significativo no número de índios, negros e pobres se formando nas universidades.

Assinalou a importância da abertura de *campi* das universidades no interior dos estados, através da sua experiência pessoal de estudante da Universidade Federal de Santa Maria (a primeira no país a ser implantada fora de uma capital.)

Conclui sua fala reafirmando a proposta revolucionária dos Institutos e sua esperança de que os docentes compreendam que fazem parte de outra institucionalidade

e não tentem reinventar o modelo das universidades. Fez referência à necessidade de os gestores proporcionarem formação política aos professores, porque isso se relaciona com as necessidades do nosso povo.

Olgamir Francisco de Carvalho

A professora da UNB, ao iniciar seu pensamento, retoma a fala do professor Eliezer, afirmando que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) se impôs no cenário nacional, mas ainda carece de debate epistemológico.

O objetivo de sua fala, ela assinala, é pensar a formação docente para o trabalho com a EPT. Afirma que o debate se inicia, considerando que há consenso de que existem saberes necessários para se trabalhar com a EPT nos Ifs, e logo depois lança os questionamentos: a) Será consenso?; b) A formação docente atual responde à especificidade da formação docente para o servidor da EPT?.

Segundo sua concepção, os professores que atuam nos Ifs têm certa inadequação em relação ao campo da EPT e afirma haver uma necessidade de compreender a epistemologia desta. Para a professora, trata-se de uma modalidade distinta de aprender e ensinar e ela se propõe a discutir esse desafio com base na ideia de que a EPT tem uma epistemologia própria e o saber docente precisa compreender isso.

Apresenta um método experimental do trabalho com formação docente para a EPT e afirma que faz diferença na hora de se pensar a formação, quando se percebe que não se trabalha com coisas, mas com pessoas.

Segundo ela, faz-se necessária uma pedagogia das disciplinas técnicas. Há uma diferença de campo que não se resolve com uma pedagogia em geral (utilizada no Ensino Superior). Sendo assim, acredita ser importante pensar como funciona a EPT, considerando os seguintes polos: tradição – tecnociência/coisas – humanos. Além disso, defende que a formação docente deve ser capaz de responder ao mundo do trabalho e, portanto, é essencial adotar modelos didáticos capazes disso; já que, segundo afirma, para a atuação docente na Educação Profissional e Tecnológica, deve haver um equilíbrio entre teoria e prática na abordagem curricular, considerando – ainda – a coerência entre as relações educativas e as novas tendências da Inovação.

A professora defende que se deve pensar mudanças nos modelos teóricos e pragmáticos da formação profissional e da formação docente para essa modalidade. Isso precisa se refletir na modificação das abordagens didáticas. Estas passariam de condutivistas, reprodutivistas e essencialistas, para construtivistas.

Para ela, é preciso perceber as mudanças na relação entre ciência, tecnologia e sociedade. Há a passagem de um modelo de formação extrativista, para um modelo sustentável, e isso precisa se refletir na maneira como estão sendo formados os estudantes da EPT, para que estes possam dar – no mundo do trabalho – as respostas que a sociedade precisa.

Afirma que, para isso, é necessário entender a congruência entre diversos campos do saber: mudar da unidisciplinaridade para a transdisciplinaridade, e isso implica a abertura para conhecimentos formais a serem desenvolvidos em diferentes lugares.

Diante disso, acredita ser importante uma mudança de postura dos docentes da formação profissional.

Conferencista Araci Hack Catapan

Inicia sua fala narrando suas experiências iniciais como professora de nível básico e de formação de professores. Dando continuidade, fala da metáfora da cisão entre formação nas Engenharias e nas Ciências Sociais, utilizando o rio que divide o *Campus* da UFSC, pois ele é o responsável por essa divisão, e afirma que foi um desafio para ela servir de ponte entre esses dois universos.

Assinala que a inovação tecnológica digital tem impacto no fazer docente, pois o novo modo de comunicação digital implica mudanças, porque todos se constituem a partir do modo como se comunicam.

Relaciona as escolhas políticas e epistemológicas próprias do fazer docente à inovação tecnológica, ao considerar que esta permite um novo modo de estabelecer vínculos comunicativos e, segundo ela, a decisão sobre “o que fazer na formação pedagógica é essencialmente comunicação”.

Afirma que as pessoas, no modo de comunicação atual, constituem-se de maneira diferente, pois tudo é instantâneo. O tempo e o espaço são simultâneos na contemporaneidade, porque esse modo de comunicação rompeu com nossa medida de tempo e de espaço. A professora defende que isso altera o modo de acesso ao saber, o modo de saber e o modo de ensinar a aprender, pelo fato de que na rede é possível acessar qualquer tipo de conhecimento, do mais nobre ao mais nefasto.

Diante disso, lança o seguinte questionamento: “Como trabalhar o exercício da autonomia?” e, em seguida, responde: Fazendo escolhas coletivamente, ou seja, trabalhando para que todos os envolvidos compreendam em que espaço estão inseridos.

Continuando, afirma que no mundo existem três poderes: o Estado, o capital e a comunicação e, sobre eles, lança a questão: Se eu alimento o poder, que informação eu veiculo? Segundo seu pensamento, está aí o grande desafio da inovação tecnológica: contribuir para que as pessoas se apropriem desse meio, para constituir um poder e pensar em linhas de fuga transformadoras para a sociedade atual.

Ela aproveita para sinalizar o poder das redes sociais, no sentido de aglutinar as pessoas e disseminar as informações de maneira rápida, e isso se reflete na maneira como se deve trabalhar com esses recursos para que se possa realmente produzir dados e informações em uma dimensão desejada (que seja de melhores condições de vida). De acordo com a conferencista, o mensageiro não é o conceito, a mediação, a mensagem,

é todo o contexto, e, diante da riqueza de comunicação proporcionada pela inovação tecnológica, não existem receitas, existem desafios.

DESTAQUES:

- A proposta de atuação dos Institutos Federais responde a um projeto de governo que pretende oportunizar às camadas mais populares o acesso à formação técnica e superior;
- É necessária formação política do docente que atua na EPT, para entender a função social da instituição;
- Os IFs guardam diferenças de concepção em relação às universidades;
- É necessária uma formação específica para os docentes que atuam na EPT, a fim de que consigam realizar abordagens didáticas mais coerentes com as propostas de formação da instituição e com a necessidade da sociedade;
- A tecnologia permite que se faça uma reflexão sobre a atuação docente na EPT através da inovação tecnológica que garante a comunicação instantânea;
- Necessidade de modificação das abordagens didáticas. Estas passariam de condutivistas, reprodutivistas e essencialistas para construtivistas.
- Equilíbrio entre teoria e prática na abordagem curricular, propiciando maior compartilhamento de conhecimentos.
- Construção e reconstrução de saberes continuamente.
- A comunicação digital exige, principalmente do professor, novas formas de conhecimentos e novas posturas.

Questões colocadas para reflexão:

1. Qual o papel da avaliação nessa nova proposta de formação de professor na EPT, tendo em vista que o processo da avaliação vivido hoje, quer nos Ifs, quer na UFPE, provoca/promove alunos com traumas e medos?
2. Numa “Pátria educadora”, o exercício profissional de professor não deveria ser exercido e fiscalizado mediante registro em um Conselho Profissional, como no caso dos engenheiros?
3. Como a SETEC/MEC pode atuar para corrigir este “Risco latente” de modelo de universidade nos IFs, em especial uma corrida para as Graduações, Pós-graduações e supervalorização da pesquisa modelo CAPES/CNPq?
4. Como criar um instituto e a escola da cidadania para a formação da educação social e do conhecimento do valor da sua comunidade, da sua cidade, do seu estado, do seu país, na forma de tecnologia da informação, do estudo didático e de pesquisa de inclusão dos valores pessoais?

5. Seria a formação política dos servidores públicos da rede de IFs o maior obstáculo para o projeto de desenvolvimento nacional no qual a rede se fundamenta?

6. Conforme as palavras do professor Eliezer sobre a formação docente, os professores têm formação inicial em nível de Bacharelado. Neste caso, qual seria a solução para capacitar esses profissionais que se tornaram professores e que necessitam de uma formação específica para atuar na EPT, como também a necessidade de saberes pedagógicos, de metodologias didáticas diferenciadas, considerando a subjetividade dos sujeitos e a formação, assegurando-lhes uma formação mais humanística, que lhes capacite de forma a contribuir com o desenvolvimento pessoal e social?

4. Debate: *Tecnologias Assistivas na Educação Profissional e Tecnológica*

Data: 27/05/2015

Horário: 13h30 - 15h30

Reladoras: Fernanda Guarany Mendonça Leite e Adriano Ribeiro da Costa

Coordenadora: Rosane Souza

Conferencistas:

Francisco José Montório Sobral – Reitor do IFSC

Andrea Poletto Souza – IFRS

Mediador: Bernardo Luís Torres Klimsa – IFPE

Resumo das falas dos Conferencistas:

Francisco José Montório Sobral

O professor Francisco Sobral iniciou sua fala defendendo a importância da inovação social, ressaltando o papel dos Institutos Federais na oferta de importante contribuição para o tema. Definiu o conceito de *confortus* – literalmente significando “com força, tranquilidade”. Citou Oto Maduro, na obra *Caminhos para a festa: desafios da construção do conhecimento na América Latina*, em que o autor faz uma reflexão sobre o surgimento de uma construção científica emergente, reflexão baseada em situação pessoal, na busca de cura para doença de suas próprias filhas e dificuldades encontradas nessa trajetória.

Em seguida, ressaltou que o objetivo de sua palestra é apresentar ciência emergente. Introduziu o contexto do projeto do IFCatarinense referente à preparação em curso técnico para treinamento de cães-guia. Descreveu ações referentes ao projeto em funcionamento. Relatou a existência de formação oferecida a docentes, como preparação para o estabelecimento de novos centros de cães-guia.

Em seguida, apresentou dados referentes aos deficientes visuais no Brasil, informando à plateia a existência de 6,5 milhões de pessoas com essa deficiência no país, das quais 528 mil são cegas, para um universo de apenas 90 cães-guia. Desses cães, a maioria é oriunda dos Estados Unidos, a um custo de 30 mil dólares cada. Diante desse quadro, o Instituto Federal Catarinense passou a ofertar curso técnico para treinador e instrutor de cães-guia.

Ele citou a importância da legislação em vigor para a defesa dos direitos das pessoas com deficiência visual no Brasil. Informou que o projeto teve seu início a partir da atuação da professora Márcia. Apresentou imagens dos avanços obtidos na infraestrutura da Instituição, tais como adaptações do prédio administrativo, salas de aula, centro de convivência, clínica veterinária, maternidade para matrizes, canil, baias, entre outros. Esclareceu que estudantes do curso treinam os cães, sob orientação dos professores. Citou a importância da cultura de aceitação da circulação dos cães-guia em restaurantes, comércio, companhias aéreas. Relatou que existem famílias residentes próximas ao *campus* que se encarregam de cuidar dos filhotes, por cinco meses, auxiliando na sua adaptação ao ambiente do lar. Essas famílias recebem visitas da Instituição a cada 10 dias, para acompanhamento.

Informou que se segue então a fase de treinamento, com duração de 4 a 6 meses, incluindo circulação em locais públicos. Posteriormente, tem início a fase de adaptação entre o deficiente visual e o cão, com duração de 30 dias, levando em consideração, inclusive, o porte do cão e do deficiente visual. Essa interação é indispensável para uma boa relação entre ambos. Esses cães iniciam o contato previamente com crianças com deficiência visual.

Citou que as raças mais predispostas ao treinamento são Labrador e *Golden Retriever*. Ainda assim, 30% desses cães não se ajustam ao exercício da atividade de guia. Disse, também, que a cidade de Blumenau já recebeu dois desses cães. Defendendo a importância desse trabalho, citou Leonardo Da Vinci: “Quando conhecermos os animais, teremos vergonha da nossa espécie”.

Apresentou imagem de seis desses cães no Palácio do Planalto. Acrescentou que, ao retirar a guia, os cães passam a ter comportamento habitual de brincadeiras e que são sempre respeitados. Finalizou, reforçando que o investimento para todo o treinamento e infraestrutura foi bastante elevado, mas que o benefício social não tem preço. Passou então a palavra ao estudante do IFC, Felipe Silva, acompanhado do seu cão-guia, Thor, para um relato de experiência.

Felipe Cristiano da Silva

Felipe iniciou descrevendo a relação com seu cão semelhante ao casamento, pois requer harmonia e parceria. Contou que vivenciou 19 dias de confinamento com Thor no IFC, para adaptação, em seguida mais uma semana de adaptação em casa, antes de sair

para o treinamento de rua. Contou que tem cinquenta por cento da visão e que sua vida mudou. Relatou que chegou a ouvir em Instituição de Ensino: “Se escola está difícil, peça à sua família para lhe tirar dela!”

Atualmente, disse que experimenta autonomia de sair e chegar na hora em que o Thor quer. Isso não tem preço. Disse que nunca havia descido numa rua sozinho. Afirmou: “Agora é só voar!” Relatou que o IFC entregou dois cães esta semana e que mais um será entregue na próxima. Finalizou, defendendo a importância da tecnologia assistiva: “Há muito a desenvolver, o cão-guia é inovador, não há melhor forma de inclusão para o deficiente visual. Inclusão está em nós, movida por sentimento.”

Bernardo Klimsa, mediador, destacou que o Reitor do IFC apresentou algo que traz muito interesse como modelo para ser expandido no território nacional. No passado, obtinha-se cão-guia dos Estados Unidos e demorava muito tempo para recebê-lo. O trabalho apresentado provou que o Brasil pode treinar esses animais com êxito. Destacou, também, que Felipe mostra que essa tecnologia ajuda a autonomia e que ele se conduz com essa assistência.

Andréa Poletto Sonza

Iniciou sua fala contextualizando o IFRS, atualmente com 12 *campi*, cinco novos em implantação. Em seguida, levantou o questionamento: igualdade ou justiça? Esclareceu que a igualdade é o tratamento indiscriminado; enquanto justiça é o tratamento que considera as diferenças. A partir dessa reflexão, começou o debate sobre o que é tecnologia assistiva, dizendo ser uma abordagem que, sobretudo, acredita no potencial humano. Declarou que enfrenta a racionalização por parte de alguns que alegam que não se deve investir em recurso sem garantia de que o estudante vai ficar na instituição.

Defendeu que tecnologia assistiva não se limita apenas a produto raro, que há coisas simples e acessíveis que podem ser utilizadas, alegando se tratar de área do conhecimento interdisciplinar, com produtos, recursos, metodologias, estratégias, serviços para vida mais independente e autônoma, que favorecem a inclusão da pessoa com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, informando que o IFRS já possui cotas inclusivas de 5% para esses estudantes.

Em seguida, mostrou uma série de imagens e descrições de tecnologias disponíveis, tais como: Acionadores para mouse, acionador capacitivo, de tração, de sopra; mouses diversificados, adaptados ao usuário; colmeia para teclado; linha braille; termo modeladora copiadora para relevo do texto (mapa, gráfico); ponteira de bengala, para identificação de poças; aplicativo transmissor de áudio; acionamento de dispositivos – controle de ambiente, entre outros.

Questões formuladas:

- 1. Qual é o segredo do envolvimento de tantas pessoas no Projeto?**

Professor Francisco: Tudo começou com a mentora intelectual do projeto, professora Márcia, que, desde o início da carreira, trabalhando com PROEJA, assistência, escola-fazenda, começou a observar a necessidade da inclusão dos estudantes com deficiência visual. Ela pensou nos detalhes, como a distância entre maternidade e área de treinamento, distância entre os prédios, etc. Com o apoio da gestão, foram em busca de recursos, apostando naquela ideia, diferente de todas as propostas de curso técnico até então existentes. Esses recursos foram disponibilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Humano e pelo Ministério da Educação. Hoje, o Governo Uruguai obteve vaga para representante realizar que parte dessas tecnologias está sendo desenvolvida e/ou utilizada nos *campi* Bento Gonçalves, Farroupilha, Ibirubá, entre outros. Na sequência, citou um estudo realizado por ela e equipe do IFRS para detectar e resolver problemas de acessibilidade em todos os *campi*, como os de inclinação de rampas, pisos, sinalizações. Disse que foi feito um levantamento e o relatório indicou níveis de prioridade para a solução dos problemas apontados, com a finalidade de atendimento ao Decreto 5296/2004, que já obrigava o atendimento a todos os critérios de acessibilidade nos espaços públicos. Em seguida, passou a discorrer sobre a necessidade de atendimento à legislação referente à acessibilidade virtual. Citou o eMAG 3.1, encontrado no site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), contendo recomendações e normas para acessibilidade virtual. Recomendou a consulta e a divulgação dessas informações, contidas no site do MPOG, endereço: <http://emag.governoeletronico.gov.br>.

Recomendou, também, o site do IFRS referente à acessibilidade, no endereço: acessibilidade.bento.ifrs.edu.br. Citou, entre outros materiais, vídeos em libras, provas gravadas em libras para o processo seletivo da Instituição, blogs, produção de material didático-pedagógico acessível. Exemplificou com a apresentação de uma tabela periódica virtual. Como possibilidade de formação docente, esclareceu que são oferecidos cursos de formação de professores para docentes da rede estadual e municipal, pelo RENAFOR. Disse que solicitaram ao MEC a possibilidade de inscrever docentes da Rede Federal nessas formações. Acrescentou, na conclusão, que existe produção de material adaptado e de livros que foram enviados a todos os Institutos Federais, e que um novo projeto elaborou e publicou um E-book acessível, com mais de 2000 páginas. Finalizou, destacando que, acima de tudo, existe o compromisso social e institucional de promover a inclusão de fato, e que seu trabalho tem esse objetivo em vista.

Felipe: respondeu, dizendo que a Instituição ainda não tem cotas, que ele entrou na livre concorrência e está trabalhando para que isso mude. Citou que a inclusão ainda é difícil, porque só há um intérprete disponível. Como está no Curso de Pedagogia, expressou o desejo de ser diferente de alguns docentes. Reconheceu que o professor também não está preparado para saber como agir, quando já deveria ter essa formação. Ressaltou que houve muito progresso, mas a inclusão ainda é difícil.

2. Como é o seu relacionamento com os outros estudantes na sala de aula?

Felipe: Relatou que na Pedagogia seus colegas de sala serão excelentes professores e que a maior dificuldade é com os professores, pois os colegas procuram facilitar ao máximo, cobram, inclusive, materiais aos professores. Relatou que tem uma irmã que também é deficiente visual, com 10 anos de idade, e que sua luta é por ela também.

Professor Francisco: Disse que hoje há pessoas com deficiência visual que são invisíveis para a sociedade, pois a maioria sequer sai de casa, dizendo que o projeto criou nova cultura. Foi necessária pressão social para a aceitação dos cães-guia. Disse que houve ocasião de haver voos em que viajavam cinco cães na mesma aeronave. Hoje, afirmou, todas as companhias aéreas aceitam cães-guia, bem como restaurantes, comércio, salas de aula.

Felipe: Parabenizou a população do Recife, porque não teve dificuldade para pegar táxi, não enfrentou objeções. Contou um caso em que tomou ônibus lotado, com seu cão Thor no corredor, e houve reclamação, bem como em um Banco, em que houve a insistência para que ele e Thor passassem pela porta giratória. Como não foi possível, a gerente “revirou inteiramente a mochila dele”. Ele solicitou ao público que multiplicasse a ideia de que o cão-guia não faz nada por si, mas por alguém. Contou que antes do cão, ele tinha autonomia de andar apenas num raio de 3km e hoje viaja para longe sem problemas.

3. Existe projeto de expansão para a oferta da formação de professores em tecnologias assistivas para outros estados?

Professora Andrea: Respondeu que ministram três cursos para a rede municipal e estadual, mas que a SECADI e a SEB também oferecem cursos nessa área.

4. Nas aulas de exatas, faz-se muito uso de quadro. Como incluir o estudante com deficiência visual nessas aulas? Há tecnologias?

Professora Andrea: Disse que há recursos disponíveis, mas citou um caso mais difícil, de uma senhora cega, estudante da Licenciatura em Matemática, que não usa braille nem sensores de tela. Estão tentando ajudá-la a utilizar esses recursos, para facilitar a interação e a aprendizagem.

5. Considerando que “igualdade não é justiça”, como lidar com a deficiência intelectual? O professor normalmente fica sem nenhum suporte. Como se dá essa inclusão no RS? É diferente ou é igual à daqui?

Professora Andrea: Respondeu que a primeira barreira a quebrar é a atitudinal, que

todos podem, se houver vontade de fazer. Citou que o Ensino das Ciências ditas duras tem mais dificuldade. Apresentou como exemplo um aluno do PROEJA, cursando o Superior de Horticultura, defendendo que não importa quanto tempo ele vai levar para se formar, mas alguns professores perguntam: “Quanto tempo vai levar, como obter registro do Crea?” Retrucou, dizendo que precisamos entender que cada um tem seu tempo. “Não devemos ficar ansiosos, se não conseguirmos ensinar todos os conteúdos. Por isso reforçamos a necessidade da capacitação.

6. Existe curso para tratar alunos com dislexia?

Professora Andrea: Informou que existe um *software* chamado “*Help desk dislexia*” e aplicativo que auxilia a pessoa com dislexia, mas não conhece curso. Destacou que equoterapia também tem efeitos maravilhosos e ajuda a autonomia em geral.

Pergunta extra para Felipe:

Como é seu cotidiano? Você diz ao cão-guia aonde quer ir ou ele é quem comanda?

Felipe: “Ele só come na hora em que eu apito, mesmo que eu ponha a ração na frente dele. Treinamento no Brasil leva o dobro do tempo, porque temos postes, animais soltos na rua, buracos. Se eu não sei aonde ir, o cão não me leva. Apenas após a rotina, ele aprende os comandos e horários. Em lugar que não conhecemos, uso o sistema ponto A, ponto B. Depois eu tenho que comandar, quantas quadras, quantas ruas. Banheiro, farmácia, padaria, ele procura pelo faro.”

5. Observatório Mundial: Crescimento Global e sua influência no mundo do trabalho.

Local: Teatro Guararapes

Data: 27/05/2015

Hora: 16h-18h

Relatores: Cecília Barbosa Lins Aroucha e Sérgio Gaudêncio Portela de Melo

Coordenador: Garabed Kenchian

Conferencistas:

Luciano Toledo de Oliveira,

Edilene Rocha Guimarães,

Carlos Fernando da Silva Ramos

Mediador: Virgílio Augusto Sales Araripe

Luciano Toledo de Oliveira

O professor Luciano de Oliveira Toledo iniciou a sua apresentação exibindo um vídeo que falava da expectativa de vida nos séculos XIX, XX e XXI, mostrando que essa expectativa aumentou e muito e que as tecnologias estão ajudando as pessoas a se tornarem mais saudáveis em todo o mundo, mesmo nos países onde a pobreza impera. Ele comentou que o índice de natalidade está decrescendo, com uma média mundial de dois filhos por mulher, e fez uma projeção para 2100, quando se acredita que haverá 11 bilhões de pessoas no planeta.

Ele fez dois questionamentos: Com esse número elevado de pessoas no planeta, os recursos naturais se sustentarão? Há possibilidades de criarmos novos recursos? E falou que, em alguns países, já é possível conviver com a densidade populacional elevada sem oferecer grande impacto ao meio ambiente. Comentou que alguns lugares pobres como Moçambique e Bangladesh hoje apresentam avanços em estrutura, saúde, pessoal preparado e aparelhagem em hospitais, levando-nos a acreditar que pode existir qualidade de vida e desenvolvimento social mesmo nas condições mais precárias do planeta.

O desafio permanece em áreas rurais, pois as políticas públicas não chegam a esses locais e o número de pessoas que ganham bem e possuem bens de alto consumo é pequeno, comparado a pessoas que ainda vivem em condições de extrema pobreza.

Ele trouxe dados que mostraram o crescimento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ao longo da última década, contabilizando 140 unidades em 2003 e 562 atualmente. Além disso, 1.200.000 matrículas e quase 30.000 professores foram verificados, tornando a Rede de Institutos Federais a maior Rede ofertante de cursos técnicos no país, criada por força de lei.

O professor falou também sobre a parceria do MEC com o CNPq, para apoiar projetos criados pelos servidores, docentes ou não, para serem desenvolvidos por estudantes de cursos técnicos, e mencionou o sucesso de algumas experiências, como os estágios de docência efetuados na Finlândia e no Canadá, em parceria com a CAPES, e apresentou propostas de ofertas de cursos de Mestrado em Gestão de Educação Profissional.

O palestrante relatou as experiências de estudantes que desenvolveram projetos com o apoio da Embrappi, os quais os tornaram empreendedores, com produtos patenteados, licenciados e geradores de empregos. Como resultado disso, temos uma maior integração das instituições federais de ensino com a sociedade produtiva, melhor qualificação dos egressos e maior inserção sócio-profissional e qualificação dos servidores.

DESTAQUES:

- Média mundial da taxa de natalidade: 2 filhos por mulher.
- Os recursos naturais se sustentarão com o crescimento avançado da população?
- Um dos desafios hoje é oferecer condições básicas e qualidade de vida a populações onde as políticas públicas não chegam.

- Sucesso dos projetos realizados no Canadá e na Finlândia.
- Realidade dos Institutos hoje: 1.200.000 matrículas, 30.000 docentes e 562 unidades.
- Parcerias com o CNPq e o Embrappi, tornando os estudantes participantes de projeto empreendedores.

Edilene Rocha Guimarães

Iniciou sua apresentação comentando a respeito da parceria desenvolvida com o Professor José Augusto Pacheco, na Universidade do Minho, em Portugal, onde cursou o Pós- Doutorado sob a orientação do referido professor. Partiu de alguns pressupostos, conceituou a globalização e o consenso da exploração do conhecimento enquanto saber-fazer, competência ligada ao mundo do trabalho, além de novos modelos de governança, de natureza pós-burocrática, de origem transnacional e supranacional, com efeitos nos processos e práticas sociais, incluindo as práticas educacionais.

Fez uma contextualização do mundo do trabalho, da busca pela qualidade e pela excelência e lançou duas perguntas sobre o conhecimento: qual era mais valorizado e qual era o mais útil? E disse que o foco era a avaliação educacional, pois todo processo de avaliação imposto na educação vem compor a política globalizada que leva a produzir produtos para o sistema econômico, social e cultural. É justamente a inserção dessas políticas que leva a escola a buscar garantir a qualidade da educação, visando ao sucesso e impondo metas que devem ser cumpridas.

A professora também comentou sobre o fato de que ainda há escolas designadas para classes sociais diferentes, e que isso precisa mudar. Apresentou quadro mostrando a relação de conhecimento *versus* trabalho e exibiu dados do PNE, focando as metas 3, 10 e 11. Comentou sobre a redução do emprego industrial e a gradativa sofisticação desse emprego, além dos efeitos das mudanças tecnológicas no universo do trabalho, renda, situação alimentar e crescimento da população mundial e aumento do desemprego. Ficou claro que a população urbana se eleva cada vez mais e que a rural diminui a cada dia, fazendo a população rural migrar para as cidades, devido à constante mecanização.

Finalizou dizendo que a escola deve ser entendida como espaço formativo para o trabalho, um campo de preparação para futuras escolhas profissionais, um espaço de exercício da cidadania, visando à produção de novos conhecimentos.

DESTAQUES:

- Contextualização do mundo do trabalho.
- Busca pela excelência e educação de qualidade.
- Qual o conhecimento mais valorizado hoje?
- Qual o conhecimento mais útil hoje?

- Foco na avaliação educacional.
- A escola não pode mais servir apenas a quem pode pagar.
- A escola deve formar cidadãos.
- Migração da área rural para a urbana, devido à sofisticação do trabalho industrial.
- A escola deve ser entendida como espaço formativo para o trabalho, um campo de preparação para futuras escolhas profissionais, um espaço de exercício da cidadania, espaço que produza novos conhecimentos.

Carlos Fernando da Silva Ramos

O professor tratou da influência dos Institutos, da importância da globalização no mundo e analisou um gráfico, mostrando estudos que fazem referência aos fatores mais cobrados pelos empregadores na Alemanha. Nesses estudos, foram ouvidos os empregadores e apresentados seus pontos de vista sobre os temas transversais trabalhados pelas escolas. Os resultados indicados apontaram que esses temas não atendiam totalmente às demandas de conhecimentos de que eles precisam, destacando a necessidade de se trabalhar mais o empreendedorismo social, porque o empreendedorismo tecnológico já está em evolução, mostrou o estudo.

Ele falou, ainda, de inovações tecnológicas, da necessidade de se investir na construção de novos conhecimentos tecnológicos, preparando o trabalhador para atuar com competências tecnológicas no mundo do trabalho, dizendo que a Europa tem buscado cada vez mais uma atuação nessa área da Inovação, colocando-a no centro das suas prioridades. Fez referência, também, a sete requisitos, segundo Kaplan, importantes para esse processo, além dos conhecimentos tecnológicos: (liderança, comunicação, capacidade de tomada de decisão, trabalhar bem em equipe, capacidade de focar e voltar ao problema geral) e, segundo Jessica Stillman, persuasão, liderança, credibilidade pessoal, orientação para os objetivos e competências interpessoais.

O palestrante fez uma referência a atuais empregos na Europa, ofertados, mas voltados a novos tipos de empregados, que devem ter conhecimentos tecnológicos. Fez alusão a metas da educação para o ano de 2020. Além disso, comentou sobre o Programa Erasmus e seus avanços, com altíssimos investimentos, que vem propiciando uma boa inserção de profissionais no mercado de trabalho, e que os empregadores estão de certa forma satisfeitos com os jovens que fizeram parte do referenciado Programa.

Por fim, exibiu *slides* do Instituto Politécnico do Porto, destacando o *Porto Design Factory*, plataforma de educação interdisciplinar, e slides para explicar o inovador Projeto MUDEI, que abrange música, design e engenharia, e que se tornou mais um incentivo para que os jovens portugueses possam se inserir melhor no mundo do trabalho.

DESTAQUES:

- Influência dos Institutos no mundo.
- Importância da globalização da informação no mundo.
- Estudos mostrando o que os empregadores mais cobram na Alemanha.
- Inovação e empreendedorismo social, em vez de somente o tecnológico.
- Importância da Inovação Tecnológica e de empregados com conhecimentos tecnológicos.
- Projeto Erasmus – propicia o intercâmbio cultural e de conhecimentos tecnológicos entre os estudantes e uma provável queda na taxa de desemprego.
- Projeto MUDEI – Música, Design e Engenharia, trabalhando a interdisciplinaridade.
- Porto *Design Factory*, plataforma de educação interdisciplinar, inaugurada em 11/05/2015.

6. Conferência: O Debate na Educação Profissional e Tecnológica sobre as questões intergeracionais de gênero, etnoculturais e ambientais.

Local: Teatro Guararapes

Data: 28/05/15

Hora: 09h-11h

Reladoras: Gabriela Falcão e Thayse Paraíso

Coordenadora: Cláudia Regina Tininis

Conferencistas:

Cristina Maria Buarque

Márcio Adriano de Azevedo

Debatedora: Maria Clara K. Schneider

Resumo das falas dos Conferencistas:

Márcio Adriano de Azevedo

Iniciando sua fala, fez destaque à centralidade do Fórum, enquanto possibilidade de debate e prospecção de perspectivas cidadãs, fazendo alusão a autores como Milton Santos, Isabel Sabino e Florestan Fernandes, falando da necessidade de se trabalhar o tema proposto fazendo-se uma abordagem no que se refere à valorização social.

Ao discutir sobre Trabalho e Educação numa perspectiva social, afirmou que apenas poderia fazê-lo partindo dos seguintes pilares: variedade mestiça, aspectos sociais

e culturais, tipos de trabalho e estratificação social. Referindo-se a Arroyo, destacou que, nesse processo, faz-se necessário também um olhar social, considerando as lutas e realidades constituintes, e não apenas a dimensão técnica do trabalho, devendo-se observar, ainda, os direitos adquiridos e a diversidade.

Os desafios, segundo ele, são demonstrados em documentos recentemente publicados pela UNESCO, como o Relatório Professores do Brasil, em que são apontadas as áreas de Indústria, Comércio e Serviços como as que mais crescem no mundo produtivo. Por outro lado, segundo dados extraídos de bases e pesquisas nacionais, os maiores índices de analfabetismo e de violência atingem principalmente negros e pardos, classes pobres e pessoas acima de sessenta e cinco anos.

Diante disso, questionou: Nesta realidade, onde está o espaço para a educação permanente? Ao destacar números e conflitos, especialmente entre jovens negros e a violência, e a educação indígena, concluiu que se torna fundamental uma abordagem cultural mais profunda junto aos negros e índios, e, para isso, apresentou as seguintes proposições:

- olhar para projeções do Plano Nacional da Educação, destacando a necessária efetivação do sistema de colaboração entre os entes municipais, estaduais e federal;
- integração interministerial e intersetorial;
- continuidade e ampliação das iniciativas;
- avanço no respeito às comunidades tradicionais;
- cumprimento do ciclo da política, dos programas, projetos e ações, governamentais ou não, em sua agenda: formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação, em todos os seus desafios.

Ressaltou, a partir de exemplos do próprio IFRN, a função da educação profissional e tecnológica, tendo como cerne a integração entre Ensino, Pesquisa e Educação.

Destacou, ainda, os programas e ações sociais realizados no âmbito da Rede Federal, a partir da interiorização e da preocupação com as comunidades tradicionais, com as mulheres em situações de vulnerabilidade social, propondo: implementar observatórios mundiais, como defende a UNESCO, e que se faça um desses espaços, virtual e físico, voltado à diversidade, com ações de Ensino, Pesquisa e Extensão também voltadas aos indígenas, pescadores, quilombos, como acontece no IFRN;

Conclui que a dimensão técnica é relevante, mas que a dimensão da etnocultura faz-se fundamental. Citou, por fim, o livro *Pedagogia da Esperança*, de Paulo Freire, que faz referência à liberdade trazida da percepção de inconclusão, da limitação, da possibilidade, mas também da luta política e da transformação social. “O sonho se faz uma necessidade, uma precisão”.

Cristina Buarque

Iniciou sua fala destacando a importância do Fórum e o desafio da educação em formar sujeitos felizes, enfatizando a relevância e amplitude do tema escolhido para aquela mesa. Fez referência à concepção da Aprendizagem Contínua e aos 04 pilares inicialmente destacados, enquanto cerne desse processo:

- Aprender a saber
- Aprender a fazer
- Aprender a conviver
- Aprender a ser

Frente a isso, acrescentou o pilar *aprender a não parar de mudar*. A velocidade tecnológica exige dos indivíduos e coletividades que construam novos valores, hábitos e costumes, ponderou. É preciso aprender a estar em mudança. A tecnologia nos impõe novas formas, e pode nos auxiliar, ao trazer à luz questões relevantes, ao contribuir para termos sujeitos conscientes da luta. Faz-se necessário, portanto, também nos espaços da Rede Federal, a promoção estrutural da mudança, a consciência da luta.

O feminino no Ensino Profissional é um prolongamento da discussão da educação para as mulheres, disse. A palestrante constrói seu raciocínio numa perspectiva diacrônica, apresentando perspectivas e fatos históricos, desde a Idade Média, que contribuíram para serem construídos limites e possibilidades para o feminino, o que resulta na realidade hoje posta. Apresenta dados atuais de desigualdade e exclusão, inclusive no mundo produtivo e das áreas acadêmicas e de pesquisa.

Assim, destaca que os IFs precisam trabalhar para que as mulheres se interessem e ingressem em áreas e cursos majoritariamente ocupados por homens. Pesquisa realizada na UNICAMP, disse ela, apresenta que há pressão para que desde cedo as estudantes não gostem de certas disciplinas e áreas. Faz-se necessário, portanto, mudança na formação da ciência, que possui base patriarcal, reconhecendo os esforços do enfoque feminista da sociedade em possibilitar e reconhecer espaços para todos.

Ao falar em tecnologia e profissionalização das mulheres, a exemplo do Programa Mulheres Mil, acrescentou que esse Programa precisa pensar, em seus objetivos, em se ter espaço para cuidar das crianças, enquanto as mulheres estão na aula, haja vista o patriarcado designar às mulheres o cuidado dos filhos. É preciso, portanto, pensar nessas necessidades diferenciadas e ampliar seu alcance, tendo em vista o grande número de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Afirmou ser papel dos Institutos Federais entender, agir e estudar as diferentes situações das mulheres em sociedade, as quais não se enquadram em modelos, mas que esse fato precisa ser analisado observando-se: o papel e participação das mulheres no mundo acadêmico e científico, como estudantes e docentes; o motivo da tendência de se concentrarem em áreas que parecem dar continuidade às áreas socialmente designadas a

elas ou de menor status; relação das mulheres bem sucedidas com a discriminação; uso de traços caricaturais no processo de socialização e trabalho dessas cidadãs.

DESTAQUES:

Trabalho e Educação, numa perspectiva social, apenas se pode fazê-lo a partir destes pilares: variedade mestiça; aspectos sociais e culturais; tipos de trabalho e estratificação social. Necessidade de abordagem cultural mais profunda junto aos negros, índios e demais grupos tradicionais. O papel dos IFs no trabalho, para que as mulheres também se interessem e ingressem em áreas e cursos majoritariamente ocupados por homens.

PROPOSIÇÕES:

- Olhar para as projeções do Plano Nacional da Educação e a necessária efetivação do sistema de colaboração entre os entes.
- Integração interministerial e intersetorial.
- Continuidade e ampliação das iniciativas.
- Avanço no respeito às comunidades tradicionais.
- Cumprimento do ciclo da política, dos programas e projetos e ações, governamentais ou não, em sua agenda: formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação, em todos os seus desafios.
- Implementação de observatórios mundiais, como defende a UNESCO, e que se faça um desses espaços, virtual e físico, voltado à diversidade; à promoção estrutural da mudança, com a consciência de luta.
- Necessidade de se analisar o papel e participação das mulheres no mundo acadêmico e científico, como estudantes e docentes, como também o motivo da tendência de se concentrarem em áreas que parecem dar continuidade às áreas socialmente designadas a elas ou de menor status.
- Análise da relação das mulheres bem sucedidas com a discriminação, além do uso de traços caricaturais no processo de socialização e trabalho dessas cidadãs.

QUESTÕES:

Como institucionalizar essas mudanças?

PROPOSIÇÕES:

- Regime de colaboração ou cooperação dos entes, inclusive com programas e espaços para atender necessidades desses grupos, como creches para filhos de mulheres em formação.

- Implementação de projetos, como o citado Saberes da Terra, com a contratação de alguns acolhedores para ficarem com as crianças, enquanto as mães estudam.
- Pensar questão cultural e feminismo, a exemplo dos núcleos familiares indígenas;
- Cursos de políticas públicas para mulheres, administrando áreas com a perspectiva de gênero.
- Criação de Núcleos de Gênero, para discutir e propor ações nas Instituições.

7. Debate: (Bio) Diversidade: a diversidade humana e a sua relação com o meio ambiente.

Local: Auditório Ribeira

Data: 28/05/2015

Hora: 13h - 15h

Relatores: Elenice Gomes e Marcelo Melo

Coordenadora: Romilda Suinka

Conferencistas:

Hildonice de Souza Batista (IFBA)

Márcia Ângela Aguiar (Presidente da Anpae)

Paulo Gabriel Soledade Nacif (SECADI)

Mediador: Ivaldo José da Silva (Reitor do IF Sertão Pernambucano)

Hildonice Batista

Deu início à sua fala, ressaltando a importância do diálogo, alertando para a necessidade de resguardar as devidas fronteiras epistemológicas presentes no debate. Argumentou também no sentido de deixar claras as diferentes linhas de atuação, para que seja possível promover os Direitos Humanos e proteger populações, etnias e povos que têm seus direitos violados, sustentando que a compreensão acerca da diversidade e a preservação ambiental passam pela participação social efetiva (participação política, articulação e mobilização, para que não se percam as conquistas alcançadas).

Disse que a natureza exige, cada vez mais, que o ser humano encontre formas de compreendê-la, citando o episódio recente das chuvas em Salvador e o fato de as vítimas serem, em sua maioria, afrodescendentes. Fez alusão ao vulcão no Chile e às chuvas em Cuba, defendendo a necessidade de se compreender o que significa cada espaço em que as diferentes etnias, povos e comunidades estão inseridos.

Afirmou, também, que diversidade e biodiversidade são conceitos diferentes somente em termos acadêmicos e epistemológicos, uma vez que os seres humanos não vivem apartados da natureza, fazendo referência ao conceito de sociobiodiversidade em que o ser humano e a natureza devem se constituir em uma única célula de vida.

Ressaltou que os espaços ainda não estão adequados às pessoas em suas diversidades, chamando a atenção para a responsabilidade de se pensar metodologicamente e de se agir, em torno de nossas práticas, para que as questões “homem-natureza” tenham mudanças mais significativas. Faz-se necessário, portanto, disse ela, refletir sobre o valor da natureza para os diferentes povos, comunidades e etnias, citando o Recife Antigo e os novos empreendimentos imobiliários que estão em dissonância com a relação histórica do lugar.

Diante disso, questionou: “Será que ser moderno é desconsiderar a história?” Ponderou, afirmando haver a necessidade de se refletir sobre os reais beneficiários da ocupação imobiliária do Recife Antigo, sustentando que a educação profissional pode aplicar conceitos desenvolvidos por diversas áreas, citando como exemplo a solidariedade e a preocupação com o outro, defendidas por Milton Santos.

Afirmou que devemos nos aproximar do que é humano, entendendo que a educação profissional pode atuar de forma solidária, voltada ao ser humano. Sobre isso, citou o trabalho de um estudante no Fórum, voltado a uma comunidade quilombola. Destacou o afastamento acadêmico da realidade das comunidades, dizendo que todos os exemplos e questões abordadas perpassam por essa questão, uma vez que todas dialogam com a relação entre o ser humano e a natureza.

Para além das questões apresentadas, disse ser essencial à formação dos trabalhadores/docentes da Educação Técnica Profissional, e das pessoas em geral, pensar as questões sociais que as circundam. Citou grandes personalidades/pensadores como Martin Luther King, Mandela e Gandhi, fazendo também referência a uma canção tupinambá baiana que aborda esse tema. Finalizou sua explanação ressaltando que o meio ambiente e a diversidade são questões que devem estar na pauta da Educação Profissional e Tecnológica.

Paulo Gabriel

Iniciou sua fala trazendo a questão debatida em duas dimensões: biodiversidade e sua relação com o meio ambiente, bem como a apresentação da SECADI, afirmando que o conceito de sociobiodiversidade engloba a cultura, produtos e impactos do meio ambiente, isto é, tudo o que o território possui.

Fez referência a diversos grupos, povos e comunidades como exemplo da sociobiodiversidade brasileira, relatando que, há alguns anos, era necessário escolher, por exemplo, entre a identidade brasileira e a indígena, uma vez que esta era tida como uma espécie de enfraquecimento da identidade nacional.

Afirmou que reconhecer o outro não implica abrir mão de sua identidade, alertando para a necessidade de se analisarem os sistemas de produção a partir da realidade do território em que tais sistemas acontecem, sustentando que a biodiversidade de uma área é produto da história do uso humano e de sua relação com o ambiente.

Disse que, a partir da Geografia Física, surgem algumas questões: espaços com humanos e espaços sem humanos, e questiona: Será que existem áreas ainda não ocupadas? Falou também sobre a importância de se levar em consideração os saberes populares de comunidades tradicionais, para se entender a biodiversidade em sua totalidade.

Afirmou que os esforços mentais e sociais empreendidos por comunidades tradicionais são os mesmos daqueles empreendidos por comunidades da contemporaneidade, sustentando que existe uma relação muito grande entre a necessidade de educação de comunidades tradicionais e o reconhecimento da identidade destas comunidades. Em outras palavras, ponderou, não se pode desenvolver diretrizes para a educação das comunidades tradicionais, sem se reconhecer a identidade destas comunidades.

Asseverou que não há como se falar em educação do campo, por exemplo, sem se tocar na questão da Reforma Agrária. Disse também que, quando os indígenas fazem manifestação para a demarcação de suas fronteiras, por exemplo, eles também recorrem ao MEC para tratar de questões ligadas à educação indígena.

Adiantou que o reconhecimento do conhecimento acadêmico em detrimento do conhecimento de comunidades tradicionais é percebido, quando observamos as pesquisas que são desenvolvidas pelas universidades, dizendo ser necessário não só reconhecer, mas também avançar na pauta da sociobiodiversidade, pois as pessoas querem, por exemplo, ter direito diferenciado à terra, mas querem também ter acesso à mesma educação que é oferecida a todos (contradição na construção da pauta a ser encarada pela sociobiodiversidade). Citou, ainda, a pesquisa realizada no Alto do Rio Negro para demonstrar a erosão da biodiversidade e da cultura, quando uma comunidade tradicional é afetada.

Sobre a segunda dimensão anunciada – apresentação da SECADI/MEC – ressaltou o trabalho feito em relação às tecnologias assistivas e a importância de este tema ser debatido no âmbito da educação profissional, citando as temáticas da SECADI (EJA, Educação Especial na perspectiva inclusiva, Educação Ambiental e em DH, Educação do Campo, Indígena e Quilombola, Educação para relações étnico-raciais, Educação para a juventude), fazendo referência também ao fato de apenas 2% dos estudantes de cursos superiores em Salvador se autodeclararem negros; ao passo que 85% da população dessa cidade são de afrodescendentes, sustentando que este fato revela a desigualdade de acesso à Educação. Alertou, ainda, para a necessidade de se avançar nas metas definidas pelo PNE. Finalizou citando os desafios a serem enfrentados pela SECADI.

Márcia Ângela

Dando início à sua fala, a professora afirmou que a SECADI é fruto de lutas, por muitos anos, de diversos setores e movimentos, citando a Anped, além do ProJovem, como um projeto que revela a face das juventudes existentes no país. Disse que o conceito de evasão é polissêmico e que precisa ser encarado face à realidade social dos diferentes grupos. Como exemplo, trouxe a realidade da juventude em Salvador, a qual, durante o carnaval, deixa de frequentar a escola, mas isso não significa que eles tenham evadido.

Sustentou que todas as dimensões mencionadas pela mesa precisam de uma saída e entende que esta saída está na elaboração de projetos que sejam capazes de orientar para a ampla diversidade que temos no Brasil, bem como orientar os/as profissionais para lidarem com a diversidade existente.

Disse que a aprendizagem não se resume apenas à apreensão de conhecimentos, mas engloba uma série de outras questões. Alertou para a necessidade de termos diretrizes curriculares com uma concepção de educação que seja ampla e que incentive uma discussão nas unidades formadoras.

Sugeriu ser necessária a elaboração de uma diretriz nacional para reconhecer a diversidade e fazer com que este reconhecimento se reflita nos currículos, dizendo que esta diretriz deve prever a formação inicial e continuada dos profissionais/educadores, bem como as condições materiais ideais, para que tal formação aconteça; se não houver uma mudança nas condições de trabalho dos profissionais/educadores, não haverá mudanças no panorama da educação no Brasil, afirmou.

Disse que a docência é uma ação educativa que envolve conceitos, princípios, conhecimentos científicos, políticos, técnicos, estéticos e, por isso, não se pode abrir mão de uma diretriz nacional sem atentar para os conteúdos, tendo em vista que tudo isso envolve valores e perspectivas em disputa (retoma o exemplo de Paulo Gabriel sobre a Educação Indígena e a necessidade de se contextualizar essa educação).

Afirmou ser fundamental que o profissional/educador tenha uma formação teórica e prática muito sólida e não é possível ter cursos aligeirados para a formação docente (ter compreensão do mundo do trabalho, cultura, da história e identidades dos grupos aos quais será oferecida a educação). Questiona se continuaremos aceitando que a educação no Brasil seja medida apenas pelo IDEB, sem reflexão mais profunda sobre as metas colocadas. Diante disso, indagou: Qual o sentido da dimensão social do conhecimento oferecido pela escola? Qual o sentido científico e cultural do que está sendo ensinado nas escolas? Defendeu que uma educação universal e que respeite a individualidade requer políticas públicas que não podem ser simplificadas em projetos de caráter pontual e irregular.

Assim perguntou: O que o Estado brasileiro está fazendo para oferecer uma educação realmente emancipatória, ou seja, qual o compromisso público do Estado para garantir o acesso de todas/os a uma educação de qualidade, com base em fundamentos científicos

sólidos, não apenas calcada na dimensão técnica? Como fazer para que o princípio de respeito à diversidade seja levado efetivamente ao chão da escola e não fique apenas como letra morta da lei?

Defendeu a colaboração entre os entes federados para a formação de docentes da educação básica, além de promover a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Finalizou ressaltando a importância de discussão acerca dos processos em diferentes espaços formativos, e como as demandas destes espaços podem ser ouvidas, entendendo que somente uma ação docente sistemática, metódica e científica permite acesso ao conhecimento capaz de promover uma sociedade justa e digna.

DESTAQUES:

- Necessidade de compreender o que significa cada espaço em que as diferentes etnias, povos, comunidades estão inseridos; em outras palavras: é preciso analisar os sistemas de produção a partir da realidade do território em que tais sistemas acontecem.
- Não há como desenvolver diretrizes para a educação das comunidades tradicionais (povos indígenas, quilombolas, do campo, entre outros) sem reconhecer a identidade destas comunidades.
- Necessidade de elaborar uma diretriz nacional para reconhecer a diversidade e fazer com que este reconhecimento se reflita nos currículos; esta diretriz deve prever a formação inicial e continuada dos profissionais/educadores, bem como as condições materiais ideais para que tal formação aconteça.
- Mudança nas condições de trabalho dos profissionais/educadores é condição fundamental para que haja mudanças no panorama da Educação no Brasil.
- Na ocasião, a professora Sandra Soares, da Secretaria Estadual de PE, informou sobre a realização dos primeiros jogos indígenas regionais, em Palmas (TO), de 20 de outubro a 01 de novembro.

QUESTÕES:

Um professor do IFPE disse ser professor-pesquisador que trabalha com movimentos sociais (MST, população quilombola) e que se sente isolado em seu ambiente de trabalho. Ressaltou as diferenças epistemológicas adotadas pelas diferentes comunidades, fazendo referência à fala da professora Márcia, quando destaca a necessidade de formação dos professores e também dos gestores; pensa que o conceito de tecnologia não é entendido em sua totalidade por muitos profissionais que trabalham em Institutos Federais e pergunta o que pode ser feito para nos aproximarmos das comunidades.

Gidalva (IFPE) destaca a fala de Paulo Gabriel e pergunta à conferencista Hildonice: Como a pessoa com deficiência é vista dentro dos diferentes espaços institucionais de formação indígena?

Paulo Roberto, do IFMA, pergunta à professora Márcia, como pode se dar a articulação dos saberes populares com a educação básica? Professora Márcia (responde a Paulo Roberto – IFMA): Os IFs são novos e, somente agora, a cultura de aproximação entre os diferentes saberes está sendo formada; a aproximação dos conhecimentos populares com a educação básica não acontecerá sem um processo formativo dos docentes e sem que as condições materiais dos profissionais sejam alteradas (tempo para planejamento, estudo); ressaltou a importância do Projeto Político Pedagógico – PPP – para enfrentamento de questões políticas que acompanham questões pedagógicas; sustentou novamente que deve ser rompida a separação entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Professora Hildonice (responde ao professor do IFPE): O professor não está isolado, aos poucos as mudanças acontecem; argumentou que trabalhar com movimentos sociais e organizações que pretendem a transformação social leva tempo, pois exige observação para reconhecimento dos saberes produzidos pelos diferentes grupos, comunidades e povos (necessidade de “conviver com”: conviver com a comunidade e conhecer as tecnologias por ela utilizadas); alertou para a necessidade de ouvir o que a comunidade tem a dizer; a formação acadêmica distancia as pessoas das comunidades e isso exige que as pessoas se dispam de suas vaidades, para se aproximarem das comunidades.

Paulo Gabriel lançou mão da metáfora do sinal vermelho/verde para falar sobre diferentes decisões históricas que tinham como objetivo excluir determinados grupos; sustentou que decidir que algo é verdadeiro não significa que este algo seja verdadeiro, mas significa que as consequências desta decisão são terríveis; ou seja: é preciso coragem para agir, debater institucionalmente; os projetos precisam revelar a diversidade existente no Brasil (o esforço para compreender a realidade de uma comunidade quilombola pode ser muito mais complicado do que compreender teorias atômicas); sustentou que a mentalidade nas universidades e IFs ainda é conservadora; a expansão dos IFs se deu de forma conservadora, o que precisa ser mudado.

Hildonice (responde a Gidalva): Da mesma forma que as pessoas com deficiência em nossa sociedade estão lutando para serem reconhecidas, as populações indígenas também estão lutando pelo reconhecimento de pessoas com deficiência dentro de sua cultura; as pessoas com deficiência já são pauta nas discussões das populações indígenas, respeitando-se a construção histórica de cada povo.

Márcia Ângela (responde a Paulo Roberto, IFMA): Fazendo referência à fala de Paulo Gabriel, sustentou não existir “a universidade”, mas sim “universidades”, com diferentes histórias e disputas, razão por que não há como falar em uma única perspectiva comum a todas as universidades. Ratificou a necessidade de diálogo entre os diferentes grupos, com todas as suas particularidades, idiosincrasias e disputas epistemológicas.

8. Debate: Pluralidade Cultural: diálogo sobre gênero, etnia e gerações.

Local: Teatro Beberibe

Data: 28/05/2015

Hora: 13h - 15h

Relatores: Adriano Ribeiro da Costa - Leda Correia da Silva

Coordenador: Garabed Kenchian

Debatedores

Sonia Couto – Centro Paulo Freire

Tânia Maria Barbosa Guerra (IFSUL)

David Paul Obrien

Mediadora: Sheila Zanchi Ceceon

Sônia de Couto Feitosa

A palestrante iniciou cumprimentando a mesa e falando da alegria em estar discutindo na oportunidade uma questão ‘tão cara’ para ela, enquanto mulher negra e representante das classes populares, condição esta que lhe impôs, assim como a outras mulheres nessa condição, uma luta maior em se tratando de vencer barreiras e dificuldades.

Indicou que sua fala naquela mesa partiria da perspectiva freiriana, da categoria de denúncia e de problematização na educação, ressaltando a necessidade de reflexão a partir dessas categorias. Nesse sentido, pautou-se na perspectiva trazida por Paulo Freire, da necessidade da luta e de sair de uma posição de acomodação para o lugar de uma educação emancipadora.

Com base nesse pressuposto, iniciou dialogando sobre a concepção de pluralidade e de equidade, indicadas no título daquela conferência, afirmando existir pluralidade, mas não equidade, pois elas correspondem a concepções distintas. A igualdade é garantida por leis, a exemplo da própria Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto do Idoso. No entanto, é preciso que exista equidade. A construção da equidade tem sido dificultada e limitada por questões como contextualizações econômicas e culturais, por limitações religiosas, regionais, as quais devem ser problematizadas, frisou.

Nesse sentido, a educação assume papel importante, ou seja, o de colocar-se a serviço da transformação, numa perspectiva emancipatória, tal como Paulo Freire afirmava. Citando o educador brasileiro, ressaltou a crença de que outro mundo é possível e que se faz necessário educar para transformar, propiciando a saída de uma situação de consciência ingênua para uma postura problematizadora.

Para ilustrar essa nova tomada de consciência, a palestrante citou a experiência de Paulo Freire na alfabetização de jovens e adultos na década de 1960. Questionando seus estudantes sobre o contexto no qual viviam, sobre o trabalho que exerciam e sua

própria condição de moradia, Freire os levava a construir uma nova consciência. Enquanto trabalhadores, fabricavam tijolos.

No entanto, suas moradias eram de pau-a-pique. Quais seriam as explicações? A resposta era porque eram pobres. Mas por que eram pobres? O exercício de reflexão sobre a condição de vida levava-os a pensar o sistema econômico como explicação, de modo a desnaturalizar a pobreza na qual viviam, saindo de uma consciência ingênua e crença de que tudo seria vontade de Deus.

Ressaltou, então, que a educação para outro mundo é possível e que se precisa problematizar essas questões. Nessa direção, a palestrante questiona: Qual o lugar da educação hoje? O currículo atende a essa perspectiva problematizadora? Prosseguindo, disse que há uma necessidade de a sociedade brasileira reivindicar uma educação que atenda à diversidade e à emancipação. Enfatizou, porém, que, na prática, não percebemos acontecer essa mudança na educação, apenas nas leis.

No que se refere à discussão de gênero, ressaltou que falar de gênero é falar de masculinidades e de feminilidades, e que há diferentes formas de ser masculino e de ser feminino. Apesar da abertura na sociedade, lembra que há ainda uma forma hegemônica que continua sendo reproduzida, que é cobrada e que ainda lida como inaceitável a mudança nessa compreensão da forma de ser homem e de ser mulher. Condição posta na atualidade, dizendo ser preciso que a escola possa lidar com essa situação com mais naturalidade.

De acordo com ela, as diferenças entre homem e mulher são construídas social e culturalmente, não sendo tanto um dado biológico, mas cultural. Corroborando a ideia, afirma que a condição de gênero, definido culturalmente pelo nascimento, não está definido por isso para o resto da vida. Diante disso, questionou: A partir de quais espaços e de que forma acontece e se consolidam esta condição e os estereótipos?

São reiterados pela escola, pela família, através dos meios de comunicação de massa, nos livros didáticos, nos próprios brinquedos predefinidos como sendo de meninos ou de meninas. Os próprios livros didáticos reforçam estereótipos e a maneira equivocada de ver e pensar o que é ser homem e o que é ser mulher e, nesse caso, de compreender a própria questão de gênero, segundo a palestrante.

E, nesse sentido, compreende que há uma pressão social para que masculinidades e feminilidades sejam construídas, considerando as definições estabelecidas socialmente, colocando o cuidado de crianças, por exemplo, como uma exclusividade da mulher. Esta condição posta precisa ser problematizada pela escola, ponderou. Estas práticas consolidadas não afetam nosso cotidiano?

Quantas vezes não se escuta no trânsito, diante de determinadas situações, que ali não seria o 'lugar' feminino? A necessidade de trabalhar o conceito de gênero na escola vai ao encontro, pois, da construção de relações menos injustas de gênero, afirmou. Citando reportagem nos EUA sobre o crescimento dos *fast food* e a relação que nela se faz com o crescimento da empregabilidade feminina, a palestrante alerta para as mensagens

subliminares acerca dos lugares femininos. Tais aspectos ainda são corroborados pela condição desigual de salários, ou ainda, por situações de assédio a que são submetidas as mulheres e que refletem uma questão de gênero, disse.

Considerando-se essas questões, quais seriam então as possibilidades de mudança? Para a palestrante, programas sociais inclusivos, como o PRONATEC, Mulheres Mil, Brasil Carinhoso e outros que visam ao exercício da cidadania, retirando mulheres da condição de invisibilidade, constituindo um dos caminhos possíveis.

E quanto a questões étnicas e ao racismo instituído? Para ela, é difícil uma criança negra assumir sua identidade étnica, quando o que se mostra sobre o negro, também na escola, está associado a algo ruim. Ela recorda que as imagens em livros, por exemplo, nunca mostram negros escrevendo ou realizando trabalhos artísticos. Apenas os mostram numa condição escrava, submissa.

Não há imagens que mostrem a cultura, as ciências. É como se os negros passassem a existir apenas a partir do momento em que entravam num navio negreiro. Como exemplo dessa discriminação dos negros, a professora citou o *Day After*, o dia seguinte da abolição da escravatura, mencionando que cerca de 12 milhões de negros foram expulsos das senzalas, para lugares que, depois de alguns anos, viraram as favelas das grandes cidades. E tendo sido nesse processo destruída muita coisa em termos de documentação a respeito desse povo, ou mesmo não havendo documento algum, como saber as origens, a etnia a que pertence ou a que seus ancestrais pertenceram?

O racismo advindo desta condição se torna mais ativo através dos padrões estéticos, o padrão de beleza do branco. Pesquisas apontam que as crianças negras não se identificam com sua cor. Até na linguagem que adotamos, acabamos por reforçar o preconceito: “a coisa tá preta”.

Com relação a gerações, a idade, também encontramos construções sociais. O termo idoso, por exemplo, avalia como um eufemismo. Por que não falar velho? Na cultura oriental, o velho é aquele que tem sabedoria, que traz a marca das vivências. É preciso ensinar isso aos jovens. Ao falar sobre juventudes, a professora citou, então, Paulo Freire: “os adultos deveriam compreender melhor que a rebeldia faz parte do processo de autonomia (...). A escola deveria ser um espaço onde os jovens possam construir sonhos”.

Enfatizou que a sociedade capitalista renegou os idosos ao esquecimento. Não há lugar para o velho na sociedade capitalista. Nesse contexto, a educação assume papel importante: não coisificar as pessoas, buscando a justiça social e o respeito aos direitos humanos. Finalizou, com a apresentação de uma produção argentina, intitulada “O trabalho”, em que procurou provocar a reflexão sobre como o trabalho assumiu a função de coisificar as pessoas, concluindo desejando que “a educação que nós buscamos não nos transforme em coisas”.

David Paul Obrien

O palestrante iniciou saudando os presentes e pedindo desculpas e paciência, pois decidiu falar em português, mas possui algumas limitações quanto ao vocabulário. Retomando a fala da palestrante anterior ao abordar os preconceitos criados a partir dos lugares de gênero, o Prof. David, cuja área de pesquisa é a ciência cognitiva, afirmou que a capacidade de fazer inferências lógicas independe da escolaridade e do lugar do sujeito, apesar de alguma literatura antropológica partir do pressuposto de que não haveria esta condição.

Falou um pouco de sua experiência como pesquisador no Brasil, inicialmente na região Norte, em Rondônia, e de pesquisas envolvendo grupos sem letramento, analfabetos, afirmando que nas pesquisas percebeu que precisava descobrir como fazer pesquisa. Para ele, precisamos educar a nós mesmos. A situação de preconceito existe enquanto há condição de opressão. Esse preconceito pode ser combatido quando compreendemos que todos podem fazer inferências lógicas, pois esse processo mental não depende de escolaridade.

Mencionando uma fala de Barack Obama, o futuro do país está na educação. A solução, então, segundo os políticos, seria investir mais dinheiro com a educação tecnológica.

Porém, David levantou os seguintes questionamentos: para que a escola dispõe de um tablet para os estudantes? Isso tem mudado a educação? De que forma? Por que não educar uma criança como antigamente, com brinquedos não tecnológicos? Para ele, a tecnologia não é uma panaceia para a educação. A tecnologia em sala de aula não é necessariamente para melhorar a aula.

Discutindo o conceito de inclusão, apontou em sua fala os preconceitos que existem com pessoas com problemas de autismo. A exclusão de pessoas se dá simplesmente porque são diferentes de nós e é necessário, principalmente nos EUA, amplificar o conceito de inclusão. Finalizando sua fala, salientou que quando estamos pensando em grupos como mulheres, negros, indígenas, ou mulheres pobres, precisamos questionar o seguinte: por que existem essas diferenças?

Por questões históricas, e essa história precisa reconhecer que esses pensamentos de preconceitos e opressão são resultados do colonialismo, imperialismo, genocídio. O sistema capitalista, tido como natural, só existe há dois ou três séculos. Para ele, se não pensamos que isto corresponde a uma história da opressão não poderemos melhorar essas coisas.

Tânia Maria Guerra

A professora Tânia iniciou cumprimentando a todos e falando da satisfação, para ela, que é da Rede Federal, se apresentar no III FMEPT, evento que até pouco tempo não se reunia para fazer discussões maiores, sendo aquele Fórum um lugar por excelência para se discutir cidadania e direito à educação, acrescentando que a temática definida

para o III FMEPT se destaca dos anteriores, em especial pelo momento de intolerância, de incoerência e de agressão ao meio ambiente e capacidade de raciocínio.

Chamou atenção para o lugar destinado a esses debates dentro das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Tecnológica. Segundo ela, não tem sido prioridade de nossas instituições discutir questões de gênero, preconceito etc, indicando que há uma dificuldade, inclusive histórica, em lidar com o debate em torno de direitos humanos, meio ambiente, pontuando que esses debates são e deveriam ser tão importantes quanto as disciplinas técnicas.

Reforçou que o exercício da cidadania precisa ser debatido em nossas instituições, para que seja vivenciado no cotidiano, enfatizando que a cidadania se constrói ao longo da vida. Como militância, existe no dia a dia. Finalizou sua fala, fazendo uma citação a Leonor Todov, de que “temos de nos reinventar enquanto seres humanos, para estarmos aptos a contribuir com a construção de uma sociedade justa e igualitária.”

Considerando as questões apontadas, questionou, então: Que educação queremos? Nesse sentido, o papel que nós temos enquanto escola deve ser pensado, pois a preocupação tem que ser com a formação integral do ser humano; com uma sociedade justa e igualitária.

DESTAQUES

- Distinção entre os conceitos de igualdade e equidade.
- Necessidade de uma educação emancipatória e de desnaturalizar condições estabelecidas e preconceitos instituídos.
- Necessidade de construir novas relações de gênero.
- Papel da educação: não coisificar as pessoas, buscar a justiça social e o respeito aos direitos humanos.
- A situação de preconceito existe enquanto há condição de opressão.
- Necessidade de questionar o porquê de as distinções existirem, para podermos transformá-las.
- Necessidade de inclusão do debate sobre direitos humanos e outros temas no currículo do ensino oferecido na Rede Federal, pensando-o tão importante quanto o currículo técnico.

QUESTÕES:

1. Hércules (BA) – Diz que a ideologia de Karl Marx está sendo relegada ao esquecimento em nossa sociedade. Em decorrência disso, questiona: Qual é o papel da educação para superação desse sistema? Tem observado o destaque no FMEPT à necessidade de superação, mas se pergunta como fazer essa educação, diante do que foi apresentado?

2. Alberto (Bom Conselho) – Do ponto de vista sociocultural, é possível que um sistema de cotas diminua verdadeiramente a diferença de gênero na sociedade? Essas cotas não aumentam as diferenças e o preconceito? Quando olha a história da educação no Brasil, constata que havia, na década de 1920, a necessidade de educar. Hoje, há crise: pessoas alfabetizadas, porém, analfabetas funcionais. O que isso geraria de melhora para o país?

3. Jônatas (IFAM) – Retomando a fala da professora Sônia, sobre diversidade, e citando Rousseau, que propõe educar criança como criança e não como adulto, questiona se não seria de nossa responsabilidade como educadores, tratar a questão de gênero a partir da perspectiva do respeito à diversidade; e não a partir de uma visão de uma construção social e histórica?

RESPOSTAS DA MESA:

Professora Sônia:

No que se refere ao primeiro questionamento, com o resgate de Marx, diria, com base em Gadotti, que hoje há mais que uma luta de classes. Vivenciamos o ódio de classes e uma polarização. Um grupo antes hegemônico, com privilégios, hoje vê outro grupo acessando bens antes a eles não acessíveis. Isso tem gerado casos de intolerância com o outro, como visto em manifestações. Quando se ouve falar “para que Bolsa Família”? Se nós que fazemos Mestrado e Doutorado podemos receber bolsa, porque quem não tem condição de estudo não pode? Como fazer um desmonte dessa lógica? Pensa que a educação precisa estar ancorada nos princípios frerianos e na promoção da dignidade humana e dos direitos humanos com as mesmas condições de acesso.

No que se refere ao segundo questionamento, sobre se o sistema de cotas não legitimaria desigualdades, retomou a discussão de igualdade e equidade, dizendo que para pessoas diferentes, é preciso criar estratégias diferentes. Hoje o sistema de cotas é necessário pela condição de desigualdade do país. A cota garante a educação a pessoas que não tiveram oportunidade. Concorde quando se diz que o sexo feminino ou masculino é o indicado em registros, mas não está garantida a aceitação dessas pessoas na sociedade.

Professora Tânia:

Prefere pensar que homem, mulher, homossexual são seres humanos e temos a obrigação de, além de respeitar, valorizar as diferenças. Acha que se somos seres humanos e se adotarmos o afeto e o cuidado com o outro, não teremos as respostas que por vezes temos.

Professor David:

Afirma que parte das ideias de Marx ainda está viva. No capitalismo, as pessoas

não têm valor. Como educar melhor? Para entendermos o problema de como educar, precisamos pensar antes em por que educar. Por que as pessoas querem ser educadas? Por que alguém quer aprender a ler, entrar na escola, na universidade? Quais motivações? Melhor emprego, mais dinheiro, posição de poder, de influência? Se pensarmos a educação como motivo para isso, criamos uma situação competitiva. A vida não é necessariamente competição, afirmou.

9. Palestra: Novos olhares da Educação Profissional e Tecnológica: incursões sobre a diversidade e a cidadania.

Local: Teatro Beberibe

Data: 28/05/15

Hora: 15h30 - 17h30

Reladoras: Rosana Teles e Bernardina Araújo

Coordenadora: Xênia Luna de Souza

Palestrantes

Leslie Campaner de Toleno

Renato Peixoto Dagnino

Silvani dos Santos Valentim

Mediador: Paulo Fernando de V. Dutra

Leslie Campaner

Inicialmente, a Professora destacou a importância do tema “Novos olhares da EPT”, dizendo que ele é interessante como mensagem, o que a levou a refletir sobre como abordar a questão. Resolveu iniciar contando uma história de Marina Subirat. Na essência, essa história falou de um contexto em que se converter em ser humano era reproduzir os valores da forma mais fiel possível, porque qualquer mudança poderia ser um erro fatal.

Era dessa maneira que se adquiria o conhecimento. Toda inovação era, portanto, castigada, por ser perigosa. As coisas eram de um determinado modo, porque não podiam ser de outro, por isso não havia questionamentos e toda inovação parecia pecado. Imitavam-se os avós, os pais, os tios, mantendo-se na rota já traçada, pois com ela se teria aprovação dos adultos e segurança, tanto aqui, quanto no céu.

A vida era curta e difícil, e as hierarquias eram intocadas. Quem tinha poder, o tinha para sempre. A população calava-se e frustrava-se. Essa foi a “infância” da humanidade, afirmou. Porém, cresceu o número de pessoas que pensavam que a inovação pode construir, cresceu o número dos que não se resignavam a aceitar as ideias impostas.

Assim, tudo ou quase tudo foi colocado em dúvida. Descobriram-se que outras formas de ser e estar eram possíveis.

Hoje, disse ela, sabemos que mulheres e homens não crescem pela natureza. Eles crescem segundo a educação que lhes foi dada. A educação é cada dia mais importante, mas não como molde, e sim, para que cada pessoa possa contribuir com a sociedade, realizar seus desejos.

Essa nova fase, a da “adolescência”, tem vantagens e desvantagens, permitindo-nos que sejamos mais livres e felizes, organizando nossa vida como considerarmos melhor. Vivemos mais tempo e vivemos organizando nossa vida da maneira que considerarmos melhor. Muitas oportunidades são abertas para os jovens. Não se aceitam mais imposições sem que elas sejam da natureza ou por necessidade de convívio. Hoje se sabe que não há verdades eternas.

Até mesmo as verdades que nossas famílias nos passaram podem ser questionadas, modificadas, porque, na verdade, elas são conceitos. Preferimos a mudança, mesmo que isso exija esforço. Se não gostamos da sociedade em que vivemos, da escola, devemos questionar.

Há desigualdades que foram sendo carregadas, numa educação essencialmente masculina. Centenas de gerações nos transmitiram esses códigos que ainda hoje estão em nossos gestos, em nossas palavras.

Muitas vezes não superamos esse aprendizado do passado, não conseguimos largar essa “mochila do passado”, por isso espaços como este – o III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica – são tão importantes, inclusive pelas conversas, pelas ideias que são trocadas nos corredores. Não existe democracia sem as mulheres. Não existe cidadania sem todas as cidadãs.

Nosso olhar da Educação Profissional e Tecnológica conhece isso. É necessário reconhecer o que aconteceu, o que se passou e o que se passa no mundo do trabalho. Este é saúde, independência, paraíso da cidadania, porém não se contava com uma cultura trapaceira que não contribuía para isso acontecer. O trabalho produz bens, e essa questão permite empregar pessoas na sua dinâmica, mas surge armadilhas.

A primeira delas é que não foram consideradas trabalho, ou do mundo do trabalho, todas as atividades humanas, mas aquelas que representavam ganho financeiro, por isso, ao longo do tempo, as mulheres foram excluídas do mundo do trabalho. Suas atividades, por vezes, eram consideradas passatempos. As mulheres ficaram presas a um ambiente doméstico, denominadas como “do lar”, “domésticas”, “rainhas do lar”, o que ajudou a contribuir com a discriminação, com a ideia de que existem tarefas próprias de mulher.

Não havia escolha! Isso contribuiu para a inexistência da mulher, pois ela não era vista, e o que não se vê não existe. Passou-se da invisibilidade à inexistência. Por isso, para algumas culturas, as mulheres “não existiam”; elas ficaram desaparecidas. É só ver como foram apagadas da história. Os livros de história omitem as vencedoras, as benzedoras, as heroínas, o trabalho das mulheres no período das guerras. Elas desaparecem desse acervo.

Lembramos as condições duras de trabalho das mulheres fora de casa, sua dupla jornada, e com salário mais baixo que o dos homens que desenvolvem a mesma tarefa. Houve um tempo em que se recebia roupa, teto, alimento como forma de pagamento do trabalho executado. Destaca-se também a necessidade de que a mulher tinha de justificar seu trabalho, dizendo, por exemplo, preciso trabalhar para ajudar a família. O trabalho das mulheres não era visto como contribuição para a sociedade.

O grande passo para a aceitação do trabalho feminino foi no século XIX, no contexto da Revolução Industrial, para complementação da renda familiar. As guerras, o movimento feminista, as universidades levaram à entrada em outra fase, e mesmo em condições difíceis, de desigualdade, mesmo entre armadilhas, o trabalho sempre foi uma forma de a mulher adquirir reconhecimento. Essa cultura de hoje foi sendo construída pelo mundo do trabalho também. No contexto atual, mais mulheres estudam por mais tempo, embora tenhamos ainda menos diretoras, menos chefes, menos líderes atuando.

Na Europa, segundo afirmou, na crise atual, muitas pessoas acham que os homens devem ter prioridade em relação às mulheres no mundo do trabalho, sem contar que, diante das dificuldades, elas são as primeiras a serem demitidas. As licenças para cuidar de crianças doentes são na maioria solicitadas por mulheres. Em média, 60% delas realizam tarefas domésticas, além da jornada de trabalho fora de casa; enquanto os homens somam 40% com esse perfil.

A aposentadoria delas é mais baixa, inclusive. A última das armadilhas é a culpa. Culpa diante de si e dos demais. Culpa por “abandonarem” o lar, por “deixarem” a família; ou culpa por deixarem o trabalho para cuidar da casa e da família. Precisa-se e se quer igualdade de direitos. Que venha essa igualdade com tudo que vier!

Renato Peixoto Dagnino

Após cumprimentar as mulheres, tendo em vista a fala da Professora Leslie Campaner, o professor diz que ficou pensando sobre o que a rede dos Institutos pode fazer acerca da cidadania. Então, ele optou por falar sobre a missão da Rede Federal: ofertar Educação Profissional e Tecnológica como processo educativo. Na trajetória da Rede Federal, disse ele, houve uma transformação na década de 1990, e uma das metas foi transformar economia informal em economia formal, com a missão de satisfazer as demandas de pessoal para operar a tecnologia importada.

A Rede se expandiu, por conta da força de trabalho, que ficava qualificada, gerando um aprofundamento do modelo exportador. Contudo, veio a globalização, e com ela o abandono desse modelo, apesar de o pacto que o sustentou ainda estar vigente. O milagre não aconteceu, tanto que ainda há pessoas procurando comida no lixo. Abandonou-se um modelo e se fez adesão a outro.

Dentre os 200 milhões de brasileiros, mais de 160 estão em idade de trabalhar, mas desse grupo só 45 estão na economia formal e 7 na indústria. Quando “tudo dá certo” com

a formação técnico-científica o mercado não a absorve. Nos últimos 12 anos foram gerados 18 milhões de empregos, mas nasceram 25 milhões de pessoas.

Mas, e a missão da Rede? Quais são as medidas para “sulear” a Rede? Para quem serve essa dinâmica? Para os mais ricos. As pesquisas em saúde são para atender às demandas dos países ricos e das Forças Armadas, pois a dinâmica é para os mais ricos e para fins militares. Do que se gasta em pesquisa hoje, 70% são utilizados com os transgênicos. A desigualdade aumenta em todo o mundo e o desemprego da juventude tem se agravado em todo o mundo. O que temos na dinâmica técnico-científica mundial é o consumismo. Todos desejam uma sociedade mais justa, e a visão marxista tradicional é de que o conhecimento para servir à sociedade tem que passar pela empresa.

Se ela for inovadora e competitiva, gera mais empregos. Entretanto, a dinâmica nos mostra que isso é um sonho. Fala-se em inovação, como se isso resolvesse o problema das empresas. Faz-se uma crítica aos modelos econômicos considerados perversos, e, em meio aos questionamentos, pergunta-se se a ética não resolve. Muitos pensam que só a revolução e o socialismo resolvem. Tem-se um duelo entre as mentes cinzas e as mentes vermelhas.

O marxismo convencional acredita que, a longo prazo, há o desenvolvimento das forças produtivas. Pensa-se na dimensão ética como possibilidade; pensa-se no socialismo como nova possibilidade. Defende-se a economia solidária e pensa-se: enquanto a revolução não vem, vamos produzir ciência de qualidade. Afinal, o que os cientistas querem?

Então, vamos implodir a tecnociência, voltar à época das cavernas? Nenhum país do mundo vai comprar tecnologia, ele primeiro vai roubar, copiar tecnologia, e isso desqualifica a pesquisa acadêmica. Imperativos econômicos geram tecnociência e vão defender que as demandas sociais constituem importantes janelas de oportunidades para a pesquisa. Para que serve a pesquisa universitária? O resultado da pesquisa não é importante para as empresas. Assim, a pesquisa acadêmica é desvalorizada. No Brasil, a inovação se dá por tecnologia. O que significa essa diferença? Vivemos em um modelo eurocêntrico.

Precisamos de pesquisas convivendo com a população, aprendendo com ela, e não daquelas que se fecham em um laboratório. Entre 2006 e 2008, formamos inúmeros mestres e doutores em “ciências duras” no país. Mas, e a relação economia informal - economia formal? É uma ilusão que pertence ao passado. A inclusão social não ocorrerá pela via do emprego e salário, e sim pela oportunidade de trabalho e renda. A proposta da economia solidária ocupa um grande espaço na agenda do Governo. Com ela, no lugar de trabalho e renda, tem-se emprego e salário. O novo contexto tem uma demanda por profissionais diferentes. Precisamos de trabalho, renda e de tecnologia social.

Silvani Valentim

Inicialmente, a Professora falou de sua opção por trabalhar no CEFET-MG, o que o faz com muito orgulho, pela história da Rede, em meio aos trabalhadores, para atender-

lhes, o que é um desafio constante. Como pedagoga de formação, trouxe uma pedagogia problematizadora, que trata da relação entre ponto-chave, teorização e hipótese de solução.

Destacou que estudos do IPEA sobre questões étnicas e de gênero, publicados em 2013, revelam as disparidades entre brancos e negros, e que elas são maiores quando se tem 12 anos ou mais de estudo. As políticas públicas existem para minimizar a discrepância, mas ainda existe a grande desigualdade. Então, a palestrante faz uma crítica ao modelo de política de igualdade e afirma que, se não houver tratamento diferenciado, a justiça social objetivada por essa política não será consolidada.

Para reforçar a colocação, Valentim se apoia em referenciais para Educação em Direitos Humanos, sobretudo o Parecer CNE/CP N° 8/2012. Disse que uma ação realizada no CEFET-MG para atender aos direitos humanos foi a criação de uma Coordenação Geral de Relações Étnico-Raciais, Inclusão e Diversidades. Dentro dessa Coordenação há os núcleos. Fez referência a perguntas que não podem calar! Políticas de Extensão incluem nos eixos temáticos temas como relações étnico-raciais, gênero e diversidade sexual? A relação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão pressupõe quais transformações?

Sobre isso, afirmou que a Extensão tem que se articular com a sociedade e tentar interferir na realidade do entorno. Precisa sair do lugar de conforto do “conhecimento”. No âmbito das relações étnico-raciais, disse que o CEFET-MG está buscando fazer um acompanhamento da implantação e implementação de ações da política de ações afirmativas (cotas sociais e raciais) e o monitoramento das iniciativas e ações institucionais com relação às AA. Consta o Programa Educação Escolar Quilombola, que visa abrir possibilidade para construção do diálogo sobre a questão indígena. Disse que precisamos construir uma prática que traga como preocupação para nosso currículo a questão indígena.

Em virtude das desigualdades raciais, criou-se a Frente Negra em 1931, no Rio de Janeiro, voltada para a educação do povo negro. Essa Frente criou, em 1931, escolas, de forma alternativa, com professoras negras, conforme a foto exibida pela docente. A Frente Negra também mantinha um jornal – A voz da raça – e um salão de baile, com cerca de 200 mil filiados. A entidade visava proteger a população negra de abusos e agressões, com rígida disciplina militar. Valentim acredita que era uma disciplina voltada ao estar preparado para reagir contra a reação da polícia. A Frente gerou organizações de caráter nacional que reivindicavam direitos sociais.

10. Observatório Mundial: Gestão democrática, participação social e desenvolvimento humano na Educação Profissional e Tecnológica

Local: Teatro Guararapes

Data: 28/05/2015

Horário: 18h - 20h

Relatores: Verônica Maria Rodrigues da Silva e Ivo Félix

Coordenadora: Xênia Luna Alves de Souza

Debatedores

Frei Betto

Elísio Estaque

Rildo Marques

Mediadora: Carla Comerlato – Reitora do IF Farroupilha

Elísio Estaque

Deu início à sua fala afirmando: “A construção do humanismo passa pela partilha de nossa humanidade pessoal.” Dando sequência, ressaltou que a aprendizagem se faz com múltiplas experiências, com a capacidade de nos deixarmos surpreender. A pedagogia é a abertura do espírito que proporciona a descoberta de nós próprios. E é um processo contínuo. Estamos sempre aprendendo, principalmente quando estamos ensinando, disse. Não é nos bancos das escolas ou paredes das universidades que aprofundamos nosso conhecimento da vida e do mundo, ponderou. O conhecimento técnico e avançado é muitas vezes mutilado e mal utilizado, quando não acompanhado de uma formação humana, cidadã e política, considerando política no seu sentido mais nobre, que é o da preocupação com o social.

A maioria dos dirigentes políticos não oferece confiança, não oferece credibilidade, e por isso a juventude não tem se interessado pela política, não tem se engajado o suficiente nos grupos de participação social, afirmou. Muitos jovens na Europa, por exemplo, não se interessam por ir às urnas. O desenvolvimento humano parte também do indivíduo. Sem ser independente e autônomo, o indivíduo não consegue trabalhar coletivamente nas questões de cunho social.

“Tenho a esperança de que o povo, sentindo-se excluído, sentindo que os políticos têm lhes dado as costas, como em Portugal, que tem quase 40% de desemprego jovem e a Grécia, que passa de 50%, possa começar a aderir às possibilidades de participação social”. A população de Portugal, asseverou, tem se concentrado no litoral e em duas grandes metrópoles, causando a desertificação do interior. Vilas pequenas e vazias podem ser interessantes para o turismo, mas para a população é bastante complicado.

Afirmou haver muitos desequilíbrios, contradições e diferenças internas na Europa, que não está concordando em querer criar uma harmonia, com os mais ricos compartilhando com os que têm mais necessidades. Um caso de país que está relutante é o da Alemanha, que foi bastante ajudada com o perdão de muitas de suas dívidas no pós-guerra.

Acrescentou que aumentaram os investimentos na educação pública em Portugal, o que tem tido bons resultados, apesar de boa parte das instituições de Ensino Superior não ser totalmente de graça. O Ensino Profissional em Portugal, disse ele, é mais comum nas camadas com mais necessidade social, que não têm a pretensão de se aprofundar

muito teoricamente. Criaram-se muitas universidades, mas a economia e a sociedade não conseguiram absorver esses jovens que saíram das faculdades. Considera um erro o alto investimento no Ensino Científico, nos últimos 20 anos, em detrimento do Ensino Profissional.

Outro aspecto a ser considerado nessa dimensão é o endividamento das famílias, pontuou. Disse que havia estudado muito sobre as classes médias. Elas se deixam facilmente conduzir pelos aspectos do consumo e do consumismo. Todos têm direito a viver melhor, mas o consumismo é a capacidade que o marketing tem de aliciamento. O Brasil parece ser o país com atitudes mais positivas, que dá mais esperança quanto ao futuro. Quando se vê a população exigindo melhorias, vê-se que é o país que tem futuro, ponderou. As utopias do século XXI precisam ser reinventadas. Hoje, a influência da mídia é muito forte.

Hoje temos o ativismo virtual, disse. Quando vejo manifestações na rua, mesmo sem propostas, mostrando o que há de errado, eu reforço minha crença de que é possível que se desenhem novas utopias, ponderou. Novas utopias serão possíveis. “O Brasil tem muito a crescer, desde que continue investindo na formação técnica e científica, mas sem perder de vista a formação humana, cívica, pois a democracia só funciona plenamente quando é participativa.”

Rildo Marques

Iniciou dizendo: “Trago aqui algumas inquietudes, a partir das discussões com movimentos que estão nas pontas dos territórios. Numa grande leitura, o quadro da desigualdade no Brasil, apesar de ter passado por algum equilíbrio e ter havido uma sensível redução da desigualdade social, por conta de uma política inclusiva, desde 2003, com a criação de empregos, por exemplo, ainda apresenta uma forte desigualdade de direitos.”

A inclusão econômica e a social não vieram acompanhadas da inclusão de direitos. A violência e quantidade de violações da sociedade brasileira são muito visíveis. O processo de exclusão social está muito claro, quando vemos a crise de valores na sociedade, asseverou. O país está dividido em duas propostas: metodologias de educação seletiva – estabelecimentos de ensino que promovem a exclusão social. É preciso ampliar os espaços públicos de participação, o alargamento do Estado, para que ele seja, de fato, democrático.

Nessa disputa de valores, temos percebido esse grau de violência que passa pelo país, quando uma classe é levada a odiar a outra. É muito triste irmos a movimentos de defesa de moradia e encontrarmos pessoas que pensam que a diminuição da maioria penal é a solução para a violência, disse. Isso nos leva a pensar que nossos métodos educacionais nos levaram para uma compreensão de uma sociedade extremamente individualista, onde o outro não tem importância. A sociedade é um espaço de luta e competição e, por mais que haja políticas inclusivas, o pensamento de exclusão ainda está arraigado na sociedade. Por isso, temos a crise de valores.

Não quero dizer que está tudo ruim. Muito pelo contrário. A Caravana de Educação e Direitos Humanos indo para lugares que nem representantes de Governo querem ir, passa a fazer algo que parece ser bem simples: escutar. A participação social é um exercício de diálogo, de escuta, mas é necessário que o poder público faça parte do projeto, realizando a escuta.

A população participa votando, mas não é esse o foco da participação social, ponderou. A população não tem que ter critérios para ser ouvida, exercer politicamente seu interesse, fala e contribuição. Participação social não significa necessariamente ser oposição; ela pode reforçar as boas políticas públicas. A participação social é um processo educativo, pois desenvolve a consciência política. Se houvesse participação social, teríamos a plataforma para o desenvolvimento humano, uma vez que ele não virá por decreto ou através de uma lei. As escolas não dialogam sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Também não o fazem as universidades. Poucas são as secretarias de assistência que usam o ECA. Poucas são as instituições que o utilizam. E ele é essencial para resolver problemas que afligem crianças e adolescentes de nosso país. Isso dificulta a participação social, pois guias que coletivizam as soluções, como o ECA e a Constituição Federal – CF –, são deixados no esquecimento por nossas estruturas do sistema.

É preciso haver uma luta contra a maioria penal. Não se pode aceitar que a juventude seja tirada do convívio social, por propostas que resolvem interesse de indústrias como a tabagista, de álcool e diversão, que estão patrocinando a bancada da bala, da bíblia, entre outras, pois querem fazer negócios com a criminalização dos jovens. Além da educação e Direitos Humanos que propõe a Caravana, ela também luta pela participação social, pois sem ela não haverá desenvolvimento humano.

Caso isso não aconteça, teremos votação para a pena de morte e cada vez mais ações de exclusão, afirmou. Temos que dar um basta à meia dúzia de famílias que detêm o poder da comunicação e usam seu poder para tentar calar os movimentos que brigam por causas sociais e de desenvolvimento humano. Se não abrirem espaço na mídia, irão discutir em fóruns como este, com jovens, com estudantes, com os trabalhadores, para que se possa reverter o quadro atual.

A solidariedade é importante para que se garanta o desenvolvimento humano, ressaltou. Professores precisam criar espaços de participação, de uma forma concreta. Esse debate tem que acontecer, e isso é urgente. O exercício político é necessário, premente. Existem pautas que estão no Congresso e promovem retrocesso, redução de direitos. Os movimentos sociais não podem permitir isso. Nossos avanços só virão se houver participação de todos. Finalizando, afirmou: “A escola, as universidades, são campos férteis para que isso seja estimulado.”

Frei Betto

Dando início à sua fala, pergunta: “Quem de vocês sonha com que o filho ou a filha sejam professores? O retrato da educação brasileira é esse: quando você, que é professor, não deseja que seu filho seja professor, é porque algo muito grave está acontecendo. Quem, dos estudantes, tem aula de Ética? Quem tem aula de Filosofia? Considerando que há 2.500 lugares nesse auditório, e há mais ou menos 1.500 pessoas, é um vexame. A educação profissionalizante não valoriza o ensino da Ética e da Filosofia. A educação serve para quê?”

No mundo neoliberal em que vivemos, ela serve para formar mão de obra qualificada para o capitalismo. Vocês correm o sério risco de, inconscientemente, serem transformados em manadas que vão ao matadouro para facilitar o aumento do capital privado. Quando um fazendeiro trata os peões em regime de escravidão, como você reage? Não existe educação neutra. Toda educação é política. A questão é saber se a educação que estamos recebendo “põe azeitona” na empada dos opressores ou dos oprimidos.

No Brasil, pontuou, há a educação que visa formar profissionais para favorecer o capital privado. Quando trabalhei no *Fome Zero*, fizemos um convênio com a Ásia para a construção de cisternas de placa de cimento – tecnologia criada pela tecnologia popular. No primeiro mandato da presidenta Dilma, houve uma tentativa de mudar a cisterna de cimento pela de plástico. Elas trazem mais lucro. O dinheiro público estaria sendo utilizado para usar uma cisterna que acaba mais rápido. Felizmente, o Governo voltou atrás. Muitas vezes, criam-se políticas elitistas. No *Fome Zero*, as famílias, após dois ou três anos, estavam emancipadas.

Com o bolsa família, isso não acontece, e há o controle eleitoreiro. Por isso, o *Fome Zero* acabou. Quantos de nós usamos água potável comprada em supermercado? Abandonamos o filtro de barro. Pegue a água do supermercado e pegue a do filtro. Leve a um laboratório e veja o resultado. A tecnologia de barro é abandonada em nome do grande capital.

Nós temos que repensar a nossa educação, disse. Ela é política em que direção? Favorece a quem? Existem, nas nossas escolas, movimentos estudantis? É preciso ter grêmio, movimento estudantil, quando e onde é formada a consciência crítica.

Quem tem nojo de política é governado por quem não tem. Tudo o que nossos políticos querem é que tenhamos bastante nojo, para que eles tenham sempre a “rapadura” nas mãos. Querem que a população não participe. Mas, se nossas escolas não trabalham a ética, não estimulam o estudo da Filosofia, são confinadas numa excessiva grade curricular, o que acontece? Elas não formam cidadãos. Formam mão de obra qualificada, com espírito consumista. Hoje, famílias, escolas, igrejas, supostamente, querem formar cidadãos, e do outro lado a mídia quer formar consumistas.

Nos 12 anos de PT, não houve formação política. A nação está despolitizada. Agora mesmo veio um repórter me perguntar por que há tanto ódio na discussão política no Brasil, disse. Na minha geração, o debate político era racional. Tínhamos utopia, horizontes históricos. O neoliberalismo, a partir da queda do muro de Berlim, fez com que o horizonte

ficasse fechado. E, aí, prevalece o emocional, morre o racional. Isso foi comprovado pelas manifestações de 2013. Protestava-se contra muitas coisas, mas nenhuma proposta. As pessoas, principalmente os jovens, sabiam o que não queriam, mas não tinham propostas. E o pior: não havia bandeira, partido, um líder. Não havia nem comício. As pessoas foram à rua como um luto cívico, mas sem propostas. Vários movimentos pecam pela falta de projeto histórico. Por que isso? Falta o estudo da Filosofia.

Hoje já há a ‘desistorização’ do tempo. Quando arrancamos do tempo o caráter histórico, a gente fica girando em torno do próprio umbigo – sem propostas, cheios de raiva, o que não leva a lugar nenhum. “O ódio é um veneno que você toma, esperando que o outro morra” – Shakespeare. Nos meus 4 anos de prisão, durante a Ditadura, aprendi a não odiar. Aprendi que o ódio destrói primeiro quem odeia, não quem é odiado. Portanto, a questão é outra: os Institutos, as Universidades, as Escolas precisam debater qual o projeto político dos profissionais que se pretende formar

A partir daí, mudanças poderão ser realizadas. O PT teve anos com toda sustentabilidade, credibilidade, para implementar reforma política, agrária, tributária, educacional, mas não o fez – e olha que eu continuo achando que os governos Lula e Dilma ainda foram os melhores republicanos que tivemos, ponderou. Qual é o problema que estamos vivendo hoje? Passagem da modernidade para a pós-modernidade. O paradigma da modernidade é a razão.

A modernidade, com a ciência e a tecnologia, resolveria todos os problemas – era o que se achava. Porém, não foram colocados nutrientes na barriga de crianças que ainda morrem de fome. 45 milhões de brasileiros precisam ter planos de saúde privados. Quando adoecem, padecem por falta de médico, uma cláusula que não foi lida no contrato.

Quem tem acesso a uma medicina de qualidade? Nós vemos então a modernidade desabar, porque ela não cumpriu suas promessas e não realizou as nossas esperanças. Quatro milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza. Quase 2/3 padecem de direitos existenciais. Comer, educar a cria, é “coisa de bicho”, que grande parcela da população não tem assegurado. A Europa Ocidental gasta 58 bilhões de euros por ano com cosméticos e não é capaz de acolher aqueles africanos que estão na miséria, por força do colonialismo europeu. Toda a África foi retalhada, nos últimos séculos, por força do colonialismo europeu, e agora não querem receber as vítimas criadas por eles.

A gestão democrática da educação tecnológica deve ter solidariedade. Como diz o Papa, deve haver a globalização da solidariedade. O que há hoje é um modelo anglo-saxônico. Em cada esquina há uma farmácia, não uma livraria, porque a mídia convence a todos que a felicidade está nas coisas materiais, no consumo. O grande risco é de que o paradigma da pós-modernidade venha ser o mercado, a mercantilização de todos os aspectos da existência humana, desde as relações mais íntimas até as macroestruturas.

O Brasil carrega os dois exemplos mais cruéis: uma moça, em Santa Catarina, coloca sua virgindade em leilão. Quando uma mulher comete tal ato hediondo, é porque não tem

respeito por si mesma. Ela merece menos respeito que a prostituta, porque essa o faz por necessidade. A moça fez por falta de vergonha, induzida por uma cultura que mercantiliza. O segundo exemplo é o caso do menino Bernardo Boldrini, do Rio Grande do Sul.

O pai desse menino é médico. Espera-se que o médico tenha o mínimo de ética – a ética deve ser uma disciplina transversal, não um segmento. Como não casou com a mãe do menino, legalmente, e como ele era o único herdeiro da fortuna da mãe, ele e sua companheira tramam o assassinato do garoto, para ficarem com a fortuna. Alguns podem dizer que jamais seriam capazes disso. Mas, quantos atos antiéticos somos capazes de fazer, por não trabalharmos um novo projeto político, onde a questão ética seja fundamental?

O PT perdeu suas características, afirmou. Ele errou quando tentou segurar sua governabilidade em dois pilares: o mercado e o Congresso. Hoje, o PT e o Governo estão encurralados. Deviam ter feito uma reforma política. Deviam mobilizar a nação, que iria para as ruas, faria pressão, como aconteceu em 2013, quando Dilma teve que voltar atrás em muitas coisas. Estamos vivendo uma depressão cívica. Não podemos aceitá-la, porque ela não nos favorece, completou. O poder não muda ninguém. Faz com que a pessoa se revele. Não existe ninguém mais culto que o outro. Existem culturas distintas e socialmente complementares. A gente precisa quebrar essa história de que a tecnologia é coisa que o americano inventou, que veio não sei de onde.

Vinculem as escolas de vocês aos movimentos sociais, sugeriu. Vão aos assentamentos de sem-terra, vão a aldeias indígenas, a comunidades quilombolas.

Cheguem até as comunidades mais pobres. Organizem a esperança. Não se deixem dominar pela depressão cívica. A droga sempre existiu, mas havia poucos dependentes, porque éramos revolucionários, movidos por ideais, tínhamos utopias. Quanto mais utopia, menos droga, e vice-versa, pontuou.

“Não dá para viver sem sonho. Somos movidos a sonhos. Tudo o que há aqui e o que você usa, antes de ser realidade, foi fantasia na cabeça de alguém.” O ser humano precisa ter projetos e ideologia, asseverou. “Façam da escola de vocês uma escola de novos projetos políticos, de construção da cidadania da civilização global”, finalizou.

DESTAQUES:

Elísio Estaque:

- A aprendizagem se faz com múltiplas experiências, com a capacidade de nos deixar surpreender.
- É preciso que haja uma formação cívica, política, cidadã, com justiça social.
- Há uma grande falta de investimento para a formação da cidadania efetiva.
- O desenvolvimento humano passa também pelo indivíduo. Ele não pode entregar-se aos outros, aos excluídos, se não se tornar um empreendedor dessa causa.

- Os segmentos mais jovens são importantíssimos numa sociedade.
- Quando se vê a população exigindo melhorias, vê-se que é o país que tem futuro.
- A situação da Europa não é boa, com muito desemprego e desigualdade social, especialmente em Portugal.
- A taxa de desemprego dos jovens, em Portugal, é muito alta.
- Quando vejo manifestações na rua, mesmo sem propostas, mostrando o que há de errado, eu reforço minha crença de que é possível que se desenhem novas utopias.
- A formação cidadã e política precisa estar alinhada à formação profissional.

Rildo Marques:

- A participação social é um processo educativo e a estratégia para o desenvolvimento humano.
- Apesar de ter passado por algum equilíbrio e ter havido uma sensível redução da desigualdade social, por conta de uma política inclusiva, desde 2003, com a criação de empregos, por exemplo, percebemos no Brasil uma forte desigualdade de direitos. A inclusão econômica e a social não vieram acompanhadas da inclusão de direitos.
- O processo de exclusão social está muito claro, quando vemos a crise de valores na sociedade.
- É preciso ampliar os espaços públicos de participação, o alargamento do estado, para que ele seja, de fato, democrático.
- Os nossos métodos educacionais nos levaram a uma sociedade altamente individualista.
- A participação social é importante para o desenvolvimento da boa política. Se houvesse mais participação social, principalmente nos segmentos menos favorecidos, teríamos um bom desenvolvimento humano.
- As escolas públicas não ensinam o ECA. Poucas são as universidades que tratam do ECA. Poucas são as instituições públicas que utilizam o ECA.
- A constituição não é levada como um processo de educação para a nossa população.
- As grandes indústrias têm interesse em que haja a diminuição da maioria penal, para que vendam mais cigarros e armas e diversão.
- Se não tivermos a participação social como um processo de educação para a convivência, para um escutar o outro, chegaremos à redução da igualdade de direitos, redução da tolerância.

- Se a participação social não acontecer, não oportunizar o debate, como ocorre aqui agora, neste Fórum, não vamos ter o verdadeiro desenvolvimento humano. Vamos ter cada vez mais exclusão.
- Temos que dar um basta a meia dúzia de famílias que mandam na comunicação, que fazem com que a população se cale.
- O movimento nacional dos direitos humanos quer trazer a importância de nos debruçarmos para a construção de metas para a participação política e social. As perspectivas de mudança só acontecerão se houver a participação popular, social.
- Os movimentos sociais devem resolver o problema do tipo de sociedade que queremos.
- Existem pautas que estão no Congresso e promovem retrocesso, redução de direitos. Os movimentos sociais não podem permitir isso.
- Nossos avanços só virão se houver participação de todos. A escola, as universidades, são campos férteis para que isso seja estimulado.
- A tecnologia deve estar a serviço da humanidade, e não o contrário. É uma luta que precisa ser travada dentro dos espaços de educação. Só assim poderemos falar em desenvolvimento humano.

Frei Betto:

- Não existe neutralidade da educação. Toda educação é política.
- É urgente a formação política dos nossos estudantes, em nossas instituições.
- O ensino da Ética, como tema transversal, é necessário.
- É preciso que se estimule o estudo da Filosofia.
- Nós temos que repensar a nossa educação. Ela é política em que direção? Favorece a quem? Existem, nas nossas escolas, movimentos estudantis? É preciso ter grêmio, movimento estudantil, quando é formada a consciência crítica.
- Nós, da Educação Profissional e Tecnológica, precisamos fazer de nossas escolas espaço para discussão e formação cidadã.
- Se nossas escolas não trabalham a ética, não estimulam o estudo da Filosofia, são confinadas numa excessiva grade curricular, o que acontece? Elas não formam cidadãos. Formam mão de obra qualificada, com espírito consumista.
- Nossa nação está despolitizada.
- O neoliberalismo, a partir da queda do muro de Berlim, fez com que o horizonte ficasse fechado. E, aí, prevalece o emocional, morre o racional. Isso foi comprovado pelas manifestações de 2013. Protestava-se contra muitas coisas, mas nenhuma proposta. As pessoas, principalmente os jovens, sabiam o que não queriam, mas não tinham propostas. E o pior: não havia bandeira, partido, um líder. Não havia nem comício. As pessoas foram à rua como um luto cívico, mas sem propostas.

- O grande risco é de que o paradigma da pós-modernidade venha ser o mercado, a mercantilização de todos os aspectos da existência humana, desde as relações mais íntimas até as macroestruturas.
- O poder não muda ninguém. Faz com que a pessoa se revele.
- Não existe ninguém mais culto que o outro. Existem culturas distintas e socialmente complementares.
- Vinculem as escolas de vocês aos movimentos sociais.
- Não se deixem dominar pela depressão cívica.
- Não dá para viver sem sonho. Somos movidos a sonhos.
- Façam da escola de vocês uma escola de novos projetos políticos, de construção da cidadania da civilização global.

11. Palestra: Estratégias para construir a cultura do empreendedorismo inovador dos educadores.

Local: Teatro Beberibe

Data: 29/05/2015

Hora: 10h -12h

Relatores: Adauto Gomes Barbosa e Thiago Affonso de M. N. Viana

Coordenadora: Garabed Kenchian

Conferencistas:

Sílvio Meira (UFPE)

Genésio Gomes da Cruz Neto (UPE)

Mediador: André Luís Carneiro (SETEC/MEC)

Sílvio Meira

A abertura foi realizada pelo mediador, André Luís Carneiro, que relatou que a Inovação não ocorre nos muros das escolas, mas que é necessário sair desses muros para podermos inovar. Em sua fala, André Luís relatou que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica deve compreender e descobrir como efetivamente levar os resultados das pesquisas e demandas de mercados, as quais são levantadas para a criação dos cursos para a sociedade, de modo que a sociedade seja beneficiada pelas instituições que trabalham com essas áreas. Desse modo, André Luís informou que aquela palestra serviria para vermos quais as estratégias existentes a fim de fomentar a visão empreendedora dentro de nossas Instituições de Ensino.

O palestrante, prof. Sílvio Meira, iniciou seu discurso falando sobre o porquê de as Faculdades de Direito, atualmente, possuírem professores na área de Tecnologia da Informação. Destacou que esse fato se justifica pela grande importância dessa área na atualidade. Afirmou que não adianta viver do passado, devemos viver *do* e *no* presente. Ele citou Gilberto Freyre, informando que o tempo é tríplice (formado por passado, presente e futuro), e que, desse modo, não podemos viver no passado, devemos viver no presente, tendo em vista que o presente está envolvido no passado e no futuro.

Disse que, a qualquer momento do presente, as possibilidades do futuro estarão acontecendo, e, em um dado momento, o futuro se tornará presente e em seguida passado. Para ele, a qualquer momento no presente temos possibilidades de olhar para o futuro, pois devemos encarar o presente como uma espécie de máquina de consumir o futuro e é preciso trazê-lo para o presente. Desse modo, transformar o futuro não é fácil. No entanto, o futuro se apresenta de muitas formas e devemos fazer algo para transformá-lo. Mudar o futuro, disse ele, é a verdadeira Inovação. Assim sendo, o nosso papel é transformar o futuro dentro dos seguintes contextos: econômico, social, político e educacional.

Também disse que o modelo ideal de negócio se pauta nos seguintes questionamentos: Quem paga o quê? Para quem? Para fazer o quê? Sendo assim, queiramos ou não, vivemos em função de fazer negócios. Daí emerge a educação para os negócios, pois os negócios também dependem da educação. Isso se reflete da seguinte forma: Quem paga? O Estado. O quê? Educação. Para quem? Professores. Para fazermos o quê? Educação. Para quem? Sociedade. Assim sendo, nós recebemos investimento do Estado para darmos educação de qualidade para a sociedade. E nesse sentido, temos a sociedade e os negócios da sociedade carecendo de nosso trabalho como educadores.

Fez referência a um exemplo da Universidade Corporativa do Banco do Brasil – UNIBB – que hoje conta com 110.000 estudantes. Segundo ele, essa instituição possui uma ideia de educação redefinida, alinhada a seus propósitos. É concebida como um modelo de educação estratégica. Nos cursos oferecidos nessa universidade, ensinam-se valores, filosofia e o fazer prático do Banco.

Diante disso, afirmou ele, a educação atual também deve ser estratégica e fomentar estratégias alinhadas às necessidades das empresas. Destacou o papel atual das universidades corporativas como ‘construtoras do futuro’ e relatou que a história da Universidade Corporativa nasceu da sua necessidade de pesquisa. Em sua fala, ele informou que é fácil compreender que o negócio de uma empresa não é montar uma universidade, mas que as empresas têm caminhado para a construção de Universidades Corporativas a fim de terem o poder de antecipar o futuro e, dessa forma, Inovar, e não repetir constantemente o passado.

Sobre o reforçar a importância das Universidades Corporativas, o prof. Sílvio comentou sobre os fracassos das escolas de negócio e seus MBAs. Disse que as escolas de negócios não deram certo, especialmente tendo em vista que as pessoas que lá lecionavam

não tinham a experiência prática para os negócios. Desse modo, relatou que as empresas compreenderam que é mais barato pegar pessoas que foram aprovadas em concursos públicos e colocá-las dentro da sua universidade corporativa, conforme realizado na UNIBB. Assim, essas instituições de ensino criam um diferencial corporativo, como realizado nos países de maior destaque na educação hoje. Citou como exemplo a Suécia, que permite que alguém faça todo o seu Doutorado dentro da empresa em que trabalha, sem necessitar sair do mercado de trabalho e sem perder o seu contato com o mundo profissional.

Afirmou que a Inovação é a mudança de agentes de mercado e consumidores de qualquer coisa, uma verdadeira mudança de comportamento no mercado. E nesse caso, sua fala sobre mercado estava em um sentido de demanda e oferta e não necessariamente com relação ao dinheiro. Nesse âmbito, ele relatou que a educação é um mercado, no sentido em que possui uma oferta para uma demanda. No caso, a oferta é a educação, e a demanda, a população. Assim sendo, asseverou que devemos ter o foco da Inovação dentro da educação do país, de um modo que este foco inovador esteja estrategicamente traçado em todos os pontos da educação.

Disse, ainda, que devemos ser grandes desenvolvedores de capital humano e inovador. Mas, para se fazer isso, é necessário um contexto novo de escolhas e estratégias. Em sua fala, disse ter sido um grande atraso para a educação a recente proibição dos celulares nas escolas da rede estadual de Pernambuco. Segundo ele, a cidade de Nova York fez isso em 2006 e deu completamente errado, tão errado que esta lei foi revogada neste ano (2015). Desse modo, tendo esta lei sido aprovada em Pernambuco, também este ano (2015), representa um grande passo para o passado.

Segundo o palestrante, o desafio da educação é o de preparar para o empreendedorismo com criatividade, eficácia e eficiência. Neste patamar, critica a educação repetitiva, que simplesmente não dá conta ou não acompanha as ondas de Inovação. Ele ressaltou as cinco ondas de Inovação Digital. A primeira ocorreu nos anos 1970, baseada no segmento de *hardware*; a segunda, na década seguinte, apoiada no segmento de *softwares*; a terceira, nos anos 1990, voltada para o setor de redes; a quarta, nos anos 2000, apoiada para o segmento de produtos móveis; e a quinta, na década atual, voltada para a conexão de coisas.

Afirmou, ainda, que a informatização é fundamental e importante, pois leva as pessoas a trabalharem com coisas mais criativas e as leva para uma transformação digital, permitindo o potencial inovador das pessoas.

Assim, conforme suas palavras, vivemos sob a égide da digitalização da sociedade, em meio a um processo de total conexão da sociedade, ou seja, em plena quinta onda da Inovação, justamente marcada pela conexão das coisas. Trazendo sua fala para a inclusão e para a visão de futuro das salas de aula, o prof. Sílvio contou que hoje temos várias universidades importantes realizando cursos online que permitem uma inclusão e um avanço na educação atual. Desse modo, as salas de aula hoje têm mudado de sentido,

estamos saindo do “Comando e Controle” e sendo transformados em “Comunicação e Colaboração”.

Disse que as salas de aula hoje estão repletas e permeadas com a tecnologia e a comunicação das redes sociais. Ele deixou claro que, para quem não está mudando o mundo, o futuro chega de surpresa. Desse modo, não podemos deixar que o futuro nos pegue de surpresa, devemos procurar antecipá-lo por meio da educação para a Inovação e, neste caso, desenvolvê-lo aqui mesmo em nosso país.

Acrescentou, também, que temos de estabelecer comunidades que compartilhem propósitos, pois não podemos empreender sem engajamento. Para isso, precisamos de gente, e, mais ainda, de gente que tenha sua mente aberta para a Inovação. Em seguida, destacou as seguintes palavras como focos de Inovação: Criar, descobrir e resolver problemas. O fundo da Inovação é criar um problema que não exista ainda, sendo isso o que precisamos fazer na escola: Criar problemas, ou seja, descobrir problemas que ainda não existem lá e resolvê-los. Nesse contexto, temos como elemento importante as *startups*.

Ele destacou que uma *startup* é um time, com um conjunto de interações, com processo de construção, evolução e manutenção próprios, feito de trabalho e pessoas que criam, descobrem e resolvem problemas Também como ponto fundamental de destaque, disse que seja lá o que formos fazer, temos que incluir todo mundo. Na área de Tecnologia da Informação, exemplo dado por ele, há uma ausência do capital humano feminino, pois apenas 5% desta área é formada por mulheres. Desse modo, temos que mudar essa realidade, estamos perdendo várias mentes fortes que poderiam atuar e resolver problemas de Inovação nesta área.

Asseverou que precisamos, para realizarmos o processo de inovação, “formar e ter pessoas que entendam de gente, negócios e tecnologia, pois todos estes três são fundamentais, porque a tecnologia é usada por pessoas e como itens de negócio”. Arrematou, dizendo que “Todo esse processo depende de uma palavra muito fundamental: COLABORAÇÃO, palavra formada por AÇÃO, trabalho (LABOR) e principalmente CORAÇÃO”.

Genésio Gomes da Cruz Neto

Iniciou sua fala citando Thomas Edson, “*eu não falhei várias vezes, apenas encontrei várias formas de fazer errado*”. Disse que temos que permitir que os alunos falhem e aprendam com suas falhas. Dando prosseguimento ao raciocínio, ele questionou: Como vamos fazer, para que uma produção científica da academia se torne em algo de mercado? Nesse contexto, o palestrante ainda relatou que hoje vivemos na era da economia criativa, e que já saímos da era agrícola, quando a Inovação era apenas poder ter um emprego e uma profissão. Por sua vez, nos dias atuais, em que o emprego não é mais um porto seguro, mesmo dentro de empregos públicos e nas empresas estatais, vivemos sob a égide de crises e insegurança.

Destacou, também, que o centro da evolução para a economia criativa é a *startup*. E

isso não é algo impossível, tendo em vista que aqui no estado de Pernambuco temos alguns alunos que conseguiram fazer grandes negócios. Além disso, disse: “temos professores da rede estadual que ganharam prêmios de criatividade no evento de inovação denominado *Imagine Cup*.”

Logo em diante, citou a *Campus Party* em Recife, que apoia e dissemina a cultura de *startups*, algo que cria e deixa desenvolvimento e legado para a cidade. Afirmou que as universidades de hoje são baseadas em regras e meios que muitas vezes impedem que a Inovação ocorra, pois cada setor e departamento está separado e não há colaboração entre eles. Asseverou que inovação é processo multidisciplinar, não existe Inovação sem multidisciplinaridade.

Disse que precisamos de parcerias com o mercado dentro das instituições de ensino. Ressaltando ser fundamental que, desde o início do desenvolvimento dos projetos e das ideias, os estudantes e professores possam aplicar e testar seus trabalhos no ambiente real do mercado. Acrescentou que o processo para o desenvolvimento das *startups* vem, primeiramente, da criação de ideias (Universidades), formação destas ideias (Incubadoras) e Aceleração delas (Aceleradoras). Desse modo, o foco de todo esse processo está contido nas IDEIAS. Em sua fala, deixou claro que é importante compreender que não se dialoga apenas com artigos.

O diálogo mais forte e mais coerente é entre as ideias, sendo este um dos princípios da Economia Criativa. Citou ainda que as empresas de hoje precisam de pessoas com comportamento e visão inovadora. Desse modo, precisamos formar estudantes com essas habilidades. Na sua visão, uma forma de podermos criar uma educação inovadora é o incentivo às *startups* dentro das instituições de ensino. Para darmos andamento a este processo, disse, temos de mudar a visão atual de ensino, em que os estudantes estão apenas preocupados em obter notas e ser aprovado em disciplinas.

Temos de mudar esta visão e dar aos estudantes uma perspectiva mais ampla e mais criativa dentro de sua estadia nas instituições de ensino. Neste contexto, afirmou, o professor deve se tornar um facilitador e não apenas um reprodutor de conteúdos que não dão liberdade aos estudantes. Destacou que temos de tirar o poder do professor e dar um pouco mais de poder e liberdade ao estudante. A autonomia do estudante é algo fundamental para a criação da ideia. Além disso, é importante mudar a aula tradicional de passar *slides* de forma repetitiva, para aulas mais discursivas e criativas, permitindo maiores participações dos estudantes dentro da aula.

Nisso, os professores devem ser facilitadores, empoderando os estudantes. Ressalta que a sala de aula deve ser um espaço de vivências e que não se pode ser contra ao uso de tecnologias em sala de aula. Prosseguindo, levantou este questionamento: Se podemos mudar alguém com apenas uma disciplina em sala de aula, imaginem o que não é possível fazer com um curso inteiro focado em empreendedorismo? Dessa forma, afirmou que temos de dar aos estudantes uma vivência empreendedora, desde o início até o final de seus cursos. Para isso, é preciso mudar a estrutura da educação atual.

Nesse sentido, ele propôs a ideia de se criarem ‘ecossistemas multidisciplinares de inovação’, e sugeriu um programa de Extensão que crie a cultura e a prática de empreendedorismo, formando alunos empreendedores, até se constituir num portal que se transforme num balcão de negócios. Como exemplo, apresentou vários *cases* de sucesso desse tipo de projeto e asseverou que é possível fazer educação empreendedora através do incentivo e do apoio aos estudantes nas instituições de ensino.

Destacou a importância da *Campus Party* Recife, onde várias *startups* serão apresentadas e muitas empresas estarão apoiando as ideias inovadoras lá apresentadas. Finalizando, citou novamente Thomas Edson: “A *genialidade* é 1% *inspiração* e 99% *transpiração*”. Desse modo, a genialidade não é algo dependente apenas de inspiração, mas de pessoas que desejam fazer algo e não ficam paradas no meio do caminho.

Destaques:

- Devemos ter visão para o futuro;
- Devemos antecipar o futuro;
- Devemos transformar o futuro;
- Criar, descobrir e resolver problemas. O princípio da inovação é criar um problema que não exista ainda, é isso que precisamos fazer na escola: Criar problemas, ou seja, descobrir problemas que ainda não existem lá e resolver estes problemas;
- As universidades de hoje são calcadas em regras, e isso impede que a Inovação ocorra, pois cada setor e departamento está separado e não há colaboração entre eles. A Inovação é multidisciplinar, não existe Inovação sem multidisciplinaridade;
- As empresas de hoje precisam de pessoas com comportamento e visão inovadores. Desse modo, precisamos formar estudantes com estas habilidades;
- Temos de mudar a visão atual de ensino, em que os estudantes estão apenas preocupados em obter notas e ser aprovado em disciplinas. Temos de mudar esta visão e dar aos estudantes uma visão mais ampla e mais criativa dentro de sua estadia nas Instituições de Ensino;
- Temos de tirar o poder do professor e dar um pouco mais de poder e liberdade ao estudante, pois a autonomia do estudante é algo fundamental para a criação de ideias;
- É importante mudar a aula tradicional de passar slides para aulas mais discursivas e criativas, permitindo maiores participações dos estudantes;
- Temos de dar aos estudantes uma vivência empreendedora, desde o início até o final de seus cursos;
- A genialidade não é algo dependente apenas de inspiração, mas de pessoas que desejam fazer algo e não ficam paradas no meio do caminho.

QUESTÕES:

1) Como fazer a educação empreendedora nas escolas de nível técnico, especialmente no ensino técnico integrado?

Respondendo, o prof. Sílvio Meira falou da experiência existente no Colégio Cícero Dias. Um colégio que tem incentivo de empresas privadas e tem seu foco no empreendedorismo. Além disso, o prof. Genésio citou que há várias células e *startups* com estudantes vindos do Ensino Técnico, relatando que estes estudantes e esse nível de ensino não impedem que a educação empreendedora ocorra. Na realidade, quanto mais cedo esse processo e esse incentivo puderem ocorrer, será melhor. Também foi citada a existência de editais de fomento à inovação dentro das instituições SETEC/MEC.

12. Conferência: Direitos Humanos e Cidadania: Desafios para a educação Profissional e Tecnológica.

Local: Teatro Guararapes

Data: 29/05/2015

Hora: 11h - 13h

Relatores: Verônica Maria Rodrigues da Silva e Adriano Carvalho

Coordenadora: Xênia Luna Alves de Souza

Conferencistas:

Moacir Gadotti,

Salete Sirleil Valesán Camba

Sílvia Maria Manfredi

Mediador: Antônio Américo Biondi Lima

Conferencista Moacir Gadotti:

Inicia sua fala externando ficar muito emocionado cada vez que participa dessas edições do FMEPT. Diz ser aquele um espaço de luta, de convivência, de aprendizagem. Agradeceu às pessoas que trabalham no Fórum Mundial Social, acrescentando que o FMEPT já está se tornando espaço próprio de luta, ao lado dos sindicatos, das campanhas pela melhoria da educação, afirmou. É uma luta por uma educação emancipadora, disse. O direito à educação emancipadora é de todos. Não basta incluir, é preciso emancipar.

Prosseguindo, disse que o tema: “Direitos humanos e cidadania: desafios na rede profissional e tecnológica” está presente desde o primeiro FMEPT. Nesta terceira edição, o tema é central, afirmou. Então, disse: “Tenho uma perspectiva de que este amplo tema seja

muito discutido, que falemos do desafio de tornar a educação profissional e tecnológica uma educação de direitos humanos”. Começo pela ambiguidade do tema ‘Direitos Humanos’. Por que ambiguidade? Porque depende do ponto de vista de como ele é tratado. Nossa concepção é de uma educação emancipadora, pontuou.

Os Direitos Humanos são um tema importante para o país que a gente quer. Não queremos uma pátria educadora pautada sob a ótica empresarial. O mercado tem interesse por uma educação emancipadora? Não, claro que não, afirmou. “Temos que lutar, focando a cidadania”

Os Direitos Humanos têm sido violados, afirmou. Todas as conquistas que tivemos vieram de lutas populares. Os Direitos Humanos estão pautados na perspectiva da Educação Popular. Eu não vejo uma pátria educadora sem Educação Popular, disse. Não vejo a luta por Direitos Humanos sem manifestação popular. Nem toda educação formal é popular. Não vou criticar o PNE em Direitos Humanos por isso, pontuou. A educação emancipadora está focada na ética.

Os Direitos Humanos devem servir para os direitos do mundo. É importante a apreensão do conhecimento, para se apropriar do conhecimento dos Direitos Humanos, concluiu. Outra dimensão refere-se aos valores, disse ele. A tomada de consciência também é muito importante. Paulo Freire não inventou um método de aprendizagem, mas de conhecimento. Ele tratava a cultura como o trabalho para a produção da nossa subsistência, acrescentou.

Hoje não se questiona o mundo sobre os direitos na escola. Quando muito, fala-se sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O fundamento dos Direitos Humanos está na política. A burguesia tem nojo da política. A política de que falamos é aquela em que discutimos o país que queremos, o ser humano, a cidadania, arrematou.

Parece que hoje a formação cidadã acontece em poucos espaços. A escola deve ser esse espaço, disse. Sem ela, afirmou, não consigo compreender meus direitos. Um dos desafios da educação profissional é colocar o tema “Direitos Humanos” como central. Quando a educação não é emancipadora, o desejo do oprimido é ser o opressor. Quando não consegue, ele fica se achando culpado. Ele interioriza a culpabilidade porque não tem uma visão política, ponderou.

“A gente vive uma tensão grande da sociedade, de extremo individualismo. Estamos vivendo uma exaltação de um fascismo, que deve ser combatido”. Nós temos que, enquanto classe, plantar a paz. Com o ódio não se constrói nada, disse. A intolerância está muito grande. É necessária uma educação para os Direitos Humanos. Não tem que necessariamente ser na escola. Pode ser na rua, na vida. A mídia manipuladora coloca nas pessoas esse ódio. Ao lado dessa intolerância, cresce a luta pela institucionalização dos direitos humanos, arrematou.

A grande batalha, disse, está no papel da organização social. Temos que continuar debatendo o projeto em todos os cantos, na escola, na família, nas ruas. Há coisas muito boas acontecendo neste país. Não acreditem em tudo o que ouvem por aí, disse. “Não

podemos descuidar de nossas bandeiras históricas. Houve muitos avanços. Vejo uma recusa desses avanços, para o retrocesso”.

Prosseguindo, afirmou que os Institutos Federais têm um papel importante nesse contexto, são centenários. Precisam discutir mais os Direitos Humanos. Que essa discussão não fique somente aqui no III FMEPT. Pedeu que a levasse para as salas de aulas, dizendo que é preciso continuar a luta pela emancipação, ser contrário às muitas violações. Finalizou, dizendo que precisamos avançar na luta pelos Direitos Humanos para todos.

Conferencista Salete Maria Valesan

Inicia sua fala saudando as mulheres guerreiras, que lutam para que seja construída uma sociedade melhor para aqueles que virão no futuro. Frei Beto esteve aqui ontem e falou da necessidade de não perdermos a esperança, a utopia, os nossos sonhos, disse ela. “Na minha fala, trarei alguns pensamentos dos educadores: Gadotti, Paulo Freire, Boaventura, Leonardo Boff, para nossa conversa aqui”.

Continuando, afirmou que precisamos contribuir para criar uma escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, que recusa o imobilismo. Uma escola que diz sim à vida. Mas, escola para quem? De que conhecimento estamos falando? Que conhecimentos e saberes permitimos que ‘embebedem’ nossas aulas e nossos trabalhos nas escolas e nos espaços populares? Qual a realidade que nos move e para qual estamos nos movendo? Estamos trabalhando para criarmos uma cultura coletiva ou estamos reforçando o individualismo? Tecnologia para quê? Tecnologia para que conhecimento? Que valores e conhecimentos valorizamos em nossas escolas?

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em direitos”, asseverou. Devem agir na relação com os outros, com espírito de fraternidade” (Declaração Universal dos Direitos Humanos). Mas, não basta estar escrito. Preciso aprender e viver a todo momento. O mundo não é, ele *está sendo*. É preciso lembrar que a humanidade é feita de um, mais um, mais outro. Nada se constrói sozinho. Preciso me lembrar de quem veio antes.

O que somos capazes de fazer pelo mundo em que vivemos? Somos capazes de superar a exclusão? Somos capazes de pensar no outro? No nosso país, o grande marco é a constituição de 1988, que é fruto do processo de Redemocratização do Brasil, após a Ditadura Militar, disse. O Brasil tem um marco legal para os Direitos Humanos que poucos países têm. Muito já foi feito, mas ainda há muito o que se fazer.

O Estatuto da Criança e do Adolescente está comemorando 35 anos, apesar de muitos brasileiros não o conhecerem, afirmou. Temos em nosso país o Estatuto da Pessoa Idosa e o Estatuto da Juventude. Temos um programa educacional para as pessoas com deficiência, o qual ainda não consegue alcançar todas as pessoas. Temos uma Secretaria Nacional da Juventude, da Criança e do Adolescente, da Defesa da Pessoa Idosa. Mas temos um Congresso que ainda não entendeu que eles não podem fazer nossos direitos retrocederem, afirmou.

Queremos uma escola que valorize a cultura, o saber cotidiano, que provoque a ousadia, a curiosidade, a criatividade, que ultrapasse os muros. Uma escola que se abra para a participação social e coletiva. Que vá defender os outros países e que enxergue o mundo como um planeta que precisa ser cuidado, asseverou. Uma escola que compreenda que a humanidade precisa de que estejamos juntos na defesa dos direitos humanos. Uma escola que nos mostre que o conhecimento não tem hierarquia.

Uma escola que tenha coragem de colocar que a mídia que atua, hoje, é inimiga do planeta, incentivando o consumo, concluiu. Afirmou, portanto, que a função social da escola e do conhecimento precisa ser ensinada a todos. Continuado, disse que há muitos desafios na função social da escola – o desafio das fronteiras, por exemplo. Muitos Institutos Federais e Escolas Técnicas já atuam nas fronteiras. Disse ter certeza de que cada uma das pessoas que atuam nas fronteiras acolhem cada pessoa que vem da rua, do outro lado do rio, da mata.

A escola precisa fortalecer as relações com o Mercossul, disse. Acrescentou que a nossa educação profissional e tecnológica, nossa cidadania e nossos Direitos Humanos precisam fortalecer a relação Sul-Sul, para sermos capazes de ajudar nossos irmãos da América Latina. Só assim teremos um mundo em que haverá respeito a cada pessoa, a cada oceano, finalizou.

“Temos que ser capazes de fazer um trabalho de tradução cultural, entre a cultura, o saber e o conhecimento. Quero chamar a atenção de nossos jovens que vão às ruas, não apenas os que foram em junho de 2013: digam não à redução da maioridade penal! A nossa hora não é das melhores. Estamos com uma falta de respeito pelos humanos do nosso planeta, pelos próprios humanos.

Nossos parlamentares querem mexer no estatuto do desarmamento, liberando as armas. Precisamos dizer não a isso. Precisamos dizer a eles que não aceitaremos nenhuma morte a mais de qualquer cidadão brasileiro. Não aceitaremos nenhum direito a menos, para que o planeta tenha sustentabilidade, qualidade e dignidade de vida. Não podemos esquecer os instrumentos de fiscalização que temos ao nosso alcance, como o portal da transparência, por exemplo”.

Conferencista Sílvia Maria Manfredi

Iniciando sua fala, a professora afirmou: “Comecei meu trabalho como educadora, usando o trabalho de Paulo Freire. A experiência de Educação Popular marcou-me profundamente. A Educação Profissional e Tecnológica é um direito de todos – direito ao acesso, à qualidade e à diversidade. Até que ponto as políticas dos últimos 10 anos estão gerando novas oportunidades de acesso? Estamos aumentando substancialmente a entrada de jovens, e isso é bom.

Mas os programas, geralmente, não têm continuidade, disse. Muitas vezes disputam entre si. Antes do Golpe Militar, quando foi lançado o Programa de Alfabetização de Adultos, o sonho era construir um sistema de Educação de Jovens e Adultos. Paulo

Freire já falava de sistemas. E como ele seria? Alfabetização: processo educativo, havia socialização, aculturação, participação política.

Os conteúdos eram focados na aquisição de diversas linguagens, noções de história, economia, política. Na pós-alfabetização, havia o aprofundamento e continuidade do processo de educação, para ampliar a leitura de mundo, melhorar sua condição de vida e trabalho, atuar como agente ativo nos processos e projetos de desenvolvimento local, nacional e global. Depois, havia a educação continuada – ao longo da vida.

Nessa fase, abordavam-se o trabalho, a cidadania e a participação social. A educação deveria ser integral e emancipatória. Continuando, questiona: As políticas e programas de educação profissional e tecnológica têm contribuído para melhorar a qualidade da formação básica e profissional oferecida? Temos como norte a construção de um projeto sistêmico e orgânico de Educação Popular de Jovens e Adultos?

Ao longo dos últimos anos, disse ela, multiplicaram-se os programas de educação escolarizada, muito centrados na recuperação da dívida histórica de oferta de oportunidades de escolarização, mantendo a dualidade: separação entre escola e trabalho; falta de articulação entre as políticas de formação para o emprego e o trabalho. Ressaltou, ainda, a separação entre as diversas modalidades (educação formal e não formal) e a responsabilidade de subvenção e gestão da oferta, nas diferentes redes públicas.

Fez referência ao modelo hegemônico de escolarização de Educação de Jovens e Adultos – afirmando que nessa modalidade de Educação Profissional e Tecnológica era utilizada a mesma lógica de funcionamento da escola, nem sempre adequada aos estilos e condições de vida e trabalho das diversas categorias de trabalhadores. Disse que o trabalho docente realizado era cada vez mais parcelarizado, voltado para os processos e dinâmicas internos da escola e de suas exigências administrativas e burocráticas. Essa escola apresentava uma organização físico-espacial-material que não se articulava com as outras modalidades de Educação Popular e de formação para o trabalho.

A partir de 2002, houve a mudança de rumos da Educação Profissional e Tecnológica e EJA. Foram criados novos programas no âmbito da alfabetização – EJA, Proeja, PNQ, Projovem Trabalhador, Saberes da Terra – todavia esses são programas estanques e muitas vezes disputando o mesmo público.

Surgiram, em seguida, segundo afirmou, políticas que exigiam mudanças complexas no campo administrativo, gerencial, como também na redefinição de responsabilidades de formação de docentes, e que, na sua implementação, enfrentaram constrangimentos e resistências institucionais e culturais. Em decorrência disso, houve um baixo índice de matrículas; altas taxas de abandono – alguns indicadores mostraram que a efetividade e a garantia da continuidade do processo de escolarização não se deram no nível esperado e desejável. Ou seja, melhoramos o acesso, mas não garantimos a permanência e conclusão dos trabalhadores, acrescentando que ainda estamos longe de construir uma verdadeira política popular de jovens e adultos.

Dentro da história da Educação Profissional e tecnológica, afirmou, nunca houve a preocupação em garantir a formação básica aliada à profissionalização. O PROEJA não saiu da cabeça de alguns especialistas. Ele nasceu de um movimento de educação dos trabalhadores, durante o final dos anos 80 e 90. Os movimentos sindicais queriam muito trabalhar a questão da requalificação profissional. O PROEJA, portanto, disse ela, é fruto de uma luta dos trabalhadores pela educação. Esse projeto também teve uma repercussão nacional, do Rio Grande do Sul até vários estados do Nordeste. Na Bahia foi um sucesso, no Norte também.

Depois de implementado, ele sofreu críticas, pois muitas vezes não havia preparação dos professores para atuar nele. “Creio que esse programa tem um potencial muito grande”, afirmou. Disse que ele contribuiu para mudar um pouco a cara dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica na Rede. “O PROEJA tem uma sintonia com a Educação Popular emancipadora.

Nosso desafio é construir o percurso da Educação Popular de Jovens e Adultos, com esse Programa. Nele, os professores assumem novos papéis: animadores culturais. São mediadores entre o saber de experiência feito e o saber escolar. Os professores e gestores transformam-se, através da escuta e do diálogo cultural com os alunos e grupos sociais e entidades populares locais. Há a possibilidade de novas metodologias de ensino.

Destaques:

- Os Direitos Humanos precisam ser abordados numa perspectiva plural.
- É preciso separar o que são Direitos Humanos verdadeiramente e o que é falácia.
- Os direitos coletivos estão sendo colocados em xeque.
- É muito importante lembrar que a Constituição de 1988 foi um marco das lutas populares.
- Nossos irmãos africanos não são reconhecidos como tais. O ódio prevalece, bem como o preconceito. É preciso estabelecer a paz.
- Sem a luta por uma educação emancipatória, a Educação Profissional e Tecnológica não mudará.
- Há uma pressão do poder econômico para que a Educação Profissional e Tecnológica volte-se para o mercado.
- O PRONATEC EJA não conseguiu decolar. Por quê?
- Precisamos exigir políticas públicas mais integradas, que possam atender a todas as redes. Que possam estar “antenas” às diferenças culturais.
- Precisamos ter o reconhecimento dos professores da rede profissional. É preciso expandir o problema da Educação Profissional – a SETEC já está pensando nisso.
- As políticas públicas da Rede Profissional só vão resistir se tiverem uma

participação popular forte. Precisamos ter a base social adequada.

- É necessário que a modalidade EJA possa crescer e alcançar muitos outros estudantes.
- Temos que lutar, focando a cidadania.
- Os Direitos Humanos têm sido violados.
- Todas as conquistas que tivemos vieram de lutas populares.
- O conhecimento não tem hierarquia.
- Parece que hoje a formação cidadã acontece em poucos espaços.
- Queremos uma escola que valorize a cultura, o saber cotidiano, que provoque a ousadia, a curiosidade, a criatividade, que ultrapasse os muros. Uma escola que se abra para a participação social e coletiva. Que vá defender os outros países e que enxergue o mundo como um planeta que precisa ser cuidado. Uma escola que compreenda que a humanidade precisa que estejamos juntos na defesa dos Direitos Humanos.
- O Brasil tem um marco legal para os Direitos Humanos que poucos países têm. Muito já foi feito, mas ainda há muito o que se fazer.
- O ECA está comemorando 35 anos, apesar de muitos brasileiros não o conhecerem.
- As lutas pelos Direitos Humanos não podem ficar apenas no III FMEPT.

13. Debate: A inclusão social na Educação Profissional e Tecnológica.

Local: TEATRO BEBERIBE

Data: 29/05/15

Hora: 13h30 - 15h30

Relatora: Edlamar Oliveira dos Santos e Gabriela Lins Falcão

Coordenadora: Xênia Luna Alves de Souza

Conferencistas:

Juan Albert Sansano

Cyntia Moraes Teixeira

Rita de Cássia de Oliveira Cruz

Mediador: Cícero Nicácio Lopes

Albert Sansano

Iniciou realizando a leitura de texto que aborda questões relativas ao currículo e às práticas educativas voltadas à inclusão. Isso nos remete à reflexão sobre os problemas do mundo novo e o trabalho da escola, ponderou. Na sequência, o palestrante apresentou a seguinte problematização: “De que educação estamos falando? Parece ser necessário construir uma escola laica, cidadã e inclusiva.”

No contexto atual, esse debate ganha relevância para discutirmos os caminhos de uma educação transformadora, disse. Contudo, parece ser necessário pensar sobre qual o lugar desse debate no mundo atual? “Penso ser importante refletir sobre como construir uma educação transformadora que possa contribuir com a superação de um sistema que exclui e não garante a igualdade”.

Para construção dessa educação transformadora parece ser importante a filiação ao conceito de Educação Popular disseminado por Paulo Freire, afirmou. A educação deve ser entendida como um processo de aquisição de conhecimentos que favoreçam o exercício da cidadania, isso implica mudanças na escola e no currículo, disse ele.

Continuando, afirmou que existe uma preocupação com uma formação articulada às demandas do mercado tecnológico. Sobre esse aspecto, destacou a produção das políticas neoliberais – que colocam o mercado em primeiro lugar. A educação passa a ser tratada como mercadoria, intensificando o processo de privatização dela. O Estado passa a ser reorientado na perspectiva de redução das políticas públicas, dentre elas as de educação.

O modelo de educação proposto pelos movimentos sociais compreende a educação como direito. Nesse sentido, afirmou, é uma educação comprometida com a formação de cidadãos e cidadãs mais livres. Disse que a educação se materializa na perspectiva da construção de um projeto social emancipatório. Precisamos de um projeto social articulado com a democratização da educação pública, asseverou.

Precisamos demarcar o papel do Estado como formulador de políticas públicas, de forma a construir uma educação voltada para os setores vulneráveis da sociedade. Precisamos combater o sucateamento da educação pública, bem como exigir políticas voltadas à recuperação das instituições educacionais.

A educação que precisamos construir torna-se urgente, disse. Para isso, precisamos reforçar as lutas em defesa de uma educação pública de qualidade, considerando-se os seguintes aspectos:

- Construir uma educação situada no contexto atual e nas suas demandas sociais;
- Reivindicar o direito de viver a vida.
- Construir uma educação transformadora que contribua para uma redistribuição social dos conhecimentos e poder.
- Revisar paradigmas/ assumir paradigmas que atendam aos interesses dos movimentos sociais.

- Resgatar o fundamento da educação como direito.
- Compromisso dos docentes, também, com os grupos vulneráveis que precisam ser resgatados.
- Redefinir o currículo educativo de acordo com a educação que queremos.
- Construir práticas impulsionadoras da superação das desigualdades sociais.
- Transformar nosso pensamento mediante uma formação coletiva, portanto a formação deverá estar associada a uma discussão coletiva.
- Produzir práticas educativas voltadas para a formação conjunta de estudantes e famílias.
- Construir espaços pedagógicos associados a outras entidades de luta.
- Construir uma prática educativa voltada para o cuidado mútuo.
- Superar um modelo pedagógico que exclui e seleciona.
- Dialogar com os outros movimentos sociais, abrindo a educação para outros movimentos, ampliar o diálogo.
- Aprender a trabalhar com o conflito;
- Empregar práticas educativas articuladas às formas de pensar e entender a educação.

Finalizou, dizendo serem essas as tarefas que precisamos aprender, para construirmos uma educação transformadora para o mundo que queremos.

Rita de Cássia

Inicialmente situou o lugar da sua fala como ex-aluna da educação profissional, o que lhe proporcionou a aproximação com o campo da educação profissional e com o Sistema S, dando continuidade a seu processo formativo. Falou da relação entre a dimensão do trabalho e o processo de repensar o Ensino Médio na escola pública, fazendo algumas indagações: O que tem provocado a inserção de estudantes do Ensino Médio em classes de jovens e adultos?

Isso leva a pensar o que está acontecendo com o Ensino Médio? Quem são aqueles que fazem o Ensino Médio: os gestores, os professores e os estudantes? Educação Profissional? Por que a reflexão no Ensino Médio? Em virtude das necessidades. Qual a concepção dos diferentes atores do Ensino Médio? O que leva o regresso dos jovens ao Ensino Médio integrado à modalidade profissional?

Ponderou, dizendo que a dimensão do trabalho tem um papel importante para um número significativo de estudantes, ou seja, existe uma preocupação fundamental com a qualificação. Em que medida o Ensino Médio proporciona essa emancipação? De qual Educação Profissional estamos falando?

Antes de tudo, disse, é preciso considerar a trajetória de vida dos cidadãos, valorizar os saberes que o estudante traz para a sala de aula, havendo a necessidade de reconhecimento desses saberes no âmbito da Educação Profissional, pois precisamos construir uma educação permanente, com perspectiva de revisão dos saberes profissionais ao longo da vida, ou seja, seguir aprendendo, valorizando, portanto, a aprendizagem ao longo da vida. Nesse sentido, a educação aparece como uma dimensão necessária à ascensão social, ponderou.

Finalizando, fez inferências sobre a necessidade de se criar uma inovação pedagógica e curricular, entendendo o currículo como espaço do conhecimento em constante movimento e destacou alguns elementos que contribuem para a inclusão no campo da educação profissional, quais sejam:

- Flexibilização do currículo.
- Qualidade do ensino.
- Continuidade da formação ao longo da vida.
- Currículo como possibilidade de trabalho com as tecnologias.

Cyntia Moraes Teixeira

Inicia a fala com uma reflexão de Paulo Freire, dizendo que iria articular as discussões da mesa com inferências que contribuem para a temática relativa à inclusão.

- Prossequindo, questionou sobre o papel dos IFs na formação dos estudantes. Quem é esse aluno? Qual a forma de ingresso desse aluno? E a sua permanência?
- Disse que a formação desenvolvida no âmbito dos IFs tem proporcionado o acesso à educação superior. E questionou, novamente: Qual o perfil do aluno dos IFs que chega com cota social? Dentro da inclusão social, estamos preparados para trabalhar com as minorias?

Estamos preparados para trabalhar com os diversos tipos de inclusão social? Estamos preparados para trabalhar com estudante com deficiência física? Até que ponto estamos garantindo a inclusão de todos no âmbito da escola? É necessário, diz, possibilitar uma flexibilização curricular, professores. Sabemos trabalhar com as diversas forma de inclusão que se colocam para a escola pública? Existe políticas de formação de professores que ajudem o professor a trabalhar com a gama de diversidade que está presente hoje na escola? A escola tem pensado nessas questões específicas? O que temos feito para lidar com essas especificidades?

Continuando, reforçou a necessidade de pensar em políticas que possam atender às demandas dos estudantes que chegam hoje na escola. Sobre isso, formulou as seguintes perguntas, deixando-as para reflexão: Os professores estão conseguindo perceber as demandas e a importância do seu trabalho, no sentido de atender às demandas dos estudantes? O que as instituições profissionalizantes podem fazer, quanto à criação de

políticas de inclusão? As políticas do MEC são pensadas conjuntamente? As propostas curriculares dão conta da diversidade? Como tratamos a diferença e a diversidade?

QUESTÕES:

Qual a opinião dos debatedores quanto à contribuição do ensino de música para o processo de inclusão social e da formação humana?

Albert Sansano: Quando falamos de educação transformadora, estamos pensando em uma forma de educação baseada nas orientações da OCDE e do Banco Mundial que enfraquecem a perspectiva de uma formação humanística. O currículo precisa ser repensado numa perspectiva que garanta uma formação integral e humanística. A música tem um papel fundamental nesse processo formativo.

Rita de Cássia Oliveira: a música tem um papel fundamental na formação. Ela é necessária, pois aproxima o estudante de uma formação integral.

Fico angustiada quando recebo em sala de aula estudantes portadores de deficiência, pois fico sem saber trabalhar com esse tipo de estudante. Que contribuições vocês apresentam sobre a possibilidade de trabalhar com portadores de deficiência?

Cíntia Teixeira: A instituição precisa investir na formação dos profissionais, para lidar com essas questões.

Albert Sansano: Torna-se importante garantir uma carga horária para a formação do docente, de forma que ele possa ter tempo para se preparar para o trabalho com as questões apresentadas. Garantir, para isso, uma jornada dentro do horário de trabalho do professor. Precisamos romper com os modelos de formação dos finais de semana.

14. Debate: As condições cidadãs e a territorialização da Educação Profissional e Tecnológica no mundo do trabalho.

Data: 29/05/15

Hora: 11h - 13h

Relatora: Rosana Teles e Jéssica Oliveira

Coordenadora: Cláudia Regina Tininis

Conferencistas:

Beatriz Gonzales Soto

Oscar Valiente

Remi Castioni

Gleisson Cardoso Rubin

Mediador: Moacyr Cunha Filho – Pró-Reitor UFRPE

Beatriz Soto

A debatedora expôs que, quando chegou o convite para trabalhar com a territorialização, optou por abordar a Colômbia, pois lá está sendo desenvolvido um trabalho com esse tema, no âmbito da bioeducação, que remete à territorialização. Informou que abordaria conceitos fortes para se fazer um roteiro, para construir a aprendizagem.

Expôs, então, um vídeo colombiano que retrata o cotidiano, com ações e cenários múltiplos, como mar, terra, praças, periferia, grafiteagem, lutas, caminhadas, pessoas conversando. A canção usada como fundo musical do vídeo remete à América Latina e à pátria colombiana. Destacou que, neste contexto da América Latina, na Colômbia há grupos de estudo que estão trabalhando numa proposta de bioeducação, de biodiversidade, o que nos permite discutir a questão da territorialização. Destacou, então, que não estava remetendo à Colômbia, ao Brasil ou a outro país; estava falando de um território, que é a América Latina.

Nesse momento, fez uma alusão à parte da fala de Frei Betto que tratou da questão de que não temos apenas desigualdades e problemas, temos também esperanças. Partindo dessa colocação, propôs discutir um paradigma no qual homens e mulheres tenham mais igualdade. Para isso, considera-se a biodiversidade numa ótica em que observa o entorno vivo e cultural.

Nas palavras dela, “somos os humanos, mas não os únicos que habitam o planeta. Na bioeducação, buscamos rever as relações com a natureza, visando ao respeito e ao reconhecimento mútuo, para tentarmos superar o eurocentrismo cartesiano”. Registrou que os processos de bioaprendizagem podem propiciar relações e intercâmbio de informação. E territorialidades emergentes estão em busca de uma nova sociedade, que deve ser mais justa, por isso é necessária uma visão pautada na biopedagogia.

Asmann defende que aprender é construir mundos, afirmou ela; mundos onde caibam todos. Nessa ótica, defendeu que deveríamos considerar a bioaprendizagem como um caminho para considerar princípios e valores os quais estão associados à relação estreita dos seres humanos com a natureza, da qual o homem tem se esquecido.

Afirmou que só com essa relação harmônica com a natureza faremos uma melhora no entorno e na nossa vida pessoal. É importante resgatar a solidariedade, retomá-la, disse ela. As primeiras sociedades foram solidárias, então há que se investir no resgate das

relações harmônicas com a natureza. Cuidando dela e do entorno, disse, fortalecemos a territorialidade, pois teremos o reconhecimento dos diferentes territórios.

Para tanto, deve-se partir da ideia de que o primeiro território que temos é o corpo. Se pensarmos nisso, passamos a respeitá-lo e a cuidar dele como nosso território primordial, com essa consciência podemos construir territorialidades com a natureza e um processo de bioaprendizagem com novos paradigmas que podem contribuir para essa construção.

Na ótica da palestrante, temos que repensar a epistemologia, que ela coloca como bioepistemologia. A ideia defendida é a de que não existe uma única verdade. A visão das abelhas e dos humanos é qualitativamente diferente, mas a nova biologia está abrindo espaço para a bioaprendizagem. Isso implica saber reconhecer que há outros saberes. Ao desenvolvermos uma bioepistemicociência, afirmou, envolvemos uma bioética. Nesse contexto, ela diz estar falando da bioepistemologia, que retrata o que temos no nosso sistema educativo.

E nele, para que a seleção seja justa, defende-se que todos têm que apresentar o mesmo exame, desde o peixe ao elefante. A educação não contempla diferenças, mas a epistemologia diz que devemos reconhecer a diversidade. A debatedora cita novamente Frei Betto, que destacou o conhecimento do camponês tão importante quanto o do acadêmico, uma vez que são diversidades de conhecimento. E ela frisa que devemos, como educadores e educadoras, investir na diversidade, e não na homogeneização.

A cognição é um processo de conhecimento que se identifica com o processo da vida, contudo a Academia sempre tentou nos dividir, para não formar seres e mulheres integralmente, e isso é visível na América Latina. Um paradigma solidário precisa recorrer à coletividade, a uma visão de interaprendizagem e autoaprendizagem. Devemos, então, permitir a construção através da participação.

Em outra alusão à fala de Frei Betto, lembrou que ele havia perguntado, em sua conferência realizada no dia anterior no Fórum, quem pensava sobre a ética, e poucos levantaram a mão. Destacou-se a sobreposição da estética em relação à ética. Destacou que, comumente, a educação artística é separada da educação profissional, e isso desagrega, ao invés de unir, deixando de lado o aspecto mais holístico. Frente a isso, ela defende que precisamos ver o que somos capazes de construir coletivamente, partindo do conhecimento de cada um, como indivíduo e ser coletivo, para reconstruir a história.

Quem não a conhece, está condenado a repeti-la. É preciso resgatar valores como solidariedade, respeito e amor, visto que não podemos fazer algum processo, se não sentirmos o que ensinamos. O principal é seduzir e se seduzir, numa relação recíproca, recuperando os saberes dos grupos, que marcam a relação com o mundo e com arredores de cada um. Para finalizar sua apresentação, a professora fez referência à canção “Extrato de provérbios e de cantares”, de Antônio Machado, que traz a ideia de que o caminhante não tem caminho, senão estrelas ao mar.

Oscar Valiente

Inicia sua fala dizendo que os companheiros da mesa falavam de diferentes territórios e como a educação interage com eles. Falou, então, de Órgãos Internacionais que dizem aos Governos o que eles devem fazer em Educação Profissional e Tecnológica. Externou que esses Órgãos pelos quais nos interessamos, como o Banco Mundial, a UNESCO e a UNICEF são grandes criadores de discursos do que devemos fazer na formação profissional.

Existia ausência de discurso sobre essa questão, até que um documento do Banco Mundial dizia que investir na Educação Profissional não valia a pena para um país, e isso teve grandes consequências em vários países, sobretudo os que dependiam financeiramente deles.

No Congresso Mundial de Educação, pensou-se a Educação Básica como primária. Com o tempo e as mudanças sociais, esses mesmos órgãos passaram a reconhecer que é a EPT necessária para o desenvolvimento.

O mundo mudou e há as economias emergentes. Então, esses órgãos não podem esquecer-las. Finalmente um elemento que não é tão cômodo, tão agradável, que é obter a formação profissional de qualidade, é visto simplesmente como um instrumento para o desenvolvimento econômico, ponderou. O docente destacou que hoje existem consultorias sobre como fazer melhor Educação Profissional, porém as ideias que são dadas são ortodoxas.

A formação diz que é preciso investir em capital humano e sermos otimistas, como se fosse um mantra. Também se afirma que haverá uma maior competitividade, e isso vai incrementar a economia mundial e o capital humano, o que favorece o crescimento. Defendia-se que todos podem aprender e não haverá mais miséria. Discurso bonito, mas com implicações políticas. O sistema educativo, dentro desse paradigma, é avaliado pelo que serve às empresas e as fortalece.

A mudança é a educação, e isso gera muito cuidado, pois, se algo der errado, geram-se culpas. Defende-se que basta dar uma formação que os jovens alcançarão emprego. Na economia global procura-se onde estão os trabalhos qualificados e eles não são encontrados. O que acontece é que a competência para os trabalhos qualificados se dá em busca da atração do capital. Isso cria frustração, e para quem oferece os empregos, a oportunidade de rebaixá-los, tendo em vista a grande demanda.

Os números apontam para a produtividade, mas algumas empresas oferecem más condições de trabalho e não valorizam o talento. Frente a isso, como a educação pode intervir para valorizar as condições de trabalho e as competências? Outra crítica feita a esses órgãos internacionais é que publicam o que está sendo feito nos países do Norte. O modelo alemão de formação dual não se adequa à realidade do México, que tratou da economia informal, mas os alemães desconheciam isso.

Qual o sentido de formação dual para o México? O crescimento como solução técnica pressupõe melhor educação, então as coisas ficam mais temerárias, conflitivas.

Quando alguém tenta expandir o nível educativo, investe muito dinheiro nisso. Na questão de como entendem a formação profissional é que existe um reducionismo, pois entendem como um investimento para o trabalho, para o crescimento, e não para a vida; o valor intrínseco da educação fica fora desse modelo. A narrativa de quem participa do modelo educativo inclui a cultura, os papéis do território coletivo. Existem alternativas que são elementos fundamentais como inovação política, defendeu.

Continuando, disse que nós não podemos fazer nada quando temos um ministro neoliberal na economia. O desenvolvimento sustentável é algo que deve ser pensado. Todos esses modelos implicam que, se melhorarmos o modelo econômico, todos crescerão. Isso não é verdade, haja vista os países que estão crescendo. Concluiu, afirmando que o bem-estar de todos deveria estar em todas as reformas políticas.

Remi Castioni

Inicia sua fala afirmando que suas considerações serão baseadas no caso brasileiro. Propõe-se a fazer um recorte temporal acerca do que foi realizado nos últimos anos no tocante à expansão da Rede (especialmente entre 2007 e 2013). Afirmou que a educação tem feito parte da agenda nacional. Segundo ele, foi feita uma grande pesquisa no Brasil para que as pessoas respondessem o que precisaria mudar no país para que suas vidas melhorassem, e a Educação esteve entre os serviços mais apontados.

De acordo com seu pensamento, há muita divergência na educação no país, visto que a oferta e o acesso vivenciam desigualdades. Para embasar sua fala, apresentou dados de uma pesquisa que levou em consideração o período de 2009 a 2013. Nela constatou que grande parte da população jovem não está nas escolas, nem no mercado de trabalho. Por outro lado, vale considerar que, entre 2008 e 2012, 12 milhões de pessoas ascenderam ao mercado formal de trabalho e isso foi possível a partir de transferência de renda e acesso aos cursos superiores (via cotas sociais e programas específicos).

Nesse período, que também foi de consolidação e de expansão dos Institutos Federais, o país obteve altas taxas de consolidação em empregos formais, segundo o docente, além de possibilitar a elevação do salário mínimo e a transferência de renda. Nesse ponto, fez uma conexão entre a transformação pela educação e a elevação da condição social no país.

Diante disso, lançou o seguinte questionamento: Quais as trajetórias do Brasil nos últimos anos e o tratamento dado aos IFs?

Considerou que o Brasil sempre pensou o desenvolvimento regional e isso se relaciona com a expansão da Rede, que proporciona acesso à educação e, com isso, transforma a vida das pessoas e melhora as condições de poder. No entanto, afirma ser evidente a manutenção das desigualdades regionais, o que gera comunidades de “fluxos”, pois as pessoas precisam migrar de seus locais de origem – geralmente sem qualificação profissional – para tentar o acesso ao mercado de trabalho nos grandes centros urbanos.

Diante dessa realidade, apresentou dados do censo de 2000 e afirmou que eles não mudaram significativamente em relação aos de 2010. De acordo com o estudo, há um percentual alto de pessoas com mais de 26 anos que possuem menos de quatro anos de escolarização. Considerando esse fato, iniciou-se o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, pois esta possuía 100 unidades e hoje conta com quase 600.

Segundo ele, o Brasil é um país de características muito rurais, pois 84% dos municípios têm menos de 30 mil habitantes. Estes são polos de irradiação e de geração de empregos. Apresentou taxas de crescimento dos municípios e afirmou que os que possuem menos habitantes receberam a expansão da Rede Federal e apresentaram maior crescimento.

De acordo com seu pensamento, no âmbito das políticas de desenvolvimento, voltou-se a considerar o regional um recorte importante na elaboração de políticas, tendo o social como eixo condutor.

Em seguida, trouxe o pensamento de Celso Furtado, para falar do desenvolvimento endógeno relacionado à importância da instalação dos IFs. Para ele, o desenvolvimento endógeno é formado por: capital institucional, humano, cívico, social e sinérgico. Afirmou que conseguimos, como nação, mostrar para a população que podemos fazer educação de qualidade através dos IFs e que essa tem sido a maior inovação.

A grande questão que se coloca, segundo ele, é diante do cenário brasileiro de divergências e desigualdades, onde se localizam os problemas, e destaca que estes são mais acentuados em estados de altos índices de desenvolvimento econômico nos quais há indicadores de baixos níveis de desenvolvimento social.

Por fim, ele afirmou que gostaria de chamar a atenção para o fato de que é nesses lugares que estão instalados os *campi* dos IFs, para que se possa promover, no âmbito desses territórios, o que a literatura da área apresenta como casos exitosos de desenvolvimento.

Apontou que as experiências anteriores que tivemos ficaram sempre de costas para a população, e que atualmente os IFs representam a possibilidade de dar respostas à comunidade das áreas nas quais estão instalados, através da ativação de capacidades produtivas dessa população. Considera, entretanto, que as mudanças locais dependem também de um conjunto de ações, além da oferta de educação, e crê que a chegada dos IFs pode contribuir para modificar a gestão pública de cada local que recebe uma dessas unidades.

Para ele, a participação dos IFs aproxima interesses do capital e do trabalho, polos aparentemente antagônicos. Conjugando esses polos e conduzindo os territórios ao ciclo de ativação de novas capacidades que estiveram ao longo de nossa formação adormecidos é o grande desafio da Rede, finalizou.

Gleisson Rubin

Inicia sua fala cumprimentando a todos e afirmando que o objetivo de sua exposição é apresentar sua experiência com o desenvolvimento da Educação Profissional, no MEC, e fazer uma leitura um pouco mais aprofundada sobre o conceito de territorialização. Segundo ele, durante bastante tempo, o conceito de território foi desconsiderado na trajetória da agenda governamental.

Apenas há dez anos ele passou a ser considerado. A forma como os equipamentos foram distribuídos no país faz perceber que foram priorizados o Sul, o Sudeste e as regiões metropolitanas, em detrimento das demais áreas. Isso gerou, segundo ele, processos migratórios danosos para quem a eles se submetia, porque esses indivíduos saíam de seus espaços sem a formação profissional necessária para encontrarem postos de trabalho que lhes remunerassem dignamente.

A partir de então, traçou um paralelo entre o período que antecedeu a expansão da Rede Federal e a situação atual, considerando que esta – a Rede – refletia a condição do país de investimento em regiões e áreas específicas. Segundo ele, em 2004, com 96 anos de existência, a Rede não possuía abrangência nacional. Como exemplo disso, assinalou que quatro unidades da Federação nem chegavam a contar com uma unidade de ensino.

A partir disso, apontou a distribuição assimétrica, no momento, das unidades de educação profissional da Rede Federal. Para ratificar seu pensamento, apresentou a discrepância vivenciada no estado de Minas Gerais, que possuía 19 Instituições Federais de Educação Profissional no Sul e apenas 3 no Norte.

Em continuidade, apresentou as fases de instalação dos IFs nos demais territórios, considerando a necessidade de interiorização e a possibilidade de acesso às periferias. Aproveitou para sinalizar que as duas primeiras expansões, de acordo com seu pensamento, procuraram seguir de modo mais fiel o planejamento feito inicialmente, o que a terceira acabou por não fazer.

Após esse momento, destacou o impacto da expansão, ao afirmar que o Brasil possui hoje 236 mesorregiões e todas elas têm uma unidade da Rede Federal. Para deixar mais claros os números relacionados à expansão da Rede, Rubin traçou os seguintes paralelos: a) Em 2004, um a cada dez municípios considerados medianos possuía uma unidade da Rede Federal. Hoje há uma unidade para cada dois desses municípios; b) Já os municípios que possuíam de 20 a 50 mil habitantes contavam – em 2004 – com uma unidade de ensino para cada 50 municipalidades.

Hoje a razão gira em torno de uma unidade para cada sete municípios, afirmou. Diante disso, segundo o conferencista, agora, aos 103 anos, a Rede pode considerar que tem abrangência nacional. O matemático e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental ressalta, ainda, que as unidades federais de ensino são um sonho para boa parte da população brasileira, o qual tem se tornado mais próximo com as expansões da Rede, afirmando, em sua conclusão, que a geração de emprego e renda proporcionada pela

formação profissional qualificada evita o êxodo e contribui para a promoção das condições cidadãs.

DESTAQUES:

- Forte relação entre territorialidade e bioeducação.
- Na bioeducação, buscamos rever as relações com a natureza, visando ao respeito e ao reconhecimento mútuo, para tentarmos superar o eurocentrismo cartesiano.
- Órgãos Internacionais como o Banco Mundial, a UNESCO e a UNICEF dizem aos Governos o que eles devem fazer em Educação Profissional e Tecnológica.
- A expansão da Rede Federal se relaciona com a proposta de desenvolvimento regional.
- Com a expansão da Rede, houve um impacto nos arranjos locais e a possibilidade de promoção das condições cidadãs.

QUESTÕES:

1. É inegável o avanço da política pública que os IFs trouxeram para o país, a fim de diminuir o desequilíbrio entre as diversas partes do território brasileiro. No entanto, gostaria de saber como é que foi pensada a aderência institucional e sua fragilidade frente às dificuldades locais, como é o caso das próprias condições de transporte para os estudantes? Até que ponto os IFs dialogam com os arranjos locais com o objetivo de fixação dos profissionais formados nos seus territórios?

2. Direcionada a Gleisson Cardoso Rubin - Gostaria de fazer alguns comentários numa perspectiva diferente. Foi importante ouvir sua fala. Meu *Campus* fica em uma cidade com cerca de 40 mil habitantes. A questão do território é importante para mim e gostaria de fazer uma pergunta: Como é que esse território está presente nessas políticas do Instituto?

RESPOSTAS:

Gleisson Rubin

Ele inicia dizendo que temos ouvido os depoimentos que são ricos, mas não homogêneos. A implantação de Unidades em contextos tão diferentes gera realidades diferentes. Há casos em que as cidades não têm percebido de maneira rápida os resultados da implantação dos IFs e pode ser que isso não seja sentido nessa geração. Há outros em que se sentiu já uma resposta local. Nós ousamos implantar Unidades em locais mais afastados e, quando consideramos que elas estão nos interiores, há mais dificuldades. Pode ser que as respostas locais não tenham sido tão rápidas. Temos um senso de urgência que, em grande parte das vezes, não é atendido em termos de urgência institucional.

Remi Castioni

Afirmou que a necessidade apresentada pelos IFs criou um “belo problema” para os municípios, porque não se pensava a questão da mobilidade na cidade e essa é uma luta política que precisa ser travada. Segundo ele, isso poderia ser resolvido, utilizando a conta do transporte escolar que o município recebe do FNDE. É uma questão de inventividade. Esse é um problema em vários locais e os Institutos precisam estar atentos para captar isso e levar para a discussão numa mesa federativa. Cabe, nesse processo de consolidação, pensar em como trazer os atores sociais para as decisões nos IFs. Seria possível também ter um consórcio entre municípios circunvizinhos, para tentar resolver as questões mais básicas como transporte, alimentação, entre outras.

Beatriz Soto

Segundo ela, é necessário estarmos atentos ao que está ao nosso redor. Afinal de contas, as territorialidades podem ser espaços de aprendizagem. E estar atentos, também, leva-nos a repensar a linguagem e a relação entre ela e uma realidade que não seja a de conflito.

15. Mesa Redonda: Como garantir as condições de permanência e inclusão na Educação Profissional e Tecnológica?

Local: Teatro Guararapes

Data: 29/05/15

Hora: 13h15 – 15h15

Relatores: Lêda Correia da Silva – Rina Buarque

Coordenadora: Cláudia Regina Tininis

Palestrantes:

Eduardo Daniel Negrin

Wilson Alfredo Marturet

Cláudia da Silva Santos

Mediadora: Patrícia Barcelos

Resumo da fala dos palestrantes

Eduardo Davyt

O palestrante abordou experiências de inserção e discussão de permanência do estudante na instituição de ensino no Uruguai, apresentando o contexto uruguaio com

dados, mostrando a composição dos estudantes secundaristas, considerando como ela se modificou em favor da tecnologia.

Considerando os dados de matriculados no país, sugeriu que deveria existir um sistema de educação de qualidade e inclusiva, para que toda a população tivesse acesso a ele, e que proporcionasse um menu importante, a fim de contemplar as aspirações e desejos dos alunos, gerando a descentralização.

Afirmou que o crescimento observado através de pesquisa, no Ensino Secundário ocorreu também na educação tecnológica, mudando também com relação ao Ensino Médio, que passou a perceber a importância da educação tecnológica para a inserção no mercado de trabalho. Apesar disso, ponderou, disse haver um índice de evasão, de abandono de curso, considerado elevado, o que gerou pesquisa sobre as motivações que levam a este abandono, destacando-se a necessidade de trabalho por parte dos estudantes. Parte disso advém ainda, afirmou, da educação primária que leva o estudante a ingressar no nível secundário com dificuldades, desde a diferença etária-série, até a requisição de novas situações. Para tanto, se faz necessário o maior número de propostas possível à educação, contemplando aspectos como: acessibilidade, disponibilidade, aceitação e adaptação.

Sobre o conceito de Disponibilidade, arrematou: Deve ser compreendida por planos de estudos que incluam a participação de setores em proposta a ser feita de forma colaborativa em todo o território, e não centralizado, considerando setores produtivos, setores governamentais e a comunidade, dando condição de adequação da formação no curso ao próprio mercado de trabalho. Nesse sentido, interessa falar do Observatório do Trabalho, que contribui com o processo de discussão.

Quanto à Acessibilidade disse: É necessário contemplar o acesso à escola, tendo em vista o acesso ao transporte, além de residências estudantis, em especial quando se trata de populações rurais.

No que se refere à aceitação, pontuou: Os estudantes, suas famílias e o próprio setor produtivo devem estar em comum acordo com a formação ofertada no ensino tecnológico, posto que, inevitavelmente, deve-se considerar que esta oferta precisa guiar a inserção no setor produtivo.

Referindo-se à adaptação, afirmou: É preciso construir perfis profissionais para cada plano de ensino, de modo a considerar as diferenças culturais e regionais no país.

Disse que de 2012 a 2014 foi realizado o censo com estudantes do último ano do Ensino Médio, com o objetivo de caracterizar e delimitar a população estudantil e buscar identificar as percepções dos estudantes sobre a formação recebida; além de tentar

identificar a expectativa sobre atividades laborais e educativas e quais as perspectivas dessa clientela.

Outras medidas adotadas em relação a esta temática, disse ele, correspondem a flexibilização curricular (adaptação dos currículos: horários flexíveis, duração dos cursos); criação de sistema de bolsas para garantir ao estudante a permanência na escola, atendendo a áreas prioritárias, para as quais entenda-se necessário privilegiar o apoio econômico com relação à região.

A lei de emprego juvenil, de recente regulamentação, tem por objetivo promover o trabalho do jovem, vinculando emprego, formação profissional e educação, garantindo direitos fundamentais, ponderou. Programas especiais são ainda outro aspecto a ser observado: formação profissional básica e mecanismos de acreditação de saberes (como forma de reinserir estes profissionais no mercado do trabalho, processos diferentes de educação do Ensino Médio para, a partir daí, entrar no processo formal de Ensino Técnico e Ensino Superior); daí continuar nos estudos terciários, áreas tecnológicas.

Wilson Alfredo Marturet

Inicia sua fala afirmando que considera a temática do Fórum elemento-chave para uma transformação das nossas realidades. Faz alusão à problemática da garantia do acesso à educação, como valor e como bem social, como distribuição real de todas as potencialidades que a sociedade dispõe consigo mesma. Gerar as condições de garantia do acesso, de diferentes ordens, apontadas por Eduardo, para a formação das crianças, dos jovens e adultos, seria o desafio posto à sociedade.

Mas como garantir a permanência, não como um regime assistencialista, e sim, gerando processos audazes de geração de conhecimentos? Para ele, é preciso dar ao jovem a condição de se apropriar do conhecimento. O desafio é que esta permanência seja o espaço de construção do espaço acadêmico, de valores, e de poder transformar o que no seio da sociedade não nos conforma. Gerar tais condições, segundo ele, faz surgir perguntas como: Que lugar deveria ocupar o Estado para que isso seja possível? Que lugar devem ocupar as políticas públicas, tanto em nível regional, quanto nacional? Qual a expectativa real que uma sociedade tem pra si mesma?

Para abordar a universalização do acesso à educação, o palestrante afirmou enfrentarmos alguns desafios: de ordem política (todos nós desejamos que jovens, independentemente de onde tenham nascido e das condições, disponham de igual oportunidade?). Somos uma sociedade fragmentada e uma mudança aprofundada requer um sistema educativo audaz e necessário, para que divisões de ordem social e cultural se transformem e passem à situação de igualdade de oportunidades.

Ainda questionando, pergunta se, do ponto de vista político, nossa sociedade amadureceu pra fazê-lo, para dar esse passo? O desafio de ordem política, portanto, afirmou, é garantir espaços de acesso e permanência ao estudante. Há os desafios internos

ao sistema de educação e que precisam ser lidados em caráter institucional. Podemos garantir dentro do sistema que esses espaços estão totalmente amadurecidos e sólidos, para demandar à sociedade o resto do esforço a completá-los?

Há, ainda, o aspecto talvez mais importante e que compete a nós educadores, asseverou: os desafios da ordem pedagógica. Conseguimos, como educadores, desafiarmos para caminhos metodológicos diversos? Qual é o limite dos desafios de ordem pedagógica que apontam para a importância de identificar os limites de ordem econômica, social e que permitam indicar o caminho para as mudanças? Pontuou, dizendo que são os desafios de ordem política, de ordem cultural, institucional e de ordem pedagógica com os quais devemos lutar.

É necessário pensar a EPT como um espaço planejado, intencional, para o desenvolvimento de pessoas. O desafio então dos que estão na educação é encontrar o equilíbrio adequado para colocá-los não só em discussão, mas também em ação, para darmos resposta a problemas endêmicos, históricos que ainda transitam em nossos países.

O palestrante compreende diversidade como riqueza, não como problema para o avanço da sociedade, e festeja o Fórum pelo tema escolhido. Para ele, nesse processo de formação dos jovens, uma educação que aposte em uniformidade é incapaz de reconhecer a diversidade existente, fracassará no processo de garantir o trajeto de formação e de garantir ao estudante permanência, evitando a desistência. Continuando a sua fala, o palestrante fez as seguintes indagações: Quais os direcionamentos que pretendemos tomar na educação neste modelo de desenvolvimento no qual pretendemos que ingresse nossa sociedade? É possível ter uma política de indústria para um país, sem dialogar claro com a educação? É possível desenvolver políticas sociais sem um diálogo com a educação?

Afirmou que se precisa, além do já exposto, de uma visão dos educadores, de ordem vital, visando encontrar os caminhos de ordem pedagógica, para se romper a ideia determinista de que apenas alguns podem aprender. Os desafios da EPT não se limitam a solucionar problemas do trabalho. Ela existe, também, para construir os instrumentos de felicidade e de igualdade para a nossa sociedade.

Cláudia Sansil

Inicia cumprimentando a todos e agradecendo a paciência de participação no debate. Agradeceu, também, a presença dos gestores da Reitoria e dos Diretores Gerais. Informou que o recorte de sua fala dar-se-ia a partir de um Programa instituído no IFPE para garantia do acesso, da permanência e do êxito do estudante ingressante – PROIFPE.

Discorreu, portanto, sobre a articulação necessária para a execução do referido Programa, a partir de ações da Pró-Reitoria de Ensino – PRODEN – e interface com outras Pró-Reitorias e a Diretoria de Assistência Estudantil – DAE, acrescentando que o referido Programa possibilita aos estudantes concorrerem de forma mais justa e igualitária aos

curso regulares oferecidos pelo IFPE, bem como permanecerem na trajetória educacional, obtendo êxito, tendo-se apresentado como um verdadeiro desafio para toda a comunidade acadêmica.

Esse desafio decorre do fato de o PROIFPE configurar-se como um Programa institucional, cujo princípio fundante é a intensificação das ações afirmativas que possibilitam ao estudante ingressar no IFPE, permanecer e obter êxito, dando-lhe condições de inserir-se e manter-se no mundo produtivo, através dos saberes humanísticos, científicos e tecnológicos construídos na sua formação permanente.

Disse que, refletindo acerca da temática do Fórum, pensa que não se pode falar sobre permanência e evasão sem considerar a necessidade imediata de reformulação curricular, o que sugere, também, a necessidade de propiciar uma formação docente adequada ao nosso tempo, e isso é Cidadania.

Continuando, disse que o PROIFPE atua, portanto, enquanto política institucional que visa promover formas de acesso, permanência e êxito no âmbito do IFPE, fazendo referência aos princípios pedagógicos do Instituto que remetem, na verdade, a eixos estruturadores que dão sustentabilidade ao processo de ensino e aprendizagem e possibilitam a materialização do desenvolvimento integral, formando o estudante com ênfase no exercício da cidadania e no futuro profissional. Esses eixos são:

- articulação da educação à prática social e ao mundo do trabalho;
- relação teoria e prática;
- atuação de forma integral no exercício da cidadania;
- articulação adequada dos processos científicos e tecnológicos aos processos produtivos;
- formação de autonomia intelectual e pensamento crítico
- flexibilidade frente às novas condições de ocupação no mundo do trabalho.

Ainda sobre o PROIFPE, afirmou que esse Programa tem como referencial três linhas de ação específicas e inter-relacionadas:

- **Acesso:** trata-se da inclusão, por meio da promoção de oportunidades, de estudantes oriundos de escolas públicas, para o ingresso no IFPE. Esse processo de ensino e aprendizagem proporciona aos estudantes a revisão e a ampliação dos conteúdos programáticos abordados nas modalidades e níveis de ensino a que concorrerão nos processos seletivos. Além disso, promove o contato dos interessados com a instituição e o conhecimento sobre os cursos ofertados.
- **Permanência:** constitui-se em ações de acompanhamento e contribuições ao processo de ensino e aprendizagem, a fim de atender às necessidades do estudante, dotando-o de conhecimentos e de competências humanísticas, científicas e tecnológicas. Ao lhe ser permitida a permanência com qualidade na instituição,

previnem-se e diminuem-se os índices de retenção e evasão escolar.

- **Êxito:** constitui-se em ações multiprofissionais, as quais possibilitam aos estudantes sistematizar as informações e conhecimentos adquiridos durante seu percurso acadêmico, construindo uma visão geral sobre o curso escolhido.

Ponderou que os eixos estruturantes da educação no século XXI, conforme os olhares lançados pelos palestrantes e que ela considera importantes, correspondem a uma articulação com a prática social, uma relação entre teoria e prática, que prescinde de nova práxis pedagógica; de necessidade de reinventar-se para lidar com as juventudes; de formação de autonomia intelectual e de um pensamento crítico; da necessidade de ser global, sem perder de vista o local.

Na apresentação, destacou as linhas de ação do PROIFPE, ressaltando seu potencial dentro de uma política de permanência estudantil, de diminuição de índices de evasão. Para tanto, salienta o trabalho articulado com equipes multiprofissionais. O objetivo do Programa, voltado principalmente aos cursos técnicos, em especial a linha de ação 2 – focada na permanência – advém da compreensão de que não é possível apenas garantir acesso, sem garantir-lhes a permanência.

Além das ações apresentadas, salientou ainda a necessidade de diminuição dos números de evasão, assim como os apresentados pelo Prof. Eduardo sobre aspectos da evasão no Uruguai, lembrando que, além dos fatores internos, fatores exógenos contribuem para essa evasão, em especial a necessidade de inserção no mundo do trabalho.

O Programa instituído, enquanto política institucional, enfatizou, abriga a preocupação desde o acesso, até o êxito do estudante, tendo por finalidade garantir um percurso formativo amplo ao estudante do IFPE, possibilitando-lhe inserção no setor produtivo com uma formação de qualidade.

Finalizou, afirmando que se faz necessária a construção de políticas públicas que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e, por fim, o êxito do estudante, logrado com a conclusão do curso, permitindo-lhe inserção no mundo do trabalho. A mediadora encerrou a mesa apontando a diversidade de temas discutidos no III FMEPT, dizendo que todos perpassam as condições de acesso, permanência e êxito.

Afirmou que as experiências relatadas buscam entender os motivos da evasão, os motivos políticos e pedagógicos, além de indicarem a necessidade da instituição de uma política pública efetiva, considerando as possibilidades diferenciadas de acesso, a exemplo de comunidades quilombolas, indígenas ou do campo, desejando que o que foi debatido naquele encontro possa ser levado a outras instituições.

DESTAQUES

- O acesso à educação deve ser entendido como um bem social e instrumento

planejado e intencional do como é e do como deveria ser.

- A diversidade, como riqueza para o avanço de uma sociedade, e o acompanhamento neste processo de formação, passam a ser instrumento-chave, para que o aprendizado se concretize.
- Construir política é diferente de deixar que as coisas aconteçam.
- É necessário pensar a EPT como um espaço planejado, intencional, para o desenvolvimento de pessoas. O desafio então dos que estão na educação é o de encontrar o equilíbrio adequado para colocar esses conceitos não só em discussão, mas também em ação, para darmos respostas a problemas endêmicos, históricos que ainda transitam em nossos países.
- Precisa-se, ainda, de uma visão dos educadores, de ordem vital, para encontrar os caminhos de ordem pedagógica, romper a ideia determinista de que apenas alguns podem aprender. O desafio da EPT não está somente em solucionar problemas do trabalho, mas também, em construir os instrumentos de felicidade e de igualdade para nossa sociedade.
- Entender que o desafio da EPT deve ser construir instrumentos de liberdade e igualdade.
- Precisamos nos reinventar, para lidar com a geração atípica que já nasce mediada pela tecnologia.

Não se pode falar de permanência e evasão sem se considerar a necessidade imediata de reformulação curricular, o que sugere também a necessidade de se propiciar uma formação docente adequada ao nosso tempo, e isso é Cidadania.



**III FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**
Diversidade, Cidadania e Inovação

**ATIVIDADES
AUTOGESTIONADAS**

Atividade Autogestionada: 1 – Ensino de Ciências e o desenvolvimento de projetos: o caso da identificação das ilhas de calor na capital paraibana.

Local: Mezanino 2

Data: 27/05/2015

Hora: 8h - 9h

Relator: Ivo Felix Gualberto de Sá

Coordenadora: Xênia Luna Alves de Souza

Participante do Relato: Rafaelle da Silva Souza

RESUMO

A ministrante apresentou-se como professora de Física da Escola Estadual Presidente João Goulart, informando haver nessa escola um grupo de pesquisa que auxilia os estudantes com metodologias de pesquisa e desenvolvimento de projetos, associados aos conteúdos de Ciências trabalhados na escola.

Disse que seu campo de estudo foi a cidade de João Pessoa, e passou a falar um pouco da situação da cidade: as imobiliárias acabam construindo em áreas não ideais, causando problemas ambientais, como as ilhas de calor, foco do trabalho, dizendo que na cidade há muitos edifícios. Por isso, apesar de ser litorânea, acabam-se criando ilhas de calor, o que traz problemas, como a necessidade do aumento do consumo de energia, para que as pessoas diminuam o desconforto térmico.

Afirmou que o crescimento vertical é importante para o crescimento da cidade e para os que precisam de habitação, mas é necessário buscar soluções de como fazer isso de forma sustentável. Listou as etapas da pesquisa: revisão bibliográfica (crescimento e planejamento urbano; formação, origem e funcionamento das ilhas de calor); uso de recursos computacionais para desenvolver a ideia de explorar o efeito das camadas mais quentes e a retenção de calor; realização de experimentos que reforçaram a necessidade de arborização para diminuição do efeito do aquecimento; busca por soluções sustentáveis, como tetos verdes ou uso de tinta térmica para diminuir o efeito.

Informou que foram construídas, com a ajuda de alunos e professores, áreas verdes na escola, como uma horta, um pomar e uma área de lazer, além do plantio de árvores. Demonstrou que foi apresentada uma proposta de ventilação natural para casas e edifícios, relacionada ao teto verde e ao uso de tinta térmica, proporcionando maior conforto térmico e redução de consumo de energia.

Acrescentou que essa pesquisa foi divulgada em diversas Feiras de Ciência e Tecnologia, como a Mostratec, em Novo Hamburgo (RS), por exemplo. Um projeto apresentado por duas alunas da escola venceu na categoria relacionada ao meio ambiente e se classificou para a I-SWEEEP (Estados Unidos), conquistando lá a medalha de prata. Concluiu, afirmando que esse tipo de trabalho proporciona a construção do conhecimento

científico associado ao cotidiano, colaborando para a inovação pedagógica em sala de aula e tornando a aprendizagem significativa para a vida do estudante.

DESTAQUES:

- Alunos do Ensino Médio envolvidos com grupos de pesquisa e desenvolvimento de projetos.
- Aplicação prática dos conteúdos vivenciados em sala.
- Projeto de intervenção para reduzir os efeitos das ilhas de calor formadas em João Pessoa.
- Consciência da relação crescimento x sustentabilidade.
- Projeto premiado nacional e internacionalmente.

Atividade Autogestionada: 2 – Etnias do mundo: valorizando a diversidade étnico-racial na escola.

Local: Mezanino 2

Data: 27/05/2015

Hora: 9h15 - 10h15

Relator: Ivo Felix Gualberto de Sá

Coordenadora: Rosane Souza

Participante do Relato: Jayse Antonio da Silva Ferreira

RESUMO

O ministrante se apresentou como professor de Artes do Programa de Educação Integral – Escola de Referência do Ensino Médio Frei Orlando – Itambé – PE. Relatou que percebeu que os alunos tinham dificuldade de marcar no ENEM se eram brancos, pretos, pardos etc. Então, decidiu fazer uma simulação na escola, para que os alunos se familiarizassem com a marcação, e foi verificado que alguns negros não marcavam a etnia negra como opção, por vergonha. Decidiu-se, então, trabalhar o tema da Consciência Étnica na Escola.

Informou que a aula de Artes, dentro do conteúdo “fotografia”, foi escolhida para o desenvolvimento do Projeto, que tinha por objetivo tirar do isolamento as etnias que geralmente são diminuídas, deixando claro que a beleza está em todos, pois todos, homens e mulheres, são feitos de diversidade. Somos, segundo as palavras do professor, a mistura de tudo de bom, e devemos nos orgulhar disso. Pontuou que pensar uma forma de integrar a valorização étnico-racial significa progredir na discussão a respeito das desigualdades sociais, das diferenças raciais e do direito de ser diferente.

Listou os passos do trabalho: a) questionário aplicado pelos alunos a respeito das etnias encontradas na escola (autoclassificação, relatos de violência etc.). Nesses questionários, a maioria se declarou parda. Apenas 9,7% se classificaram como negros. No entanto, o professor, conhecendo os alunos, sabe que a porcentagem é bem maior. b) Foram convidados alunos para representar etnias. Fotos eram usadas como inspiração para maquiagem dos alunos e posterior fotografia. c) Para convidar as pessoas a visitarem a exposição, os alunos gravaram um *teaser* para ser lançado nas redes sociais. Além disso, foram feitos convites pirografados para serem enviados a escolas vizinhas. d) A exposição foi realizada, sempre com a foto do aluno e a foto original que a inspirou, tendo uma enorme visitação.

Pontuou que a maior consequência do trabalho foi o resgate da autoestima, tanto dos alunos que foram fotografados, quanto de todos os outros da escola, que entenderam o valor de cada etnia e de suas individualidades. Mostrou que o projeto representou o Nordeste no 8º Prêmio Professores do Brasil (ganhando prêmio destaque do Ensino Médio), e foi divulgado em vários programas de TV, sites, revistas de educação e jornais impressos.

Concluiu, dizendo que a cidade de Itambé era conhecida como um local de grupo de extermínios, mas essa visão foi mudada através da educação.

Destaques:

- Desenvolvimento da habilidade de autoconhecimento e valorização de suas etnias e individualidades.
- Trabalho interdisciplinar que culminou em participação de toda a escola e da comunidade.
- Resgate da autoestima dos estudantes.
- Projeto premiado nacionalmente e reconhecido por vários órgãos de imprensa.

Mesa Redonda: 3 – A Educação Inclusiva na Rede Federal de EPCT: caminhos e descaminhos.

Local: Sala Ipojuca

Data: 27/05/2015

Hora: 10h10 - 12h10.

Relator: Prof. Adriano J. Carvalho

Coordenadora: Romilda Suinka

Mediadora: Gidalva Santos – IFSertão

Palestrantes:

1. Suammy Leite – IFMT
2. Afrânio Oliveira – IFSul Minas
3. Andreia Sonza – IFRS
4. Gustavo Estevão – IFPE
5. Renata Resende – IFB
6. Artur Mendonça – Pres. ANEI-PE
7. Franclin Nascimento – Pres. ANEI-Brasil

RESUMO

O palestrante Gustavo Estevão iniciou sua fala tratando da contextualização e da importância do tema para o III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica. Dentre as dificuldades existentes, enfatizou que vários programas dedicados à construção de educação inclusiva não existem mais. No entanto, deixaram marcas e ações positivas na realidade educativa da Rede Federal EPT.

Afirmou que Educação Inclusiva é uma exigência e objetivo constitucional, adequando todo o universo de ensino para o acolhimento, em grau de paridade, de todos os alunos com qualquer deficiência, trabalhando para romper todas as barreiras sociais, políticas e históricas que excluem cidadãos especiais.

Dentre seus questionamentos, pontou se realmente a política de Estado Nacional vigente está preocupada com este público específico. Como também, se há uma ação efetiva em prol da educação inclusiva, voltando a enfatizar a importância de retomar os projetos que deram certo. Logicamente, disse, estes projetos necessitariam passar por um processo de readequação da realidade, mantendo, porém, o verdadeiro intuito de trabalhar e acolher os alunos especiais. Entretanto, esta proposta não pode surgir de cima para baixo, pontuou.

Acrescentou que ela deve ser construída com todas as instâncias sociais e participação massiva das opiniões e experiências coletivas, externando que “não é preciso reinventar a roda, mas readequar as experiências que foram avaliadas positivamente”. Como metas, propôs o desenvolvimento de estudos nessa área, com o intuito de estruturar uma política inclusiva da própria Rede Federal de EPT.

A profa. Suammy Rodrigues falou sobre sua experiência na Coordenação do Ensino Inclusivo no Instituto Federal de Mato Grosso. Alertou que a Educação Inclusiva deve ser assumida como uma batalha, em que todos estamos envolvidos por este ideal. Disse que, antes de sua atuação, cada *Campus* agia de modo individual, mas que, aos poucos, foi se reestruturando uma ação integralizada. Este objetivo foi alcançado a partir da consciência de que a educação inclusiva deve ser assumida por toda a instituição, e não apenas por alguns poucos membros.

Dentre outras atividades, salientou a importância das atividades de acompanhamento dos estudantes com deficiência; a capacitação de professores; o apoio à gestão dos grupos; as reuniões periódicas de elaboração de estratégias; o trabalho em equipe, englobando desde pedagogos, enfermeiros, assistentes sociais, professores, intérpretes, dentre outros. Além disso, apresentou o NID como um grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ e que tem como objetivo principal trabalhar as necessidades para o desenvolvimento da inclusão social e da diversidade dos membros do IFMT.

Segundo a professora, com o descompasso dessa política no MEC, os membros dos IFs, sugeriu, devem fazer alguma coisa para mudar essa realidade em seus *campi*, dizendo que esse evento pode gerar alguma ação efetiva para a consolidação da educação inclusiva. O prof. Afrânio Oliveira apresentou, inicialmente, uma visão panorâmica da história da Educação Inclusiva, perpassando desde a realidade de gênero, até a inclusão social na Rede Federal – EPT. Segundo ele, a meta de uma Educação Inclusiva encontra-se órfã de leis que realmente articulem e aprofundem o seu desenvolvimento.

Prosseguindo, disse que se faz necessário aprofundar os três pilares do sistema educacional, que englobam o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, direcionados a uma educação inclusiva. Se é importante aumentar as pesquisas nesta questão, também urge o desenvolvimento de estratégias inovadoras de ensino e aprendizagem, trabalhando o empoderamento desses indivíduos em sua realidade social.

A professora Renata Resende pontuou em sua apresentação o baixo número de intérpretes a serviço da educação nos *campi*. Segundo ela, este número tende a diminuir ainda mais por conta da burocracia existente no sistema educacional da Rede. Nessa realidade, os maiores prejudicados são os próprios estudantes, disse.

Por ser uma professora com deficiência auditiva, afirmou que compartilhou as dificuldades encontradas no dia a dia por pessoas com esse tipo de deficiência, até mesmo na sua atuação juntos com outros docentes, principalmente nas reuniões de professores, onde não há a presença de um intérprete que possa auxiliá-la no processo de interação profissional.

Alertou que não só em sala de aula deve haver essa preocupação com o acolhimento dos alunos com deficiência, mas também em outros espaços, como a Biblioteca, por exemplo. Disse que os intérpretes devem ter acesso prévio aos conteúdos a serem trabalhados nas aulas, para que eles possam se preparar melhor. Acrescentou que os slides a serem apresentados em sala de aula devem ser melhor estruturados, evitando muitos textos e expressões de difícil compreensão, para que os intérpretes possam repassá-los com mais qualidade.

Finalizou, dizendo que os professores ouvintes também precisam se articular com os intérpretes, buscando, juntos, a melhor maneira de agir no processo de ensino e aprendizagem. A professora Andreia Sonza falou das cotas que foram aprovadas, como uma conquista que precisa ser aumentada. Dizendo, porém, que é necessário focar no

efetivo acolhimento desses alunos. Para isso, aposta numa capacitação formativa da Rede Federal EPT que desenvolva essa estrutura real de acolhimento.

Disse também que as dificuldades são muitas. Entre elas, apresentou inclusive a falta de uma infraestrutura física compatível para o acolhimento e trabalho desses alunos e dos Núcleos de trabalho. Outra dificuldade apontada diz respeito à pouca base dos alunos com deficiência, no que tange aos conteúdos curriculares ou à utilização dos recursos de TA.

Essa situação torna-se mais grave, ponderou, se juntarmos a ausência de profissionais realmente capacitados para atuarem com alunos com NEEs ou no serviço dos Núcleos específicos. Por isso, insistiu que uma das principais estratégias que a Rede Federal deve assumir é justamente a capacitação dos seus membros para atuarem com estudantes especiais e com os diversos projetos e núcleos de apoio para a Educação Inclusiva.

Dando prosseguimento à Mesa Redonda, Artur Mendonça tratou brevemente do intuito da ANEI em dar assistência a todos os profissionais que estejam trabalhando no processo de construção da Educação Inclusiva na Rede Federal EPT. O palestrante Franclin Nascimento enfatizou a orientação da ANEI de que todo intérprete esteja sempre ao lado do palestrante ou do professor, para que haja uma ação em conjunto entre os dois agentes de comunicação.

Retomando o tema central “Caminhos e Des-caminhos”, apresentou os diversos tipos de Atendimentos Educacionais Especializados (AEE) para atuação na Educação Inclusiva; as cotas educacionais e laborais em favor desse público; e as ações, como o TEC NEP, Viver sem Limite, PRONATEC, Mulheres Mil e Certific. Entretanto, alertou que ainda é muito baixo o número de pessoas assistidas na atualidade, havendo uma discrepância entre a teoria e a prática.

Disse haver uma falta de articulação em conjunto da Rede Federal de EPT no que tange à Educação Inclusiva, afirmando ser possível somente destacar ações ainda isoladas, de professores e outros profissionais da Rede que estão tentando construir uma realidade diferente. Falou, também, da criação de Núcleos Específicos, como o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) e NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas).

O palestrante ainda alertou para a necessidade de “alargarmos nosso campo de atuação até outras necessidades sociais, como a dos anciãos, anãos, pessoas com vulnerabilidade educacional, superdotação, dentre outras especificidades”. Por fim, salientou a importância de articulação entre os participantes daquela Mesa Redonda, para o desenvolvimento de alguma ação mais eficaz no processo de construção de uma Educação Inclusiva para todos.

DESTAQUES:

- A educação inclusiva é uma exigência constitucional e deve ser assumida por todos.

- Um dos principais problemas na efetivação de uma educação inclusiva é o baixo número de intérpretes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem dentro da Rede Federal de EPT.
- Não só o Ensino, mas também a Pesquisa e a Extensão, devem estar envolvidos no processo de construção de uma educação inclusiva.
- Como ação estratégica da Rede Federal de EPT, pensar numa capacitação dos seus membros para atuarem no desenvolvimento de uma Educação Inclusiva.

Questões relevantes:

Segundo a professora Suammy Leite, na realidade, existe um descompasso de ações do MEC em relação à Educação Inclusiva, o que agrava o despreparo da maior parte dos docentes ouvintes para trabalhar com estudantes que tenham alguma deficiência. Desse modo, endossou a proposta da professora Andreia de desenvolver capacitações eficientes na preparação de todos os docentes.

O professor Afrânio Oliveira falou também no processo de inclusão dos alunos transgêneros, evidenciando que o problema de uma Educação Inclusiva vai além das questões físicas, partindo também para as questões de gênero e até mesmo de diversidade cultural. A professora Suammy Leite alertou, ainda, para a dificuldade de ingresso e permanência de alunos com deficiência nos cursos de Pós-graduação, agravada pela carência de profissionais qualificados nos Centros Educacionais, dentre estes, intérpretes e professores de Libras.

De modo emergencial, disse, é necessário trabalhar as carências de nivelamento existentes nos alunos com deficiência e, a partir disso, desenvolver também as suas habilidades específicas, para que assumam com autonomia a sua dimensão acadêmica e profissional.

Atividade Autogestionada: 4 – Programa de Pós-graduação em Educação – Modalidade Profissional – PPGE-MP – UnB.

Local: Mezanino 2

Data: 27/05/2015

Hora: 10h30 - 12h30

Relator: Ivo Felix Gualberto de Sá

Coordenador(a): Xênia Luna Alves de Souza

Participantes do Relato: Olgamir Francisco de Carvalho

Remi Castioni

RESUMO

Os professores começaram explicando o diferencial do Mestrado Profissional da UnB, afirmando que, geralmente, os Mestrados profissionais são cursos isolados, mas na UnB foi criado um Programa de Pós-graduação focado em Educação na modalidade Profissional, com o Curso de Mestrado em Educação. Pensar desse modo, disse, possibilita que, no futuro, haja um Doutorado Profissional.

Passaram a falar sobre a diferença entre o Mestrado Acadêmico e o Profissional, pontuando que a grande diferença entre eles é o trabalho de conclusão, pois o do Profissional exige um produto técnico resultante da Pesquisa. O projeto nasce na realidade do profissional e volta a essa realidade, para uma intervenção após a investigação.

Listaram as duas áreas de concentração: a) Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica; b) Gestão de Políticas e Sistemas Educacionais. Apresentaram as metas estabelecidas no Planejamento para 2015: acompanhamento de egressos; uso da plataforma Moodle (específica para o Programa); internacionalização; criação de uma Biblioteca voltada para a Educação Profissional e Tecnológica; participação e realização de eventos (congressos e atividades de extensão); consistência no quadro permanente de docentes, tendo cada docente que criar projetos ligados à EPT.

DESTAQUES:

- Mestrado Profissional não como um curso isolado, mas como um Programa de Pós-graduação.
- Mestrado Profissional com um trabalho de conclusão que tenha por objetivo realizar uma intervenção na realidade de trabalho do pesquisador.

Mesa Redonda: 5 – Pronatec Mulheres Mil e a Elevação de Escolaridade: as Possibilidades de Itinerário Formativo.

Local: Sala Tracunhaém

Data: 27/05/2015

Hora: 13h10 -15h10

Relatora: Maria Clara Catanho Cavalcanti

Coordenador: Garabed Kenchian

Mediadora: Jussara Maysa Silva Campos

Palestrantes:

1. Jussara Maysa Silva Campos – Secretária de Educação Profissional e Tecnológica, responsável pelo PRONATEC Mulheres Mil

2. Milica Njegovan – Associação de Colleges Canadenses

3. Mauro José da Silva – Diretor de Política da Educação de Jovens e Adultos da SECADI/MEC

4. Belchior de Oliveira Rocha – Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Federais

RESUMO

1. Jussara Maysa Silva Campos – Panorama do PRONATEC Mulheres Mil: Execução

A professora realizou uma breve apresentação do “Mulheres Mil”. A partir da retomada histórica, mostrou as raízes do Programa, sua implantação e repercussão. Tratou da inclusão do Mulheres Mil no PRONATEC e a consequente exigência de escolaridade mínima. Dando prosseguimento, apresentou resultados relevantes dos quatro anos de implantação do Programa Mulheres Mil.

2. Milica Njegovan – A Experiência Canadense na Articulação da Qualificação Profissional e Elevação de Escolaridade

A professora iniciou sua apresentação fazendo referência aos Programas de intercâmbio entre Brasil e Canadá. Em seguida, contextualizou a atual situação educacional canadense, que busca subsidiar as mudanças econômicas que vêm acontecendo no país.

Com isso, demonstrou a professora, constatou-se a necessidade de formar mais profissionais técnicos, com menos tempo de formação e que possam atuar de forma prática nas indústrias. Tal necessidade é acompanhada da urgente elevação da escolarização. Esses dois fatores, segundo Milica, são imprescindíveis também no Brasil. Assim, ela traçou algumas trocas interessantes que ocorreram com os intercâmbios de professores brasileiros no Canadá e apontou perspectivas para novos intercâmbios entre os Colleges e os Institutos Federais de Educação.

3. Mauro José da Silva – Brasil Alfabetizado e a Articulação com a Secretaria de Educação Profissional

O relato, em vídeo, de uma professora alfabetizadora, de Muquém-AL, abriu a comunicação do professor Mauro. A partir desse exemplo, ele chamou a atenção para o papel da mulher na formação educacional da sociedade. Ressaltou que, no vídeo, a maioria dos estudantes eram mulheres, além da professora, grande motivadora do processo. Dessa forma, começou a apontar algumas articulações entre o Mulheres Mil e o Brasil Alfabetizado (PBA). Após essa introdução, o PBA foi apresentado como um Programa flexível, cujas ações promovem mobilização, acesso, formação e sucesso. Por fim, o professor Mauro apresentou alguns resultados da implantação do PBA, desde sua criação, em 2003, até 2015.

4. Belchior Rocha – A execução do PRONATEC Mulheres Mil na Rede Federal

A apresentação do professor Belchior Rocha retomou todas as outras comunicações. Ele interligou todas elas e realizou uma fala informal, relatando alguns fatos relacionados ao Programa Mulheres Mil. Embora tenha sido breve, em sua apresentação ficaram claros alguns exemplos da execução do Programa em vários IFs do Brasil.

Destaques: O Programa Mulheres Mil representa, em muitos casos, o início do retorno de mulheres à escola. O fato de os IFs serem ofertantes de cursos do Programa possibilita a continuidade dos estudos dessas mulheres, através do PRONATEC, nos cursos integrados, subseqüentes e tecnológicos.

Questões relevantes: O principal questionamento relacionou-se à integração do Mulheres Mil ao PRONATEC, uma vez que a portaria deste exige escolarização mínima, limitando o acesso àquele Programa. Outra demanda baseou-se na melhor escolha de cursos ofertados, fazendo também referência à relação entre a seleção dos cursos e os aspectos socioeconômicos do público-alvo.

Atividade Autogestionada: 6 - Boas Práticas do *SaultCollege* em Criar um Centro de Excelência em Educação Indígena.

Local: Mezanino1

Data: 27/05/2015

Hora: 19h - 20h

Relator: Thiago Affonso de M. N. Viana

Coordenadora: Cláudia Tininis

Mediador: Prof. Renato Romero (IFAL/*Campus* Marechal Deodoro)

Participante do Relato: Prof. Steve Witty

RESUMO

O palestrante iniciou sua fala informando que o *SaultCollege* está localizado em SaultSte Marie, Ontario, acrescentando que esse *College* está rodeado por uma grande quantidade de povos indígenas, de modo que cerca de 20% de seus estudantes são de origem indígena. Desse modo, a ideia central do *College* é colocar a educação indígena presente em todas as áreas e em todos os lugares. O apoio a essa diversidade é tão presente no *College* que os cursos são gratuitos para os indígenas.

Além disso, o Prof. Steve informou que o *College* não deseja que os estudantes indígenas percam suas identidades e, por conta disso, eles são apoiados em todas as áreas do *College*. Nesse apoio, seus idiomas e sua cultura são mantidos e preservados ao longo de sua estada na Instituição.

Prosseguindo, informou que os indígenas têm a permissão de realizar suas práticas e rituais culturais dentro da escola, e que isso é uma das coisas que ajudam esses estudantes a se sentirem incluídos e desejarem continuar nos cursos do *College*. Não apenas isso, mas uma boa parte da estrutura física desse colégio é montada e dedicada aos indígenas.

Nessa palestra, ficou muito claro que esse envolvimento do *College*, permitindo suas manifestações culturais e tendo uma estrutura física dedicada a suas culturas, são fatores fundamentais para que os estudantes indígenas possam ter acesso, permanência e êxito no curso. Foi informado, também, que alguns estudantes não indígenas incomodam-se com essas atividades; no entanto, disse haver um acompanhamento direto com os estudantes, para que o preconceito não apareça dentro do *College*. Com isso, a inclusão é trabalhada em todos os sentidos. Do mesmo modo, informou haver um trabalho com os professores e demais funcionários para que eles possam saber compreender e cuidar igualmente dos estudantes indígenas.

Prosseguindo, disse existirem parcerias com as indústrias, para combater o preconceito no mercado de trabalho, a fim de que não existam problemas de acesso e permanência desses estudantes no mercado de trabalho.

DESTAQUES:

- O forte combate ao preconceito.
- O cuidado dos professores e demais funcionários em acompanhar os estudantes não indígenas, para que estes possam compreender como manter constantemente incluídos os estudantes indígenas dentro do *College*.
- Preocupação em manter a identidade dos estudantes indígenas.
- O cuidado em criar dentro da estrutura física do *College* um ambiente que permita ao estudante indígena sentir-se como se estivesse dentro de sua casa e vivenciando a sua cultura.
- A integração com a indústria e o mercado de trabalho, vencendo a barreira do preconceito em relação aos povos indígenas.

Debate Temático: 7 – O Debate do Conceito de Diversidade na Educação Profissional e Tecnológica: interface e discursos.

Local: Sala Tamandaré

Data: 28/05/2015

Hora: 8h - 10h

Reladoras: Márcia Cristina Araújo Lustosa Silva

Verônica Cavalcanti de Araújo Campos

Coordenadora: Xênia Luna Alves de Souza

Palestrantes: Luiz Aparecido Alves de Souza

Ricardo Alexandre Pereira

RESUMO

O debate dos palestrantes sobre o conceito de diversidade na Educação Profissional e Tecnológica: interface e discursos versou sobre os marcos históricos do Ensino Técnico, lembrando que, inicialmente, esse ensino era voltado para a classe trabalhadora, figurando como projeto educacional assistencialista.

Posteriormente, falou-se sobre a diversidade fundamentada nos marcos legais instituídos no âmbito da política educacional brasileira, afirmando-se que esse conjunto foi desencadeado por instrumentos internacionais de Direitos Humanos, discorrendo, portanto, pelos seguintes textos: a Declaração Universal dos Direitos humanos (1948), a Constituição (Art. 3º, IV), os Decretos nº 5.397, de 22/03/2005, nº 5.380, de 08/03/2005, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEHDH (2009) e a Resolução nº 01/2012, que *estabelece as diretrizes nacionais para a Educação em Direitos Humanos*, resolução que fomenta no currículo escolar questões sobre gênero, raça e etnia, pessoas com deficiências, orientação sexual, dentre outras; e, finalmente, percorre os Estudos Culturais que provocam uma grande revolução nas metanarrativas, tencionando categorias como diversidade, minoria global, local, rompendo com o positivismo científico e com a noção de cultura como reificação.

O grande desafio da educação orientada ao *conceito de diversidade na Educação Profissional e Tecnológica*, segundo se afirmou, é como tratar, nos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica e nos Estudos Culturais, os temas propostos pelo PNEHDH (2009) e contidos na Resolução nº 01/2012, isto é, como trabalhar a diversidade em uma política de trabalho educativo pós-moderna na educação profissional.

Nessa perspectiva, a educação como ato político, ponderaram, devido à sua intencionalidade, exige, no contexto sociocultural da escola, instituição que pode transformar os indivíduos por meios intencionais de promoção de desenvolvimento, o pensar a educação através do entendimento do ser humano como pleno, devido à sua construção histórico-social, considerando e garantindo, então, os seus pleitos, suas vozes, as suas identidades e os seus interesses culturais pelo outro.

Aspectos a serem destacados, segundo os palestrantes:

- Como trabalhar a diversidade à luz dos marcos históricos e legais, em uma política de trabalho referente à educação profissional e tecnológica.
- A educação como ato político, fundamentada pela pedagogia histórico-crítica, promovendo a transformação do indivíduo por meios intencionais.
- Estudos culturais – tensões entre o global e o local provocam uma grande revolução nas metanarrativas.
- A ideia de nação europeia, suas propostas conservadoras, foi uma provocação aos estudos culturais.

Concluíram, dizendo que, apesar do desafio de se pensar a diversidade na *Educação Profissional e Tecnológica*, da discussão a partir dos pressupostos de uma Educação em Direitos Humanos, da Abordagem Histórico-Crítica e das teorias sob a égide dos Estudos Culturais, as questões abordadas apontam para a superação da fragmentação do sujeito na compreensão da sua heterogeneidade cultural, social e étnica.

Atividade Autogestionada: 8 – Cooperações Nacionais e Internacionais para Capacitação em EPCT.

Local: Sala Petrolina

Data: 28/05/2015

Hora: 08h - 12h

Relator: Thiago Affonso de M. N. Viana

Mediador: Paulo Henrique de Azevedo Leão

Participantes da Mesa Redonda: Raisa Ojala (Embaixada da Finlândia), Virpi Heinonen (Coordenadora/TAMK), Marja Suhonen (Embaixada da Finlândia), Gilberto Lima (Cônsul Honorário da Finlândia), Seija Mahlamaki-Kultanen (Reitoria HAMK), Sisko Mallinen (Professora Orientadora TAMK) e Brian Joyce (Professor Orientador HAMK).

Coordenador: Garabed Kenchian

RESUMO

A palestra foi aberta pelo Cônsul Honorário da Finlândia, Gilberto Lima. Os representantes da embaixada da Finlândia informaram que não tinham percebido ainda que eram o melhor país em educação. Apenas quando os resultados das avaliações em nível mundial foram divulgados é que perceberam o passo que estavam dando. Segundo a fala do Cônsul Honorário, “*não havia o costume de fazer avaliações, foi surpreendente visualizar essa situação*”.

Foi importante observar nas falas que não há receita para a educação, mas uma ferramenta forte e importante para que ela possa crescer é encontrada na cooperação entre instituições, entre países, e com a comunidade. Segundo o Cônsul, o foco do sistema finlandês de ensino está em levar os alunos a um estado de aprender a aprender, pois muitas das competências são obtidas na interação com o mercado de trabalho.

Na palestra, foi apresentado o “Projeto VET – Professores para o Futuro”. Esse projeto foi iniciado como um piloto para a EPCT e hoje é um grande programa com parceria mundial e com muitos resultados e parcerias iniciadas em vários Institutos Federais, pontuou. E, conforme apresentado, apenas se está no início de uma grande parceria.

O nome do Projeto “Professores para o Futuro” está alinhado com a ideia de terem não apenas professores, mas educadores capacitados e preparados para serem diferenciais na educação, sendo esse processo, para seu país, um investimento para o futuro, disse.

Em seguida, a palestrante Seija deu início à sua fala, explicando melhor sobre o “Projeto VET – Professores para o Futuro”. Nesse projeto, disse ela, vários professores dos Institutos Federais puderam ir à Finlândia e participar de uma experiência e de uma formação pedagógica. Houve representações de vários Institutos Federais e as áreas foram escolhidas baseadas nas necessidades do Brasil. O Programa Piloto contava com 02 grupos de 60 professores.

Seija informou que, para uma educação de qualidade, é fundamental termos uma sociedade baseada em igualdade, sem termos a necessidade de concorrer para saber qual ou quem é o melhor. Segundo ela, o nosso primeiro objetivo deve ser o de servir aos nossos cidadãos com a educação, independentemente de suas condições sociais.

Prosseguindo, relatou que esse princípio é muito importante para a população do Brasil, tendo em vista que ela é muito diversa e isso traz um desafio maior. Foi fundamental que esse projeto contasse com vários professores da Rede Federal no Programa e com representação de todas as partes do Brasil, para podermos socializar e disseminar melhor essa experiência.

A palestrante relatou que o modelo finlandês de currículo está baseado em habilidades e competências, tendo em vista que a educação não pode perder o foco no mundo de trabalho. Além disso, afirmou que é fundamental para uma educação de qualidade que a instituição possa permitir, incentivar e cooperar com a autonomia do professor.

Outro importante ponto destacado pela professora é que, no modelo finlandês, há uma preocupação de que a mesma educação seja ofertada a todas as pessoas, independentemente de serem filhos do ministro ou de pessoas simples de origem humilde. Além disso, houve uma importante fala sobre não ser possível perder o foco no atendimento às pessoas com necessidades especiais; a inclusão deve ser sempre incentivada e trabalhada dentro dos espaços escolares, ponderou.

Ainda relatando sobre o modelo de educação Finlandês, a professora Seija citou que há duas formas de pré-ingresso na universidade: uma com foco em exames (um

modelo relativamente tradicional) e outra com foco na vocação. A vocação é um elemento extremamente importante para o andamento do estudante em seu curso.

Informou, ainda, que o impacto maior do Projeto era de que os professores pudessem ver um pouco do modelo finlandês e, principalmente, conduzir estratégias pedagógicas para transferir os conhecimentos para seus próprios ambientes. E não apenas isso, mas que a interação possa ser continuada e mantida. Após o retorno dos professores, da Finlândia para os seus Institutos Federais, vários contatos foram estabelecidos e boas parcerias de pesquisa têm nascido e se estabelecido, acrescentou.

Finalizando sua fala, disse haver o desejo de se trabalhar cada vez mais próximo, não apenas dos professores, mas também da gestão dos Institutos Federais, havendo um forte desejo de aumentar essa rede de cooperação, especialmente tendo em vista que há áreas de pesquisa e outros projetos que podem servir para aproximar as realidades e ampliar as experiências, ponderou.

Em seguida, foi realizada a entrega dos certificados dos professores dos Institutos Federais que atuaram no Projeto e foi dada a oportunidade de alguns dos professores relatarem suas experiências.

Destaques presentes nos relatos de alguns desses professores:

- A importância da educação no país é tão presente, que a profissão mais desejada pelo Finlandês é a de professor.
- Na Finlândia, todos possuem condições de aprender e todos possuem as mesmas oportunidades.
- É evidente e eficaz a autonomia do estudante e do professor, algo que permite um melhor aproveitamento das Tecnologias Educacionais.
- Uma característica marcante do Finlandês é o respeito ao próximo e à individualidade de cada um.
- Um famoso bordão Finlandês diz que “ninguém é deixado para trás”. Desse modo, se pudermos aprender com eles e trazer essa visão para o Brasil, poderemos tentar criar um programa de educação mais inclusiva.
- Para o Finlandês, estudar é uma condição continuada, é difícil encontrar um Finlandês que não esteja estudando. Além da conscientização pessoal de cada Finlandês, um fator que coopera para essa visão é que a educação no país é gratuita para todos.
- O foco desse projeto não foi o de copiar um modelo de educação como uma receita de bolo e trazer para o Brasil, mas o de compreender as diferenças e especificidades do Brasil e poder adaptar esse modelo e essas práticas à realidade educacional brasileira.

DESTAQUES:

- Não há fórmula para a educação.
- Cooperação como elemento fundamental para a educação.
- São importantes competências pedagógicas: Aprender, Fazer e Ser.
- Qualidade baseada em confiança.
- Cooperação como importante ferramenta para o crescimento da educação.
- Competências aprendidas pelos estudantes no mercado de trabalho.
- Educadores para o futuro.
- Sociedade baseada em igualdade, para que a educação seja de qualidade.
- O objetivo deve ser o de servir os nossos cidadãos com a educação, independentemente de suas condições sociais.
- A educação não pode perder o foco no mundo de trabalho.
- A autonomia do professor e do aluno como ferramenta pedagógica.
- Permitir que a mesma educação seja ofertada a todas as pessoas, independentemente de serem filhos do Ministro ou de pessoas simples de origem humilde.

Mesa Redonda: 9 – Educação Profissional em torno do trabalho como princípio educativo (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fiocruz).

Local: Sala Ipojuca

Data: 28/05/2015

Hora: 10h10 -12h10

Relator: Adriano Ribeiro da Costa

Coordenadora: Rosane Souza

Palestrantes:

1. Dalton Luiz de M. Reis, Doutor em Sociologia, Professor do IF Catarinense – *Campus Blumenau*
2. Marcela Pronko, Doutora em História, Professora da EPSJV/Fiocruz.

Debatedor: Paulo Cesar de Castro Ribeiro, Doutor em Ciências Sociais, Professor da EPSJV/Fiocruz.

RESUMO

O professor Paulo Cesar iniciou sua fala apresentando a temática e os componentes da

Mesa debatedora. Em seguida, passou a palavra ao primeiro debatedor, prof. Dalton Reis, do IF Catarinense.

O prof. Dalton Reis iniciou saudando a Mesa e o público. Enfatizou que seu debate tinha por objetivo compreender o trabalho como princípio educativo. Seu debate tomou como base as ideias de Karl Marx sobre a Teoria do Capital, que enfatiza a força de troca da mercadoria: valor de uso e valor de troca. Estes estão em polos diferentes de operação, disse ele. Possuem posição antagônica. O valor estaria no tempo de confecção da mercadoria. Como exemplo, colocou: O que vale mais: ferro ou ouro?

Em um ano, fabricam-se 19 bilhões de quilo de ferro; enquanto o ouro, 19 quilos. Logo, o ferro deveria valer mais que o ouro, porém não é isso que acontece. O ouro vale mais em nossa sociedade. Essa relação social é muito estranha, pois o que aparece para a sociedade é só a moeda de troca e não o processo de produção, pontuou. Dalton declarou que a relação de troca é a base de nossa sociedade.

Disse também que a força de trabalho seria a mola para a produção de produtos. A constituição da força de trabalho depende das necessidades básicas para tê-la: transporte, educação, vestuário, educação. Nesse sentido, afirmou, teríamos que criar e recriar as forças de trabalho. Daí decorreria o mercado capitalista, sustentado pela força de trabalho e pela relação de troca. Para ele, é o mercado que controla nossas vidas, ou melhor, a relação social do trabalho controla nossas vidas.

Após a fala do prof. Dalton, o prof. Paulo Cesar passou a palavra para a profa. Marcela Pronko. A profa. Marcela começou sua fala destacando seu posicionamento histórico-político. Afirmou que, atualmente, as políticas educacionais do Brasil têm um caráter capitalista. Nesse sentido, asseverou que o Brasil tem se tornado um país que promove a educação profissional através de repasse de recursos para as instituições privadas, que regulam o mercado de trabalho.

Além disso, disse ele, as políticas públicas teriam como princípio o aligeiramento dos conteúdos das formações, visando a uma formação para o mercado de trabalho; ou seja, instrumentalização do saber fazer. Nesse sentido, a Educação aparece como uma panaceia dos problemas econômicos do país, concluiu.

Acrescentou que a Educação se transforma em uma grande produção de mão de obra, de capital de trabalho. Como exemplo, citou: 80% dos cursos do PRONATEC seriam cursos FIC, com menor carga horária; e que a maior parte das verbas para esse Programa vão para instituição privada: nos últimos anos, são 6 bilhões de reais com o PRONATEC; desses, cerca de 5 bilhões para instituições privadas oferecerem os cursos.

Para Marcela, precisamos pensar as políticas públicas de educação numa perspectiva emancipadora de nossa formação, oferecendo à sociedade uma formação politécnica. Nesse sentido, o estudante deveria receber uma formação geral para compreensão de sua realidade.

A base para uma educação emancipatória, disse, é a teoria de Paulo Freire, que

pensa em uma educação pública não pensada como uma preparação para o trabalho. Segundo Marcela, o princípio para superar esse tipo de educação capitalista seria formar pessoas capazes de mudar sua condição social. Disse que a escola pública ainda é um dos poucos espaços para a classe dos filhos dos trabalhadores não serem adestrados para esse tipo de educação de mão de obra capitalista. Nesse sentido, finaliza sua fala, afirmando que a escola deveria formar pessoas capazes de pensar, de dirigir e de ajudar outras pessoas a dirigirem suas vidas.

Após a fala da profa. Marcela, o mediador Paulo Cesar abriu o debate com bloco de três perguntas, levantando a seguinte indagação: O que acham da categoria trabalho para pensar a nossa sociedade e como a educação irá trabalhar essa categoria?

Questões relevantes:

Abaixo, seguem as questões levantadas no debate por participantes da plateia:

1º Bloco:

1. A criação da Rede Federal retoma a perspectiva da politecnicidade prioritariamente na sua forma integrada?
2. Como pensar o aligeiramento na formação nos cursos dos Institutos Federais?

Respostas:

Para Dalton, os espaços da Rede Federal não têm vantagem nenhuma em relação a essa mudança sobre outras profissões. Ou seja, a carga não cabe apenas aos docentes. A mudança envolve muito mais gente.

Para Marcela, não será possível a escola nesse contexto mudar a situação. A educação não é uma panaceia para mudança desse contexto. Mas pode contribuir para a mudança.

Esse é um processo social. A sociedade não pode ser vista como um ambiente que não pode ser transformado. E os Institutos, como possibilidade, podem se transformar num espaço de construção de uma formação politécnica. Isso se dá numa perspectiva de políticas públicas.

A universidade tem colocado, num patamar de igualdade, os cursos superiores, como os tecnólogos e as graduações. Nesse sentido, não há o pensar do problema do aligeiramento do currículo nos nossos cursos de curta duração, perpetuando a visão da educação como formação para o mercado do trabalho.

2º Bloco:

1. A constituição do PRONATEC, nessa abordagem, começa como um Programa

da Rede, mas hoje é o Programa da Rede. Alterou a própria legislação educacional, como a LDB. O que esperar dos problemas e riscos da proposta do PRONATEC que visa apenas à preparação para o mercado de trabalho?

2. A educação no mundo é uma condição necessária, mas não efetiva para o desenvolvimento da sociedade.

Respostas:

Segundo Marcela, estamos num momento bastante difícil na política nacional. Parece que não se pode esperar muito, a não ser colocarmos nossa reivindicação, de maneira organizada, em cada um de nossos espaços de atuação. Para ela, falta vontade política para a mudança dessa situação da educação para o mercado de trabalho.

Para Dalton, a força de trabalho é a única categoria que cria valor. Nenhuma máquina cria valor. A sociedade não vai viver apenas de máquina fazendo o trabalho humano. Assim, a educação é necessária para o homem, apesar de não garantir, efetivamente, o desenvolvimento da sociedade, finalizou.

Atividade autogestionada: 10 – O conteúdo Língua Portuguesa sob a perspectiva de Projetos: transgredindo para uma educação profissional integrada que diversifique, humanize e inove.

Local: Sala Recife

Data: 28/05/2015

Hora: 10h10 - 12h10

Relatora: Mari Tânia Sachet Soares

Participantes da Mesa Redonda/Relatos: Profa. Emanuela Francisca Ferreira Silva e Profa. Viviane Cristina Garcia de Stefani.

RESUMO

As professoras iniciam as falas, citando a base bibliográfica (Hernandez, Marcuschi) do projeto desenvolvido no IF do Sul de Minas com alunos do 3º ano, nas aulas de Língua Portuguesa. Citam a importância do ensino da Língua Portuguesa e falam sobre a necessidade de conhecimento e do bom uso desse idioma, ressaltando que, muitas vezes, é esse fato o que define a entrada do aluno no mercado de trabalho e que é importante fazer o estudante perceber a importância do idioma no cotidiano.

Pontuam que a angústia inicial, quando deram início ao projeto, foi em como deixar de ser um professor transmissor de conhecimentos e tornar-se um professor mediador,

colocando o estudante no centro do processo de ensino e aprendizagem, e com isso o estudante deixasse de ser um mero expectador para ser o autor do próprio conhecimento, tornando-se autônomo e pesquisador.

Disse que, nesse processo, lançam questionamentos, incentivando o estudante a ir em busca de respostas, e com isso sentir-se estimulado, dando um novo sentido àquilo que está aprendendo. Acrescentou que o projeto desenvolvido através do conto “Adeus Valentina”, de Antônio Barreto, e do “Julgamento de Capitu”, de Dom Casmurro, de Machado de Assis, envolveu não somente os estudantes, mas também alguns professores de Filosofia, Inglês, Educação Física e Pedagogos, bem como a comunidade escolar vizinha.

Disse que, após a finalização do referido projeto, que teve a duração de um semestre (2015), foi feita uma estatística entre as notas dos alunos no 1º semestre de 2014 e no 1º semestre de 2015 (período do projeto) e observou-se que houve resultados expressivos e que as notas dos alunos com maior dificuldade tiveram uma alta considerável.

DESTAQUES:

- Alunos autônomos sentem-se estimulados.
- O envolvimento dos alunos e demais integrantes da equipe de professores faz toda a diferença nos resultados.
- Embora haja preocupação dos professores em vencer todos os conteúdos propostos, prioriza-se a qualidade, ao invés da quantidade.
- O apoio da Direção é indispensável para que os professores envolvidos tenham o suporte necessário para a elaboração, o desenvolvimento e a conclusão dos projetos.

Mesa Redonda: 11 – Desafios e perspectivas para a educação profissional e tecnológica da população do campo, quilombola e dos povos indígenas.

Local: Sala Tracunhaém

Data: 28/05/2015

Hora: 15h20 - 17h20

Relator: Prof. Adriano J. Carvalho

Palestrantes: Suzana Grilo (Coordenadora Geral da Educação Escolar Indígena - MEC).

RESUMO

A palestrante iniciou sua reflexão falando da criação do SECADI, em 2004, como uma forma de fomentar o acolhimento da diversidade dos grupos sociais existentes no

país. Mesmo sendo uma especialista no estudo dos povos indígenas, Suzana Grilo se propôs estender alguns pontos de sua reflexão também para a realidade da população do campo e dos grupos quilombolas. Afinal, são três segmentos sociais que gozam de grande diversidade cultural, mas que sofrem de inúmeros processos de opressão e exclusão social, disse ela.

Segundo a palestrante, é necessário apontarmos o real significado do termo 'diversidade', evitando a generalização vazia em que tudo e todos podem se encaixar no conceito. Os povos indígenas brasileiros marcam uma grande diversidade sociocultural entre si, estruturando-se com autonomia e identidade própria. Por causa disso, ponderou, podemos falar numa pluriétnicidade e multilinguismo ainda existente entre esses povos. É fato que o processo de colonização vivenciado na história brasileira massacrou fortemente a sociodiversidade dos grupos indígenas nacionais, repercutindo numa desigualdade e exclusão na história, pontuou.

É interessante salientar, disse ela, que a identidade indígena se encontra para além dos estereótipos que geralmente lhe são atribuídos. Essa identidade faz parte da essência do próprio indivíduo, mesmo que ele não corresponda aos estereótipos preestabelecidos.

Sobre as bases da política para a educação escolar indígena, a palestrante tratou de algumas ideias centrais, como a territorialidade, o protagonismo indígena, a interculturalidade e o aperfeiçoamento do regime de colaboração. Com esses fatores, acrescentou, busca-se, justamente, o posicionamento das comunidades indígenas no contexto nacional, salvaguardando o direito de voz entre as instituições públicas.

Disse ser assegurado aos povos indígenas e aos grupos quilombolas a informação e consulta livre para a definição da abrangência geográfica e étnica de qualquer projeto educacional, mantendo um processo de diálogo entre os referidos povos e a gestão pública, buscando o respeito às diversas identidades e valores sociais dos grupos étnicos. O objetivo central dessa atitude, segundo ela, é promover uma melhor compreensão, por parte dos entes federados, sobre quais características devem ser desenvolvidas nas políticas educacionais destinada para esses povos.

Informou que existem 25 Territórios Etnoeducacionais (TEEs) pactuados, sendo o último criado no estado de Pernambuco, acrescentando que ainda há 3 territórios em processo de implementação e 13 TEEs em processo de consulta. Segundo a palestrante, a partir da Constituição Federal de 1988, rompeu-se a falsa ideia de que todos os grupos indígenas iriam se integrar aos entes federativos e à sociedade em geral, anulando seus valores, costumes e características. Ao contrário, a Carta Magna garantiu a guarda e o respeito dos referidos grupos sociais, estimulando o seu desenvolvimento, dentro de suas aspirações, seus processos e instituições próprias. Ao invés de alimentar o processo de aniquilamento dessas culturas, aspirou-se ao acolhimento e respeito da diversidade sociocultural dos diversos povos indígenas.

O reconhecimento dessa diversidade implica a construção de especificidades pedagógicas, organizacionais e administrativas. Dentre essas, a palestrante citou:

uma proposta pedagógica e curricular associada aos projetos de sustentabilidade da comunidade; um calendário letivo próprio; promoção da formação dos professores em programas específicos; criação de materiais didáticos relevantes culturalmente para os alunos dos grupos indígenas. Entretanto, o ponto mais original é a participação de sábios e sábias indígenas na formação dos professores e dos próprios estudantes indígenas. Além disso, deve-se pensar na garantia da valorização das línguas maternas e da reestruturação do sistema de avaliação.

Apresentando alguns números do INEP sobre a educação indígena, oficializados em 2014, a palestrante refletiu sobre o grave quadro de exclusão dos povos indígenas no processo de educação formal vigente, alertando para a baixa oferta para os referidos povos e para os preocupantes resultados estatísticos.

Dando prosseguimento à sua fala, adentrou em partes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no contexto escolar indígena, embasando-se na resolução 05/CNE-CEB, de 2012. Segundo ela, a EPT deve ser pensada e articulada em permanente diálogo com os referidos grupos sociais, respeitando e abraçando os projetos comunitários existentes, levando em consideração as suas necessidades locais. Além disso, afirmou, é interessante que os cursos específicos para os povos indígenas sejam oferecidos dentro do seu próprio território, motivando os estudantes a aplicarem os conhecimentos adquiridos em seu espaço social.

É necessário ainda, disse, pensarmos numa proposta educacional que articule os diversos conhecimentos e tecnologias locais com os conhecimentos científicos e tecnológicos curriculares, ação esta que a palestrante denominou como interculturalidade.

A palestrante ainda pontuou algumas experiências positivas no processo de consolidação da educação indígena formal: A realização da formação técnica e política para lideranças indígenas – COIAB; o Curso Técnico em Gestão Etnoambiental, aplicado para 32 povos distintos; a formação dos agentes agroflorestais, na região do Acre, e a formação de agentes no manejo ambiental no território do Xingu, Mato Grosso. Atualmente, disse, existe o Curso Técnico de Agroecologia, ministrado pelo IFPA, no *campus* Rural de Marabá; o Curso Técnico em Etnodesenvolvimento, com duas turmas na própria aldeia indígena, ministrado pelo IFAM, *campus* de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.

Portanto, são experiências pensadas, estruturadas e efetivadas com a participação ativa dos grupos indígenas, conectando todas as suas particularidades socioculturais, afirmou. Como desafios atuais, a palestrante elencou: a criação de projetos pedagógicos envolvendo as comunidades indígenas e o desenvolvimento de linhas de pesquisas com estratégia própria para os problemas sociais desses povos, trazendo para a discussão os especialistas indígenas, ou seja, os sábios e sábias desses povos, representantes do conhecimento local e da enorme diversidade indígena.

DESTAQUES:

É necessário estruturar os Territórios EtnoEducativos (TRRs) em profundo

diálogo e participação ativa com os povos indígenas. Articulando-os com todos os outros parceiros que se fizerem necessários.

Localizar os sábios e sábias das comunidades indígenas, como auxílio na formação dos professores e dos estudantes indígenas.

A educação indígena deve ser pensada e elaborada respeitando as características e particularidades de cada comunidade.

Os cursos profissionais e tecnológicos para os povos indígenas devem ser estruturados dentro dos próprios territórios, direcionando sua ação prática para as necessidades do próprio povo indígena.

Questões relevantes:

Ainda é considerado um sério problema o processo de circulação dos dados e informações referentes às diversas iniciativas de formação profissional para os povos indígenas.

As dificuldades não se resumem ao processo de formação profissional e tecnológica dos povos indígenas, pois os referidos grupos também encontram muita dificuldade para aplicar em seu espaço os conhecimentos adquiridos no treinamento, por não conseguirem a infraestrutura financeira necessária.

É fundamental estruturar uma política educacional pública efetiva que se preocupe com o desenvolvimento de uma formação profissional e tecnológica com e para os povos indígenas, promovendo o apoio necessário para que esses povos apliquem tais conhecimentos nas próprias comunidades.

Mesa Redonda: 12 – Experiências de Inovação Pedagógica para uma Educação Profissional e Tecnológica Cidadã – CEFET/MG.

Local: Sala Ipojuca

Data: 29/05/ 2015

Hora: 8h - 10h

Palestrantes:

Janete Magalhães

Lucemília Ribeiro

Maria do Rosário Pereira

Luiz Henrique Oliveira

Paulo Henrique Pereira.

Relatora: Rina Buarque

RESUMO

Maria do Rosário Pereira

A palestrante falou sobre a experiência vivenciada com um Projeto Integrador na área de Língua Portuguesa, nos Cursos Técnicos e na Graduação em Letras, envolvendo a integração de práticas docentes, fazendo referência à produção de conhecimentos como atividades relativas às ações desse projeto no CEFET/MG.

Destacou que essas atividades são desenvolvidas pelos alunos e que têm como objetivo estimulá-los à leitura, pesquisa e produção de textos dinâmicos e reflexivos. Para isso, trabalharam com atividades ligadas à editoração e a processos de edição, possibilitando aos estudantes aprofundarem conhecimentos, associando-os a práticas, tornando-se, com isso, leitores críticos e interessados por literatura.

Acrescentou que os alunos do Curso de Letras (a partir do 3º período) eram estimulados a trabalharem nas áreas de desenvolvimento e investigações de aspectos discursivos. Essa ação tinha como proposta extrapolar os muros escolares, suprir os conteúdos de Língua Portuguesa para além da sala de aula, fazendo a interface com a gestão de projetos.

A matriz curricular, afirmou, contempla, portanto, formação ampla das linguagens, e proporciona processos independentes. Assim, disse, os estudantes realizam entrevistas e pesquisas *em locais de editoração de jornais*. Acrescentou que a organização desse fazer se dá focada nos objetivos e direcionamentos, que têm como pauta visitas a editoras, havendo também acompanhamento da produção dos materiais, como componentes da disciplina.

Informou que nesse processo eles produzem um jornal e que essa produção é realizada tanto por estudantes dos Cursos Técnicos, quanto pelos dos Superiores, acrescentando que a multiplicidade de gêneros existentes e trabalhados nesse projeto, “forçou” a produção eficiente do referenciado jornal.

Disse que, antes da elaboração do Jornal como um todo, os estudantes entraram em contato com ações e atividades próprias de um ambiente de produção e editoração de Jornal, como projetos gráficos, designer e outros, a fim de terem a dimensão do trabalho a ser realizado e de quais os conhecimentos necessários à produção de um jornal. Após isso, organizam-se em equipes e simulam espaços de edição e editoração e, assim, produzem o jornal.

Acrescentou que, nesse processo, a concepção da pedagogia fugiu do tradicional, pois os estudantes passaram a ser artífices do seu próprio aprendizado, dizendo que aquele trabalho foi bastante relevante, especificamente por aguçar a criatividade dos estudantes.

Finalizou destacando que aquele projeto seria facilmente desenvolvido por outras instituições de ensino.

Luiz Henrique Oliveira

Práticas em Ambientes Externos à Escola foi o tema de fala do professor Luís Henrique, tendo apresentado inicialmente o slide: o Mediador e o Curso: Oficina de Incentivo à Leitura. Disse que aquela atividade envolveu alunos do curso de Hospedagem do CEFET-MG e foi concebida com foco na formação do leitor.

Apresentou reflexões utilizadas para a realização daquele trabalho, e que contemplavam o acesso aos sistemas de informações culturais do Estado, acrescentando que naquele projeto fez valer o anseio do leitor, apresentando-lhe leitura e informação. Disse que, para isso, se valeu da Biblioteca Infantil, a fim de compor o desenvolvimento da unidade curricular/disciplina do projeto, baseando-se em planos de cultura, dentre outros. Acrescentou que as atividades desenvolvidas dentro do espaço cultural (biblioteca) proporcionaram a ampliação da consciência cidadã e potencializaram a atividade no campo da bibliografia juvenil.

Informou, também, que aquele projeto tinha como premissa despertar no público-alvo daquela ação, o gosto pela leitura, pela literatura, adentrando nesse mundo mágico, mas sem utilizar a ferramenta contação de histórias. Para isso, utilizou estudos de várias bibliografias que desencadearam outros estudos que ali eram novidade, mas que na América Latina já eram bastante utilizados.

Disse que, no início, o público foi 'induzido' a participar daquela atividade, mas na sequência já se observava espontaneidade na participação. Como indicadores do resultado daquele projeto, disse que, entre março e junho de 2014, foram realizadas 38 atividades, envolvendo 124 pessoas voluntárias, tendo havido 512 empréstimos de livros, acrescentando que os empréstimos de literatura para família cresceram 20%.

Disse que aquela atividade dentro do espaço cultural (biblioteca) proporcionou aos participantes a ampliação da consciência cidadã e potencializou o interesse pela leitura, servindo de base para a produção de bons textos. Concluiu, dizendo que o referido projeto é apresentado em brochuras com planilhas de oficinas de leitura, disponibilizadas a bibliotecas municipais e a outras.

Paulo Henrique da Cruz Pereira

Discorreu sobre Robótica Pedagógica como ferramenta lúdica de integralização básica com a formação técnica e curso profissionalizante. Disse que aquela atividade já era trabalhada desde 1998, e que enxerga, desde então, os olhos brilhantes dos alunos, quando em contato com aquela atividade.

Para tanto, disse, utiliza-se das redes sociais como *facebook* e *whatsapp* como forma de interagir com os seus alunos, fazendo uso da concepção do 'construcionismo', processo em que o professor atua como consultor e agente de criação dos desafios a serem postos aos alunos, sendo um provocador acima de tudo.

Disse, ainda, que prova não deve ser instrumento de penalização, destacando a importância do ensino com foco em projetos. Para tal, afirmou, necessita-se conhecer o projeto do curso, provocar reunião com professores, realizar entrevistas com alunos, elaborar relatórios pedagógicos e dedicar-se exaustivamente aos alunos.

Como resultado desse processo, destaca, dentre outros aspectos: alunos passam a entender o conteúdo do que está sendo trabalhado e sua aplicação na vida real, a vivência de atuação profissional, aulas mais dinâmicas, participação de alunos em olimpíadas de Matemática e outras, redução da evasão escolar, ressaltando que, dessa forma, o aluno passa a conhecer, saber, conviver e ser, apresentando resultado final satisfatório. Para tanto, destacou a necessidade de dedicação e devotamento do professor no desenvolvimento da sua atividade, grandiosa e de resultados fantásticos.

Lucemília Ribeiro

Em sua fala, fez referência à Metodologia de Projetos, ação já desenvolvida por uma década, que versa sobre implementação da melhoria de projetos ambientais, concebido para aprimorar a qualificação de profissionais na qualidade ambiental, trazendo melhoria na condição de vida.

Informou que esse processo agrega a educação ambiental à educação profissional, sendo aplicável a qualquer área de atuação. Disse que foi aplicado no Curso de Química do CEFET-MG, minimizando a produção de resíduos. Acrescentou que o citado curso conta com corpo docente envolvido nesse processo metodológico, com infraestrutura adequada aos princípios ambientais e com reconhecimento social.

Destacou nessa ação o uso racional de recursos como um dos princípios observados, fazendo referência, ainda, a outros princípios, como a integração da educação profissional à educação ambiental, a integração da teoria e da prática e a participação de todos os alunos. Considera que esses princípios foram ambiciosos, fato que forçaram a necessidade de entendimento e planejamento para o desenvolvimento daquele processo metodológico.

Disse que aquele projeto apresenta propostas novas para a dinâmica das aulas práticas: analisar roteiros de aulas, realizar atividades práticas principais e avaliar as propostas de tratamento de resíduos, dizendo que aqueles que requeriam maior dedicação foram trabalhados de forma diferenciada.

Acrescentou que o citado trabalho teve a duração de dois anos e apresentou como resultado a taxa de degradação de 98% sem geração de produtos tóxicos, acrescentando que os tratamentos possíveis de execução foram realizados pelos alunos. Disse que, naquele processo, a dinâmica de aulas não estava universalmente adotada no curso, mas que havia dedicação no planejamento, como forma de se evitar a geração de resíduos e produzir resíduos menos tóxicos. Concluiu, dizendo que tal projeto/atividade serve como referência para outras instituições de ensino, sendo ele útil a todas as gerações.

Perguntas formuladas pela plateia:

- Como elevar a estima dos alunos de forma a oportunizar maior dedicação e empenho?

Resposta: Elaborar estratégias pedagógicas instigantes, deixando o aluno em pé de igualdade, permitindo-lhe perceber que pode adotar prática pedagógica diferenciada.

- Como trabalhar a interdisciplinaridade, trabalhar leitura e interpretação de textos em turmas de 45 alunos e ainda evitando reprovação?

Resposta: Buscar parcerias com outros departamentos, estreitar contato e diálogo com os colegas, promover visibilidade ao seu trabalho. Mas do que fazer, há a necessidade de dizer que fez, no momento certo. Analisar matrizes curriculares, reduzir repetição, partir para a ação e, sobretudo, trabalhar mais, dedicar-se e se empenhar mais.

Atividade autogestionada: 13 – Diversidade, Cidadania e Inovação - Como os Planos de Desenvolvimento Institucional consolidam estes temas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Local: Sala Recife

Data: 29/05/15

Hora: 10h10 - 12h10

Relator: Ivo Felix Gualberto de Sá

Coordenadora: Xênia Luna Alves de Souza

Participantes da Mesa Redonda: Prof. Dr. Degmar dos Anjos, Prof. Dr. Mauro André Barbosa Cunha, Prof. Dra. Nídia Heringer

RESUMO

A professora Nídia, Instituto Federal Farroupilha, saudou a todos, agradecendo a presença e informando que a proposta daquela mesa era falar um pouco sobre a Câmara de Desenvolvimento Institucional, que faz fóruns para discussão de temas como o PDI, que vem sendo discutido desde 2013. Complementou que aquela mesa tinha também como objetivo analisar a diversidade, a cidadania e a inovação que está sendo discutida nos PDIs.

Trouxe a reflexão a respeito do papel da Rede Federal no contexto da cidadania, diversidade e inovação. Para tanto, apresentou um percurso histórico, destacando que o Ensino Técnico não nasce dos Institutos Federais, vindo de Escolas de Aprendizes e

Artífices, a partir de 1909, passando por Liceus, Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica e, a partir de 2008, pelos IFs.

Ressaltou a expansão da Rede Federal que, em 6 anos, passou de 140 *campi* para 562. Deu o exemplo do Rio Grande do Sul, que passou de 4 para 60 campi da Rede Federal de EPCT. Fez referência à definição do PDI, dizendo ser o Plano de Desenvolvimento Institucional que formaliza o planejamento da instituição para um período de 5 anos. Pontuou que o conteúdo mínimo do PDI é o Planejamento Estratégico, o PPPI, a Organização Didático-pedagógica e Administrativa, o planejamento de oferta de cursos, dentre outros itens.

Concluiu, dizendo que temos que ser instituições articuladas e inseridas na formação do contexto histórico, preocupando-se com a formação global do cidadão, não só técnica e profissional, dando, desse modo, importância à cidadania, à diversidade e, também, à inovação. O professor Degmar, do Instituto Federal do Mato Grosso, disse que falaria sobre a necessidade de os PDIs dos IFS estarem abordando, em sua composição, os temas da diversidade, cidadania e inovação.

Destacou que é importante pesquisar se estão discutindo esses temas, para saber se a instituição está ou não preocupada com esses três pilares. Deixou, ainda, a proposta para que depois de 5 anos, estudemos, a fim de saber se o que estava no PDI foi posto em prática.

Passou a falar também sobre Direitos Humanos, apontando-os como a preocupação macro de qualquer instituição, pois são direitos comuns a todos os seres humanos, sem qualquer distinção, dizendo não se poder falar em Direitos Humanos através de um olhar julgador.

Seguiu com a discussão sobre o que é dignidade humana, definindo-a como o valor inerente ao ser humano, que nos faz considerá-lo diferente de um objeto. É o que nos une enquanto espécie humana, disse. Afirmou que dignidade é considerar o outro como um fim, não como um meio, sendo um valor incondicional, incomensurável e insubstituível.

Como documentos norteadores dos direitos humanos e do respeito à dignidade humana, citou a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 e concluiu, dizendo que os IFs, quando discutem maneiras de inclusão e redução de desigualdades, estão cumprindo uma obrigação mencionada nesses documentos.

Mencionou os seguintes termos relacionados a direitos humanos como essenciais para essa discussão: inclusão; diversidade; igualdade de gêneros; relações étnico-raciais; combate à homofobia e respeito às religiosidades. Afirmou que direitos se conquistam com lutas e conflitos.

Destacou, ainda, que políticas públicas e ações afirmativas tornam-se imprescindíveis. Na sequência, passou a relatar como os PDIs abordam esse tema. Informou que foi feita uma investigação de cunho quanti-qualitativo, analisando os PDIs com vigência de 2009 a

2013 e os de 2014 a 2018, com o objetivo de compreender como estão sendo abordados nos PDIs da Rede Federal os temas relacionados a: Direitos Humanos, Diversidade, Inclusão, questões étnico-raciais, orientação sexual e gênero.

Enumerou as seguintes etapas da pesquisa: busca nos PDIs; estruturação de tabelas com dados; estruturação de gráficos; análise de dados da reunião do FDI. Apresentou gráfico com os dados obtidos, mostrando que os PDIs de 2014 a 2018 tiveram um aumento na preocupação relacionada às humanidades. No entanto, os campos de direitos humanos, orientação sexual, gênero e étnico-racial ainda estão sendo pouco debatidos. Os temas que mais apareceram foram a diversidade e a inclusão.

Destacou que, do volume total de instituições da Rede Federal, apenas 10 tinham propostas sobre combate à homofobia e discussão sobre orientação sexual. Fez as seguintes considerações finais: dados são apenas apontamentos; há diferenças entre os processos de elaboração dos PDIs de cada Instituto; houve crescimento no número de inserções; instituições estão mais humanizadas; necessidade de que as metas de humanização sejam efetivadas.

O professor Mauro, do Instituto Federal Sul Rio-Grandense, disse que sua apresentação tinha como objetivo analisar as citações e discussões acerca da inovação nos PDIs dos Institutos Federais. Iniciou a discussão refletindo que, quando se fala em inovação, tem-se que pensar no país. Seguimos, segundo suas palavras, um modelo mundial muito forte das publicações acadêmicas.

Entramos no círculo vicioso de que aprovamos um projeto para publicar e poder publicar o próximo. Afirmou que os Institutos Federais estão contribuindo para a mudança, pois as pesquisas têm que ser aplicadas, sendo importantes para as necessidades práticas de empresas. Afirmou que o Brasil está entre os primeiros colocados em números de publicação, mas não está tão bem colocado quanto patentes e inovação.

Disse que a criação de legislação foi importante para o pontapé do aumento da inovação científica. Citou a lei de inovação (10.973/2004), dizendo que implica ser necessário haver Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) nas Instituições Científicas e Tecnológicas. Os NITs, segundo informou, não estão em plena operação, ainda, mas estão caminhando para dar um suporte, em cada Instituto, à inovação e a produção nesse campo.

Fez uma longa apresentação de tudo o que foi citado nos PDIs de alguns Institutos sobre inovação: a) implantar e consolidar os NITs; b) criar e desenvolver pelo menos um Núcleo de Estudo e Pesquisa por departamento; c) criar um Centro de Inovação Tecnológica; d) criar Polo de Inovação; e) Implantar uma unidade administrativa destinada ao atendimento de demandas das cadeias produtivas por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; f) fortalecer programas institucionais de bolsas de Iniciação Científica; g) conceder bolsa individual ao servidor; h) implantar política de criação dos grupos de pesquisa; i) implantar projeto integrador que deve constar nos planos de ensino das disciplinas do semestre e tem como premissa a interdisciplinaridade, a inovação, a

criatividade e o empreendedorismo; j) implementar Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores; k) incentivar os estudantes a participarem em Eventos Científicos e Tecnológicos; l) fortalecer as políticas de pesquisa e inovação; m) desenvolver as competências previstas nas Leis de Inovação Federal e Estadual; n) ampliar a oferta interna de editais de pesquisa, extensão e inovação; o) valorizar a pesquisa aplicada que resulta em inovação tecnológica, capaz de agregar valor econômico e melhoria da qualidade de vida da sociedade; p) difundir a cultura de inovação tecnológica e da propriedade intelectual; q) intensificar o tema empreendedorismo; r) incentivar a captação de recursos externos para pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica; s) destinar percentual dos recursos anuais dos *campi* para as atividades de inovação; t) proporcionar aos servidores treinamento ligado à inovação; u) implantar sistema integrado de gerenciamento de atividades de inovação; v) gerenciamento de empresas júnior; w) Estabelecer parcerias de extensão tecnológica com as empresas da comunidade; x) promover assistência técnica e tecnológica a inventores independentes e setores produtivos; y) promover depósitos de patentes, licenciamentos e transferências; e z) repassar recursos para atividades de inovação.

Destacou, por fim, que essas previsões não necessariamente estão sendo postas em prática, mas significa que se está pensando sobre isso, o que pode ser um passo interessante. Concluiu, afirmando que um elemento importante para o desenvolvimento da pesquisa e inovação foi a criação de pró-reitorias, pois a partir disso passou a haver uma pessoa responsável por trabalhar exclusivamente com essas temáticas, dedicando-se a conseguir recursos, aprovar projetos etc.

DESTAQUES:

- Importância de se refletir sobre o papel da Rede Federal na promoção da diversidade, cidadania e inovação.
- Expansão da Rede Federal, criando novas oportunidades de acesso a muitas pessoas.
- Institutos Federais como instituições articuladas com a sociedade e preocupadas com a formação humana.
- Importância da análise dos PDIs para se saber que temas os Institutos estão debatendo.
- Direitos Humanos e Dignidade Humana como elementos que devem ser norteadores das práticas dos Institutos.
- Crescimento no número de inserções de tópicos de humanização nos PDIs, mas ainda podendo ser considerado baixo.
- Grande número de citações à inovação nos PDIs, no entanto não há garantia de que o que foi planejado será realmente implementado.

Debate temático: 14 – Rede E-Tec Brasil: Apresentação sobre as temáticas – Gestão Administrativa, Gestão Pedagógica e Metodologias Exitosas em EaD (FNEAD).

Local: Sala Ipojuca (Foyer)

Data: 29/05/2015

Hora: 13h10 – 15h10

Relatora: Quelma Gomes Gonçalves

Coordenadora: **Rosane Cavalcante de Souza**

Debatedores:

José Bento da Silva – IFPE

Maria das Graças Nery – IFPE

Paulo Dutra – CODAI/UFPE

Luiz Alexandre Rodrigues Vieira – SEDUC/PE

Mediadora: Araci HackCapan – UFSC

Nessa mesa de debates foram apresentados dados de um projeto de pesquisa iniciado em 2011, tendo se estendido até 2014. O objeto dessa pesquisa foi avaliar a gestão pedagógica da educação da Rede E-Tec Brasil.

Paulo Dutra – CODAI/UFPE

Discorreu sobre o item dessa Pesquisa referente à gestão dos polos e como estruturar critérios para geri-los, dizendo ser necessário criar um guia orientador para indicar infraestrutura física e recursos mínimos necessários ao desenvolvimento das ações a serem desenvolvidas nessas instâncias. Informou que, nesse trabalho, foram pesquisadas 206 pessoas, sendo que 136 delas responderam às indagações, entre elas coordenadores de polos e de cursos.

Informou que, como pesquisa exploratória, foi realizada com quem estava na ponta e isso propiciou a coleta de dados mais fidedignos, acrescentando que os resultados obtidos foram apresentados por região. Ressaltou, todavia, que, nesse processo, existe participação sem grande destaque dos estados e municípios e que apenas na região Sul há um apoio maior do estado.

Ponderou, afirmando que os polos não podem ser tratados de forma igualitária, pois cada um apresenta um quantitativo de alunos e infraestrutura totalmente diferente, afirmando, também, que os recursos humanos devem ter um suporte diferenciado. Ao longo de sua fala, apresentou um quadro com um indicativo mínimo para esses suportes, sugerindo também o quantitativo mínimo de recursos tecnológicos e de infraestrutura necessários, para que os polos tenham condições de atendimento e funcionalidade.

Luiz Alexandre Rodrigues Vieira – SEDUC/PE

Iniciou sua fala fazendo referência ao foco da pesquisa, dizendo que é o estado da arte que envolve a Educação a Distância, dos gestores até os polos. Disse ter levantado dados e mensurado-os, dando aporte aos demais grupos a realizarem pesquisa sobre a estrutura necessária para a EaD em todos os aspectos. Concluiu, externando o desejo de que a EaD ganhe status, não só infra tecnologicamente, mas, e principalmente, humano, por meio das inter-relações que propicia.

Araci HackCapan – UFSC

Em sua fala, fez referência a um trabalho de pesquisa voltado à análise de ementas desenvolvidas na EaD, entre os anos de 2008 a 2009, num quantitativo de 2801, resultando em um relatório que foi enviado ao MEC. Nesse trabalho, disse, constatou-se que os cursos ofertados por meio dessa modalidade de ensino precisavam de produção de mais materiais específicos.

Informou, ainda, que, em 2012, foi feito um estudo para se saber como estavam sendo utilizados os materiais que haviam sido produzidos, tendo sido constatado que, na maioria dos cadernos, não havia ementas.

Pesquisou-se, também, se, nos cadernos produzidos, havia alguma referência ao curso proposto e se atendiam ao perfil e à ementa do curso. Para isso foram analisados 39% dos cadernos produzidos e constatado que atendiam a 100% das ementas e em 53% dos cadernos, 90 % atendiam a esse item.

Diante dessa constatação, perguntamos então, disse ela: Quais os critérios norteadores de qualidade para a elaboração dos materiais com dialogicidade, contextualidade, problematização, aprofundamento, linguagem, situações de aprendizagem, informações técnicas, usabilidade, hipertextualidade e mediação pedagógica? Os resultados desse trabalho, informou, estão em bancos de dados www.etec.ufsc.br, que foram enviados à SETEC para acesso de todos, mas ainda não foram liberados para a pesquisa do público em geral.

Finalizou, destacando a importância da divulgação desse trabalho, para que haja consulta e conscientização quanto à melhoria na qualidade e utilização dos materiais didáticos produzidos.

Maria das Graças Nery – IFPE

Iniciou falando da pesquisa, afirmando que o problema central estava no Planejamento Pedagógico dos cursos desenvolvidos na Rede E-Tec, dizendo que para isso utilizam-se como base os regulamentos, contemplam-se os referenciais nacionais e os tópicos propostos para a Educação Superior a distância e os decretos e resoluções da EAD e dos cursos técnicos subsequentes, observando, porém, que não havia registros de como elaborar o Planejamento Pedagógico de um curso em EaD.

Disse que nesse trabalho de pesquisa foi utilizada a metodologia do arco de Maguerez, em que os planos foram avaliados item por item, para se verificar a quantidade e a qualidade dos itens dos planos de curso, realizando-se o mapeamento e a fundamentação teórica da Educação Profissional em EaD.

Diante disso, afirmou, percebeu-se que era necessário elaborar um instrumento para subsidiar o planejamento Pedagógico de Curso nessa modalidade de Ensino, tendo sido elaborado um protocolo de referência sistematizado, como uma coletânea dessa pesquisa.

Prosseguindo, apresentou o universo das amostragens que foram utilizadas por região, tendo-se definido estes itens para comporem o Planejamento Pedagógico de Cursos referentes a essa modalidade de ensino:

Justificativa para a oferta do curso

Objetivos do curso

Requisito de acesso

Perfil profissional de conclusão

Organização curricular

Critérios de aproveitamento e de conhecimento

Critérios de procedimentos e avaliação

Instalação e equipamentos

Perfil do pessoal docente e técnico

Certificados e diplomas

Prosseguindo, informou que, num cenário de 116 cursos, foram analisados 36 cursos técnicos em EaD, tendo sido trabalhadas nessa avaliação as dimensões técnicas, humana, ética, pedagógica e metodológica.

Nesse trabalho, afirmou, constatou-se que muitos cursos não observavam os itens obrigatórios por lei; apresentavam incoerência que comprometiam a credibilidade quanto à qualidade das informações declaradas; e que muitos eram cópias de textos de outros PPCs. Foi observado, ainda, segundo afirmou, que a organização estrutural estava fora das normas da ABNT, o marco legal não apresentava os ordenamentos legais e não havia vínculo com o PPP ou com o PDI das instituições que os ofertavam, concluindo-se, portanto, que os PPCs não apresentavam os fundamentos legais que a legislação exigia.

Diante dessa questão, fica a pergunta, disse ela: Como ajudar as pessoas a mudar essa realidade? Para tal indagação, sugerimos a elaboração de um protocolo de referência, ponderou.

Disse, ainda, que foi criado um sistema informatizado para elaboração e gerenciamento de PPCs e que os diversos atores poderão participar dessa elaboração, definindo os itens necessários dentro de cada instituição ofertante dessa modalidade de ensino.

José Bento da Silva – IFPE

Inicia sua fala fazendo o seguinte questionamento: Como está sendo pensada e planejada a implantação dos cursos da Rede E-Tec? Disse que, para diagnosticar os procedimentos de implantação dos cursos EaD no Brasil, foram feitas pesquisas, com envio de questionários *online* e diagnosticadas dificuldades de implantação, de recursos humanos, de apoio pedagógico, estrutura física e recursos financeiros.

Disse que as pesquisas mostraram que a seleção dos coordenadores conteudistas, na maioria das vezes, é realizada por meio de processo seletivo; quanto à Coordenação dos Polos, são divulgados edital de seleção, mas, em alguns casos, isso é feito por indicação. Com relação aos tutores, esses são selecionados, na maioria, por edital. Acrescentou que a referida pesquisa demonstrou a dificuldade da manutenção de cursos, da estrutura física, de recursos humanos e de capacitação dos colaboradores.

Destacou a necessidade de se pensar um quadro mínimo necessário referente a recursos financeiros, didáticos e à estrutura física, além de se estabelecer uma política de valorização da EaD. Disse ter havido a necessidade de se elaborar um roteiro ou manuais de orientações para implementação do Programa, com itens referentes à execução financeira, gestão pedagógica, gestão eletrônica e divulgação dos cursos da Rede E-Tec.

Pontuou que essa atividade gerou um livro e manual administrativo que cita as atribuições e rotinas da equipe gestora, estruturando todas as funções de cada um dentro dessa equipe, realizando o fluxo dos processos e listando as funções com as atribuições e rotinas. Acrescentou que foi elaborado também um manual orçamentário. Destacou, porém, que as instituições recebem em parcelas os recursos financeiros, sendo preciso se fazer um levantamento de todas as necessidades e verificar os elementos de despesas a elas correspondentes, para se gerar um orçamento.

Disse que, para isso, deve-se ter ciência de cada elemento de despesa, para se definir como fazer o levantamento orçamentário dos projetos, classificando esses elementos de despesas, monitorando o orçamento financeiro dos projetos e realizando a prestação de contas. Quanto aos aspectos referentes à gestão pedagógica dos cursos EaD, falou sobre a necessidade de se fazer um levantamento de idéias relativas aos indicadores necessários para o Coordenador Pedagógico acompanhar o curso. Sobre isso, informou que foi elaborada uma proposta para se criar um manual, constando nele indicadores para o gestor acompanhar o curso, tais como: evasão, elaboração de materiais didáticos, formação dos professores, atuação do pedagogo na equipe, realização da avaliação institucional, dentre outros.

Acrescentou que, para isso, foi elaborada uma ferramenta que facilita a retirada de relatórios consolidados de todas as turmas, por polo, e que os dados são cadastrados, podendo se retirar diversos tipos de relatórios de uma vez só, adaptando a versão do moodle e fazendo a gestão eletrônica.

Quanto ao item divulgação, disse que perceberam a grande necessidade de melhoria, focando as ações em dois públicos principais: egressos do Ensino Médio e profissionais

das empresas que já trabalham na área e necessitam de uma qualificação técnica, para explicarem melhor, principalmente nas cidades do interior do país, o que é a EaD.

DESTAQUES:

Os debatedores apresentaram a síntese de pesquisas realizadas em diversas áreas e campos da EAD na Rede E-Tec Brasil. Algumas dessas pesquisas foram concluídas, outras ainda estão em fase de análise de dados. As que foram concluídas já foram encaminhadas aos órgãos que solicitaram o estudo e estão em fase de divulgação para o público.

Nas pesquisas apresentadas foi utilizado o método misto, em que os procedimentos empregados foram coleta de dados, documental, questionário *online*, pesquisa de campo, organização e análise dos dados, divididos em categorias: gestão e docência, infraestrutura física, tecnológica, de formação e comunicação.

Nesse trabalho de pesquisa foi utilizada a técnica de análise do discurso do sujeito coletivo de Lefevre, cuja ideia não é fazer um rank de instituições, e sim, indicar quais as melhores experiências e em que aspectos são relevantes na educação EaD da Rede E-Tec Brasil. Foram apresentados dados de um projeto de pesquisa que se realizou no período entre 2011 e 2014, cujo objeto foi avaliar a gestão pedagógica da educação da Rede E-Tec Brasil.

Pesquisadores e professores da Rede E-Tec apresentaram o perfil das pesquisas por regiões. Esse levantamento foi realizado observando o tempo de atuação em EaD. Os grupos pesquisaram vários materiais didáticos do PROEJA, Formação Continuada e Projetos Políticos Pedagógicos, destacando que a pesquisa tem como premissa acompanhar e implementar as ações da Rede E-Tec.

Debate temático: 15 – Etnoturismo e Educação Profissional: uma proposta de valorização dos saberes indígenas na Região Ingarikó – Roraima/Brasil.

Local: Sala Tamandaré

Data: 29/05/2015

Hora: 13h10 - 15h10

Relatora: Verônica Cavalcanti de Araújo Campos

Coordenadora: Xênia Luna Alves de Souza

Debatedores: Elizabete Melo Nogueira

Raimunda Maria Rodrigues Santos

Almira Biazon França

RESUMO

O Etnoturismo e Educação Profissional: uma proposta de valorização dos saberes indígenas na Região Ingarikó – Roraima/Brasil traz o debate da viabilidade de desenvolvimento do etnoturismo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Região Ingarikó, partindo da valorização dos saberes indígenas, da manutenção da cultura local, da produção agrícola, culinária, pintura, conservação dos mitos e ritos.

O Programa Aprendizagem Comunitária e Novos Saberes/IFRR propõe-se a discutir a gestão do território e a sustentabilidade das comunidades. O Etnoturismo como atividade sustentável deve propor o menor impacto ambiental, portanto o IFRR proporciona às comunidades de Ingarikó cursos de capacitação na área de meio ambiente e manejo da vegetação, etnoturismo, trilhas interpretativas, informática básica, gerenciamento dos resíduos sólidos, roteiro, roteirização, produção de texto, condutor local, primeiros socorros, manejo de ovinos e bovinos, história e geografia.

Além disso, como as ações de sustentabilidade passam pela educação, nas atividades do Programa foram contemplados cursos sobre elaboração de planos de ensino, planos de aula e educação ambiental. Ainda, as discussões com as comunidades têm, dentre outros focos, o favorecimento ao protagonismo dos indígenas.

Reflexões apresentadas:

- O desenvolvimento do etnoturismo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Região Ingarikó, a partir da valorização dos saberes indígenas.
- A implantação do Etnoturismo como atividade sustentável deve propor o menor impacto ambiental.
- A promoção de constantes discussões com as comunidades a respeito da necessidade de estabelecimento de normas que favoreçam o protagonismo dos indígenas frente à gestão do território.
- A contribuição do Programa Aprendizagem Comunitária e Novos Saberes/IFRR para a superação dos desafios do milênio.

As questões abordadas sugerem que, apesar do desafio de se pensar o Etnoturismo em Terra Indígena Raposa Serra do Sol a partir valorização dos saberes indígenas, o Programa proposto pelo IFRR vem contribuindo para agregar novos valores, mantendo os valores tradicionais, a partir da criação de estratégias que visem atender às necessidades locais e ao desenvolvimento alternativo

Considerações Finais

Todos os relatos apresentados neste documento representam, de forma sucinta, os apontamentos dos relatores, concernentes a cada atividade desenvolvida neste Fórum plural, democrático e propositivo. A temática norteadora deste encontro – Diversidade, Cidadania e Inovação – foi trabalhada de forma singular nas diversas conferências, debates, mesas-redondas e atividades autogestionadas, aqui sistematizados através das relatorias, servindo como registro das ideias defendidas e dialogadas, dos pontos de vista apresentados, como também de registro das propostas deixadas como reflexão, no que concerne à Educação Profissional e Tecnológica.

Estes registros, portanto, representam uma síntese do profícuo trabalho desenvolvido no III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, sediado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, no período de 26 a 29 de maio de 2015.

Todas as atividades deste Fórum estão registradas na íntegra em vídeos e gravações.

EXPEDIENTE

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff Linhares

Ministro da Educação

Renato Janine Ribeiro

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Marcelo Feres

Coordenadora-Geral do FMEPT 2015

Cláudia Sansil (Reitora do IFPE)

Secretaria Executiva do FMEPT 2015

Maria José Melo (**Presidente**)

Alaíde Cavalcanti (**Vice-presidente**)

Fabiola Paes (**Secretária**)

Cleilton Pereira

Débora Duque

Verônica Rodrigues

Fátima Cabral

Alba Barbosa

Alexandre Lucena

COMISSÕES

Infraestrutura

Alba Barbosa (Presidente)

Raquel Lira (Vice-Presidente)

Cultura

Ana Paula Sá (Presidente)

Philipe Soares (Vice-presidente)

Mobilização

Gil Aciolly (Presidente)

Débora Duque (Vice-presidente)

Temática

Fátima Cabral (Presidente)

Cintia Pereira (Vice-presidente)



III FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Diversidade, Cidadania e Inovação

Comitê Organizador

Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED)
Associação Brasileira de Educação Tecnológica (ABEDUTE)
Associação Nacional de Inovação, Trabalho e Educação Corporativa (Anitec)
Associação Nacional de Educadores Inclusivos (Anei)
Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico (Ascens)
Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP/OS)
Autarquia Educacional de Belo Jardim – AEB/FABEJA
Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia (CETEB)
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG)
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)
Centro das Mulheres do Cabo
Centro Paula Souza
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEEP)
Colégio Agrícola Dom Agostinho (Codaí – UFRPE)
Colégio Maria Tereza
Colégio Militar do Recife (CMR)
Colégio Pedro II (RJ)
Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Conif)
Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco
Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif)
Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed)
Consulado da Venezuela (PE)
Embaixada da Austrália
Embaixada de Guiné-Bissau
Escola Politécnica de Pernambuco (POLI)
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Fiocruz)
Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur)
Escola Técnica Estadual Agamenon Magalhães
Escola Técnica Estadual Almirante Soares Dutra
Escola Técnica Estadual Antônio Dourado Cavalcanti
Escola Técnica Estadual Arlindo Ferreira dos Santos
Escola Técnica Estadual de Bezerras

Escola Técnica Estadual Cícero Dias
Escola Técnica Estadual Clóvis Nogueira Alves
Escola Técnica Estadual de Criatividade Musical
Escola Técnica Estadual Epitácio Pessoa
Escola Técnica Estadual de Goiana
Escola Técnica Estadual José Nivaldo
Escola Técnica Estadual Lucilo Àvila
Escola Técnica Estadual Luiz Dias Lins
Escola Técnica Estadual Miguel Arraes
Escola Técnica Estadual Miguel Batista
Escola Técnica Estadual de Palmares
Escola Técnica Estadual Prof. Célia Siqueira
Escola Técnica Estadual Prof. José Luís Mendonça
Escola Técnica Estadual Maximiano Accyoli Campos
Escola Técnica Estadual Maria Eduarda
Escola Técnica de Limoeiro
Escola Técnica Senai de Santo Amaro
Faculdade de Ciências Humanas e Aplicadas de Belo Jardim (Fabeja)
Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (Facho)
Faculdade Fransinetti do Recife (Fafire)
Faculdades Integradas Barros Melo (AESO)
Faculdade de Tecnologia de Itu (Fatec)
Faculdade de Tecnologia de Tatuapé (Fatec – Tatuapé)
Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (Flacso)
Faculdade SENAC
Faculdade Integradas da Vitória de Santo Antão (Faintvisa)
Federação de Empresas de Transporte de Cargas e Logística (PE)
Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe)
Fórum Nacional de Educação Profissional Técnica a Distância (FNEAD)
Fundação Gilberto Freyre
Inmetro
Inovando Consultoria & Treinamento
Inovando Representação Comercial & Assessoria
Instituto Centro de Ensino Tecnológico
Instituto Federal do Acre (IFAC)
Instituto Federal de Alagoas (IFAL)

Instituto Federal do Amapá (IFAP)
Instituto Federal de Brasília (IFB)
Instituto Federal Baiano
Instituto Federal da Bahia
Instituto Federal Catarinense (IFC)
Instituto Federal do Ceará
Instituto Federal do Espírito Santo
Instituto Federal Farroupilha
Instituto Federal Fluminense
Instituto Federal Goiano
Instituto Federal de Goiás (IFG)
Instituto Federal do Sertão Pernambucano
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)
Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS)
Instituto Federal do Sudeste de Minas
Instituto Federal Sul de Minas
Instituto Federal de São Paulo (IFSP)
Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)
Instituto Federal do Pará (IFPA)
Instituto Federal do Piauí (IFPI)
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)
Instituto Federal do Paraná (IFPR)
Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)
Instituto Federal de Rondônia (IFRO)
Instituto Federal de Roraima (IFRR)
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Instituto Federal de Sergipe
Instituto Federal do Triângulo Mineiro
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP)
Instituto Dom Moacyr
Laboratório Latino-Americano da Educação Tecnológica

Ministério da Educação (MEC)
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI)
Movimento Periferia e Cidadania
Movimento Id. Revolução
Nuffic Neso Brasil
Organização dos Estados Ibero-americanos
Polícia Civil - PE
Polícia Militar – PE
Programa de Pós-Graduação em Matemática e Tecnologia (EDUMATEC/UFPE)
Prefeitura Municipal de Jaboatão de Guararapes
Prefeitura de Olinda
Prefeitura de Ipojuca
Saul College
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC)
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC)
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Secretaria de Educação de Caruaru
Secretaria da Mulher de Pernambuco
Secretaria de Ciência e Tecnologia
Secretaria de Cultura de Pernambuco
Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco
Secretaria de Cultura de Olinda
Secretaria de Educação do Caruaru
Secretaria de Educação de Ipojuca
Secretaria de Educação de Olinda
Secretaria de Educação do Recife
Secretaria de Educação e Cultura do Piauí
Secretaria de Estado da Educação de Sergipe
Secretaria da Juventude, Qualificação Profissional do Recife
Secretaria de Trabalho e Qualificação e Emprego
Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso
Sebrae Pernambuco
Senac – Diretório Nacional
SENAC – PE
SENAC – SP
Senai – MA
Senai – PE

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)
Superintendência de Educação Profissional da Bahia
Superintendência Estadual de Apoio à Pessoa com Deficiência de Pernambuco (Sead-PE)
Unesco
União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)
Universidade de Brasília (UNB)
Uninassau (Centro Universitário Maurício de Nassau)
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal)
Unievangélica
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Universidade de Pernambuco (UPE)
Universidade Potiguar (UNP)